



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Campus de Presidente Prudente

LETÍCIA MOREIRA SANT' ANNA

**CIDADE MÉDIA DE LIMIAR SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DE RIBEIRÃO
PRETO (SP)**

Presidente Prudente

2015

LETÍCIA MOREIRA SANT' ANNA

**CIDADE MÉDIA DE LIMIAR SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DE RIBEIRÃO
PRETO (SP)**

Trabalho de monografia apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker

PRESIDENTE PRUDENTE

2015



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

DECLARAÇÃO

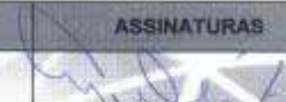


LETÍCIA MOREIRA SANT'ANNA, RG. n. 48.683.987-4, cumpriu sob minha orientação, 180 horas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.

Título de Monografia: "**CIDADE MÉDIA DE LIMIAR SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DE RIBEIRÃO PRETO/SP**".

A Monografia foi apresentada, em defesa pública, no dia **05 de março de 2015**, às 16h00min, na Sala de Reuniões do GAsPERR.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), foi atribuído o conceito A, com a nota 10 (dez inteiros).

Presidente Prudente, 05 de março de 2015.

BANCA AVALIADORA	ASSINATURAS
Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker (Orientador)	
Prof. Dr. Vítor Koiti Miyazaki	
Prof. Dr. Márcio José Catelan	

Dedicatória

Às mulheres da minha vida. Minha mãe,
minha vó Alzira e minha irmã Laila
meus exemplos de vida
e determinação.

AGRADECIMENTOS

É muito gratificante chegar ao final da graduação e poder agradecer a todos que fizeram parte, não só do desenvolvimento desse trabalho, mas também da minha vida. Por isso, não economizarei nos agradecimentos.

Aos meus pais por me oferecerem todo o suporte para realizar a graduação em terras tão distantes e também pelo apoio nas horas de dúvida e compreensão em todos os momentos em que tive que me dedicar à graduação e a iniciação científica e me fiz ausente. Mas agradeço, principalmente, pelos momentos em que passamos juntos, sem dúvida, foram e sempre serão os melhores!

À minha irmã, pelo seu jeito desencanado de ver a vida que me trouxe leveza em todos os momentos de indecisão, pela companhia nos trabalhos de campo durante a iniciação científica, as traduções de "abstract" e tudo mais. Obrigada pela parceria!

Ao Professor Arthur por ter aceitado me orientar nesse trabalho, com a sua orientação impecável, pelas disciplinas da graduação, que não foram poucas, e me deram todo o arcabouço teórico para que quando eu decidisse mudar de objeto de estudo tivesse toda a segurança necessária.

Ao Professor Eliseu pela orientação na iniciação científica que foi de extrema importância para a minha formação acadêmica e pessoal, pelos ensinamentos passados e pela compreensão e respeito no momento em que decidi tentar compreender a Geografia por outras lentes. Foi uma honra poder ter trabalhado com o senhor!

Antes da graduação tive o privilégio de encontrar grandes mestres que levarei para a vida toda. Ao Daniel Rezende que, por meio da música, me ensinou a importância da disciplina e dedicação. Aos professores Robson, Marcelo Muller e Fábio Itasiki que foram a minha inspiração para decidir pela licenciatura.

À Rosa e ao Joaquim pela onipresença essencial para a conclusão deste trabalho.

À Clara, que a vida fez minha "tia" e pela constante doação de materiais sobre Ribeirão Preto.

À Lorena pela amizade e pelo companheirismo durante a graduação, por todas as madrugadas "boladonas" finalizando algum trabalho ou estudando para as provas. Amiga, muito obrigada!

À Amanda, Ariane e Letícia pela "zoeira" sem limites.

À Juçara, Ellen e Mayara, amigas feitas na graduação, mas que espero que não acabem com o fim desta.

Às amigas que construí no GASPERR, pela companhia nas manhãs e tardes de muito trabalho. Em especial, ao Agnaldo pela ajuda com os mapas e à Priscila pela amizade para além dos limites do trabalho em grupo.

Ao Gilmar e ao Cássio pela ajuda com os primeiros mapas, artigos e documentos da iniciação científica.

À Paula, Renata e Filó pelo convívio e pela companhia nas madrugadas de estudo para o processo seletivo da pós-graduação.

Ao Cleverson e a Professora Carminha pela oportunidade de participar do Projeto Temático. Ao Cleverson, em especial, pela rigorosa orientação e pelos ensinamentos sobre cartografia. Com certeza, os produtos cartográficos deste trabalho são só o início.

À Professora Eda pelos desafios que nos esperam.

À Silmara e ao Danilo pela amizade e companhia. Amigades as quais não vivo mais sem. "Porque aqui trabalho é full time"!!!!

Aos Professores Márcio e Vítor por aceitarem participar da banca examinadora deste trabalho.

"Nada é permanente, exceto a mudança."
Heráclito

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a classificação de Ribeirão Preto enquanto cidade média de limiar superior. Contrapondo a realidade à proposta de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto", analisaremos o setor de agronegócio, como principal elemento que gera a complexidade apresentada pelo município, na qual Ribeirão Preto é representada como a "Capital do Agronegócio". Nesse sentido, apresentaremos o caso de Sertãozinho, "cidade do agronegócio" que realmente concentra as unidades produtivas do complexo agroindustrial sucroalcooleiro, enquanto que Ribeirão Preto centraliza as atividades de gestão. A partir da análise da balança comercial outros elementos surgiram e reforçaram o papel dessas cidades. Desses elementos se desdobraram a análise da educação de ensino superior e os *shopping centers*. Também analisamos a rede urbana de Ribeirão Preto sob viés do estudo da Região de Influência das Cidades (REGIC) e do projeto de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto", a fim de reforçar a hipótese central desta quanto cidade média de limiar superior. Para isso, além da análise dos dados contamos com uma revisão bibliográfica dos conceitos de cidade média, rede urbana e interações espaciais e a noção de limiares.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade Média, Limiar Superior, Rede Urbana, Agronegócio, Ribeirão Preto.

ABSTRACT

This paper aims to discuss Ribeirão Preto as a switched-over intermediate city classification, contrasting with the concept of "Metropolitan Region of Ribeirão Preto". The agribusiness sector will be analysed as the main responsible for the representation of Ribeirão Preto city as an "Agribusiness Center". Due to this fact, Sertãozinho city example will be presented as "Agribusiness City", where actually concentrates the agro-industrial complex of sugarcane production, while Ribeirão Preto is in fact centralizes management activities. According to the balance of trade analysis, other elements showed up and fortifies the role of this cities. These elements unfolded the analysis of higher education guideline and shopping malls. We also analyzed the urban network of Ribeirão Preto under the concept of the "Região de Influência das Cidades (REGIC) and the creation of the project "Metropolitan Region of Ribeirão Preto " in order to strengthen the central hypothesis as a switched-over medium sized city. In order to reach this point, besides the analysis of the data we had a literature review of the Medium Sized Cities and Urban Network concepts and Spatial Interactions and Switched-over terms .

KEY WORDS: Medium City, Switched-Over, Urban Network, Agribusiness, Ribeirão Preto.

Lista de Figuras

Figura 1 - Estado de São Paulo. Regiões Administrativas. 2015.	49
Figura 2 - Padrões de Interações Espaciais e sua Variabilidade Espaço-Temporal.	65
Figura 3 - Ribeirão Preto. Fazendas das quais originou o município. 1856.	75
Figura 4 - Ribeirão Preto. Região de Influência. 2007.	87
Figura 5 - Ribeirão Preto. Zona de influência do <i>Shopping Iguatemi</i> . 2013.	195

Lista de Fotos

Foto 1 - Ribeirão Preto. Foto aérea do "Trevão", 2014.	56
Foto 2 - Ribeirão Preto. Placa com informações sobre a remodelação do anel viário. 2014.	57
Foto 3 - Ribeirão Preto. Cidade Referência do Turismo de Negócios e Eventos.	125
Foto 4 - Ribeirão Preto. Agrishow. Fluxo de pessoas no evento. 2014.	126
Foto 5 - Ribeirão Preto. Agrishow. Trânsito na entrada do evento. 2014.	126
Foto 6 - Ribeirão Preto. Agrishow. Estacionamento. 2014.	127
Foto 7 - Ribeirão Preto. Agrishow. Vans no estacionamento. 2014.	127
Foto 8 - Ribeirão Preto. Agrishow. Ônibus para o transporte até o evento. 2014.	127
Foto 9 - Ribeirão Preto. <i>Outdoor</i> . Bahia Farm Show. 2014.	128
Foto 10 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Lider Aviação. 2014.	129
Foto 11 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da TAM. 2014.	129
Foto 12 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Volvo. 2014.	130
Foto 13 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da John Deere. 2014.	130

Foto 14 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Valtra. 2014.	130
Foto 15 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da GoodYear. 2014.	131
Foto 16 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Mobil. 2014.	131
Foto 17 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do Shopping Rural. 2014.	131
Foto 18 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Selaria Barretense. 2014.	132
Foto 19 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" Bradesco. 2014.	132
Foto 20 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" Banco do Brasil. 2014.	133
Foto 21 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" Caixa Econômica Federal. 2014.	133
Foto 22 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> Caixa Econômica Federal. 2014.	134
Foto 23 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do Santander. 2014.	134
Foto 24 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do Bradesco. 2014.	134
Foto 25 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do BNDES. 2014.	135
Foto 26 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do Banco do Brasil. 2014.	135
Foto 27 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" John Deere. 2014.	136
Foto 28 - Ribeirão Preto. Agrishow. Banco John Deere. 2014.	136
Foto 29 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. 2014.	137
Foto 30 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Sicoob Creditus. 2014.	137
Foto 31 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> da Prefeitura de Ribeirão Preto. 2014.	137
Foto 32 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	138
Foto 33 - Ribeirão Preto. Agrishow. Empresa Italiana. 2014.	138

Foto 34 - Ribeirão Preto. Agrishow. Pavilhão Italiano. 2014.	139
Foto 35 - Ribeirão Preto. Agrishow. <i>Stand</i> do Italian Trade Agency. 2014.	139
Foto 36 - Ribeirão Shopping. Escadas rolantes que ligam o <i>shopping</i> ao estacionamento. 2012.	185
Foto 37 - Ribeirão Shopping. Divulgação da 6° expansão. 2012.	186
Foto 38 - Ribeirão Preto. Concessionária na zona sul. 2012.	187
Foto 39 - Ribeirão Preto. Concessionária da Eurobike na zona sul. 2012.	187
Foto 40 - Novo Shopping. Área de lazer do Hotel Sleep Choice Internacional. Vista do estacionamento do <i>shopping</i> . 2014.	188
Foto 41 - Ribeirão Preto. Fachada da UNAERP. 2014.	189
Foto 42 - Novo Shopping. <i>Outdoor</i> das lojas. 2012.	190
Foto 43 - Santa Úrsula Shopping. Fachada. 2012.	191
Foto 44 - Ribeirão Preto. Verticalização no centro. 2012.	192
Foto 45 - Iguatemi Shopping. Fachada. 2014.	194
Foto 46 - Iguatemi Shopping. Torre Comercial 2014.	194

Lista de Mapas

Mapa 1 - Ribeirão Preto. Localização relativa à São Paulo, 2015.	54
Mapa 2 - Ribeirão Preto. Rodovias que a circundam. 2014.	55
Mapa 3 - Ribeirão Preto. Proposta de Região Metropolitana. 2013.	98
Mapa 4 - Sertãozinho. Localização relativa à Ribeirão Preto. 2015.	117
Mapa 5 - Ribeirão Preto. Agrishow. Expositores nacionais. 2014.	140
Mapa 6 - Ribeirão Preto. Agrishow. Expositores internacionais. 2014.	141

Mapa 7 - Ribeirão Preto. Principais países de destino das exportações. 2014.	158
Mapa 8 - Ribeirão Preto. Principais países de origem das importações. 2014.	162
Mapa 9 - Sertãozinho, Principais países de destino das exportações. 2014.	172
Mapa 10 - Sertãozinho. Principais países de origem das importações. 2014.	175

Lista de Quadros

Quadro 1 - Brasil. Classificação da Rede Urbana Brasileira segundo o REGIC. 2007.	85
Quadro 2 - Ribeirão Preto. Denominação do Nível de Centralidade.	86
Quadro 3 - Ribeirão Preto. Região de Influência. 2007.	88
Quadro 4 - Ribeirão Preto. Nível de centralidade nas principais variáveis. 2007.	91
Quadro 5 - Ribeirão Preto. Nível de centralidade da gestão empresarial e federal. 2007.	92
Quadro 6 - Ribeirão Preto. Empresas exportadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.	156
Quadro 7 - Ribeirão Preto. Empresas importadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.	159
Quadro 8 - Sertãozinho. Empresas exportadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.	170
Quadro 9 - Sertãozinho. Empresas importadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.	173
Quadro 10 - Ribeirão Preto. Número de matrícula no Ensino Superior por áreas do conhecimento. Entre 2000 e 2013.	179

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ribeirão Preto. Evolução da população. 1980 a 2014.	32
---	----

Tabela 2 - Ribeirão Preto. Aeroporto Leite Lopes. Movimentação. 2013 e 2014.	58
Tabela 3 - Sertãozinho. Evolução da população. 1980 a 2014.	117
Tabela 4 - Ribeirão Preto e Sertãozinho. Número de estabelecimentos de comércio e serviços selecionados. 2014.	142
Tabela 5 - Ribeirão Preto e Sertãozinho. Número de estabelecimentos dos setores da Indústria de Transformação selecionados. 2014.	143
Tabela 6 - Ribeirão Preto. Balança Comercial de 2000 a 2014.	145
Tabela 7 - Sertãozinho. Balança Comercial de 2000 a 2010.	146
Tabela 8 - Ribeirão Preto. Principais produtos exportados. 2014.	147
Tabela 9 - Ribeirão Preto. Principais produtos importados. 2014.	150
Tabela 10 - Sertãozinho. Principais produtos exportados. 2014.	163
Tabela 11 - Sertãozinho. Principais produtos importados. 2014.	165

LISTA DE SIGLAS

ACP - Área de Concentração de População

ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras

APHRP - Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

APL - Arranjo Produtivo Local

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BR - Brasil

CEAM - Comissão de Estudos sobre o Alcool Motor

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPU - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

CPDA - Comissão de Defesa da Produção de Açúcar

CPF - Cadastro Pessoa Física

DER - Departamento de Estradas de Rodagem

EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FATEC - Faculdade de Tecnologia

FEA - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FIPASE - Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde

FMRP - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

FORP - Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

Furp - Fundação para o Remédio Popular

GAsPERR- Grupo Acadêmico de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais

IAA - Instituto do Açúcar e Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PNCCPM - Programa Nacional de Apoio às Capitais e as Cidades de Porte Médio

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDU - Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

ReCiMe - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

REGIC - Região de Influência das Cidades

RG - Registro Geral

RPA - Região Produtiva Agrícola

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SP - São Paulo

UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto

UNIP - Universidade Paulista

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. METODOLOGIA	21
3. FUNDAMENTOS DA PESQUISA - O REFERENCIAL TEÓRICO	24
3.1. Rede urbana e cidades médias	24
3.2. Projetos de Planejamento e as cidades médias	38
3.3. Interações espaciais e heterarquia urbana	50
3.4. Cidade média e seus limiares: Ribeirão Preto	66
4. RIBEIRÃO PRETO "TERRA DO CAFÉ" - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	70
5. A REDE URBANA DE RIBEIRÃO PRETO	84
5.1. Região de Influência das Cidades (REGIC)	84
5.2. Projeto de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto"	93
6. CIDADE MÉDIA DE LIMIAR SUPERIOR	108
6.1. Brasil agrícola moderno: cidades <i>do</i> campo e cidades do agronegócio	108
6.2. Análise da Balança Comercial	143
6.3. Educação - Ensino Superior	176
6.4. Templos modernos de consumo: os <i>Shopping Centers</i>	180
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	203
SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS	209

1. Introdução

Os conteúdos das cidades médias sofreram alterações, devido a constituição de um meio técnico-científico-informacional e o processo de globalização que permitiu a redefinição e ampliação das lógicas de relações espaciais entre as cidades. Essas alterações também refletiram em mudanças na rede urbana, a partir de uma rede de transportes e os novos sistemas técnicos, deu-se início a uma fase característica da integração entre os lugares, mas com especializações de produção.

As novas relações espaciais oriundas desse contexto, tornaram as cidades cada vez mais conectadas, seja pela continuidade e/ou pela contiguidade, as suas interações espaciais também se tornaram mais complexas. Nessa nova perspectiva, em que sobressaem as relações horizontais entre as cidades, a rede urbana deixa de ter, somente, caráter hierárquico e passa a ser também heterárquico, com a articulação de múltiplas escalas, como principal característica.

Dessa forma, o papel exercido por Ribeirão Preto também sofreu alterações, com isso a sua rede urbana, com sobreposição de características hierárquicas e heterárquicas, acaba por colocar em discussão a classificação da cidade na rede urbana.

A motivação principal para o desenvolvimento desse trabalho é o interesse político na criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto". As primeiras reflexões sobre o assunto surgiram durante a disciplina de Redes Urbanas, ministrada pelo Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker, na qual foi proposto como atividade final da disciplina um artigo sobre redes urbanas, cujo tema escolhido foi o projeto de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto". Considerando que ao longo da graduação as disciplinas de Geografia Urbana, Espaços Urbanos e Redes Urbanas foram ministradas pelo mesmo professor, ao optar por fazer uma monografia sobre o assunto, é evidente a importância do Prof. Arthur para a realização desse trabalho.

Assim, temos como objetivo principal analisar a cidade de Ribeirão Preto enquanto cidade média, ressaltando as suas complexidades. Assim, apresentamos como hipótese: seria Ribeirão Preto uma cidade média de limiar superior?

Trabalharemos com a ideia de limiar, proposta por Batella (2013), como estratégia analítica de valorização das complexidades de Ribeirão Preto e como exemplo de estudo que considere os diferentes contextos regionais entre as cidades médias.

Para isso, analisaremos a representação de Ribeirão Preto quanto "Capital do agronegócio", buscando desmistificar essa denominação ao contrapor o papel de Sertãozinho (SP) no complexo agroindustrial da região. A análise da balança comercial denotará o perfil econômico de cada município, bem como a relação local-global dos seus produtos. Outro elemento que analisaremos é a presença de *shopping centers* como fator que acentua as interações espaciais em escala regional. Nesse trabalho não temos como objetivo esgotar o assunto, pelo contrário, buscamos oferecer ao leitor novas perspectivas de análise sobre Ribeirão Preto, aprofundando os elementos aqui apresentados ou, também, a partir de outros.

Ribeirão Preto está localizada a nordeste do Estado de São Paulo e, apesar da sua distância de São Paulo, aproximadamente 350 Km, as facilidades de acesso, pela rodovia Anhanguera (SP-330), possibilitam a circulação intensa. Entretanto, essa distância não foi um problema para a consolidação da formação socioespacial do município, pelo contrário, a distância foi um dos principais fatores que justificam a sua importância regional.

Assim, temos a seguinte estrutura de trabalho: iniciamos com a apresentação do trabalho na introdução; seguido da metodologia utilizada no capítulo 2; no capítulo 3 apresentamos os fundamentos teóricos da pesquisa, norteado pelos conceitos de cidades médias, redes urbanas e interações espaciais, bem como a noção de limiares, já articulando quais as características apresentadas na teoria que podemos observar no nosso recorte espacial; no capítulo 4 abordamos uma breve contextualização histórica do município, principalmente, no período áureo do café; no capítulo 5, a rede urbana de Ribeirão Preto será analisada sob o viés do estudo da Região de Influência das Cidades (IBGE, 2008), sendo um dos objetivos do trabalho desmistificá-la quanto "capital", inclusive contrapondo o projeto de criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto; no capítulo 6 analisaremos os elementos que consideramos relevantes para classificá-la quanto "cidade média de limiar superior", principalmente, o seu papel no complexo agroindustrial, a existência de

um APL da saúde, a educação de ensino superior e os *shopping centers*. Por fim, retomaremos os principais pontos do trabalho para as considerações finais.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho a metodologia aplicada consta na revisão bibliográfica e levantamento/organização dos dados para, posteriormente, analisá-los. Dessa forma, os fundamentos da pesquisa, apresentados no capítulo 3, trazem a análise teórica dos conceitos de rede urbana, cidade média e interações espaciais, e também da noção de limiares. Para isso, os principais autores utilizados foram: Batella (2013), Branco (2006), Camagni (1993), Catelan (2012), Corrêa (1989, 2006 e 2007), Fischer (2003), Pontes (2001), Santos (2013), Santos e Silveira (2011), Sposito (2001 e 2007) e Steinberger e Bruna (2001).

Foi realizado um levantamento bibliográfico para a contextualização histórica de Ribeirão Preto, no capítulo 4, no qual privilegamos a fase em que a economia cafeeira foi predominante. As obras que tratam sobre o histórico do município não são variadas, assim contamos também com trabalhos acadêmicos que abordaram aspectos históricos e outras obras que nos auxiliaram a conciliar o histórico do município com o contexto estadual: Cano (1985), Lopes (2011), Negri (1996), Santos (2009) e Silva (2008).

Outra fonte de informações utilizada foi o material *online* disponibilizado pelo Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, além de informações sobre o histórico baseadas em trabalhos acadêmicos, além de um acervo de fotos antigas.

A discussão sobre a rede urbana de Ribeirão Preto que compõe o capítulo 5, no qual utilizamos o estudo disponibilizado pelo IBGE sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) e o projeto que propõe a criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto" (MACHADO, 2011), com o objetivo de discutir o papel de Ribeirão Preto no contexto da rede urbana.

Embora, ao longo dos capítulos, tenhamos buscado relacionar a teoria com elementos presentes em Ribeirão Preto, é no capítulo 6 que apresentamos os resultados que são os argumentos para consubstanciar Ribeirão Preto enquanto cidade média de limiar superior. Por ser reconhecida como a "Capital do Agronegócio" procuramos apresentar o papel deste município dentro do complexo agroindustrial da região. Para atingir esse objetivo nos embasamos no referencial teórico proposto por Santos (2009) sobre o Brasil agrícola moderno, na qual as

idades inseridas no processo de mecanização do campo, alterando as relações cidade-campo, deixam de ser as cidades *no* campo e passam a ser as cidades *do* campo. A fim de atualizar essa perspectiva, Elias (2011) propõe que há cidades que vão além e por estarem inseridas no circuito global são denominadas "cidades do agronegócio". Assim, analisaremos os dados sobre a balança comercial que nos mostrarão que Ribeirão Preto tem destaque maior, nas exportações e importações, em outros setores e não no agronegócio. Em contrapartida, analisamos a balança comercial de Sertãozinho, exemplo de cidade do agronegócio, e que mostra que é nela em que, realmente, se concentram as atividades produtivas do agronegócio.

A análise da balança comercial nos permitiu apresentar outros setores em que Ribeirão Preto se destaca, como a presença da APL da saúde que é composto pelos setores de equipamentos médico-hospitalares e odontológicos; cosméticos; saúde animal; biotecnologia e fármacos, bem como a importância desse setor a centralidade exercida pela cidade através das instituições de ensino superior.

Por fim, analisamos os *shopping centers* presentes no município e que denotam forte centralidade, em escala regional, principalmente, pela variedade oferecida.

Os dados analisados tiveram como fonte:

- Evolução Populacional: banco de dados da Fundação Sistema Anual de Análise de Dados (SEADE);
- Balança Comercial: no *síte* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Secretaria do Comércio Exterior disponibiliza um banco de dados, por município e ano, com os saldos de importação, exportação, principais produtos importados e exportados, os países de destino e outras informações;
- Quadro com a classificação da rede urbana brasileira e a Região de Influência de Ribeirão Preto: REGIC (IBGE, 2008);
- Níveis de centralidade: REGIC (IBGE, 2008);
- Número de estabelecimentos: banco de dados da Relação Anual de Informações RAIS, que é disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A RAIS foi criada em 1975 e tem como objetivo sistematizar as informações declaradas

pelos estabelecimentos ou entidades. Todas as empresas ou entidades que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), mesmo que sejam individuais e não apresentem empregados, devem fazer a declaração. As informações sobre os empregados devem ser declaradas sempre que o regime de trabalho seguir a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), seja por prazo determinado, indeterminado ou de experiência.

Os dados foram sistematizados em tabelas, quadros e mapas. Os mapas foram gerados no *ArcGis*, com exceção do mapa com as rodovias que circundam Ribeirão Preto que teve como base uma imagem extraída do *Google Earth* e trabalhada no *Adobe Illustrator*.

As fotos foram obtidas em trabalhos de campo realizados em 2012, para o desenvolvimento do trabalho final da disciplina de Espaços Urbanos e em 2014, com um trabalho de campo voltado para os objetivos desta monografia, além da participação na Agrishow.

Por fim, as informações sobre as empresas e os *shopping centers* tiveram como fonte seus respectivos *sites*. A referência de todos os *sites* e bancos de dados constam no tópico "sítios eletrônicos visitados", ao final desse trabalho.

3. Fundamentos da Pesquisa - o referencial teórico

Esse capítulo tem como objetivo apresentar o referencial teórico que baseará o trabalho. Para isso, procuramos discutir Ribeirão Preto enquanto cidade média, inserida na rede urbana, a partir das suas complexidades que resultam das diversas interações espaciais. Assim, fundamentaremos o trabalho para responder a hipótese inicial: seria Ribeirão Preto uma cidade média de limiar superior?

3.1. Rede urbana e cidades médias

As cidades médias, bem como as demais, estão inseridas em uma rede urbana, segundo Corrêa (1989, p. 5), “no processo de urbanização a rede urbana é o meio através do qual produção, circulação e consumo se realizam efetivamente”. Através da rede urbana, junto a uma rede de comunicações, regiões distantes podem ser articuladas.

No Brasil, encontramos setores da rede urbana cuja gênese se dá no século XVI, no alvorecer do capitalismo. Este não é o caso de Ribeirão Preto, no qual é com o período áureo do café e o predomínio dos fluxos via ferrovia, que sua economia passa a ser destacar, como será apresentado no capítulo 4.

Segundo Corrêa (1989, p. 6-7), para a existência de uma rede urbana deve-se satisfazer as seguintes condições:

Primeiramente haver uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente. Esta condição tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar verificar-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios acima referidos são realizados, ainda que com certa periodicidade e não de modo contínuo. Tais pontos tendem a concentrar outras atividades vinculadas a esses negócios, inclusive aquelas de controle político-administrativo e ideológico, transformando-se assim em núcleos de povoamento dotados, mas não exclusivamente, de atividades diferentes daqueles da produção agropecuária e do extrativismo vegetal: comércio, serviços e atividades de produção industrial.

A terceira condição refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação entre os núcleos anteriormente referidos, articulação que se verifica no âmbito da circulação, etapa necessária para que a produção exportada e importada realize-se plenamente, atingindo os mercados consumidores.

A articulação resultante da circulação vai dar origem e reforçar uma diferenciação entre núcleos urbanos no que se refere ao volume e tipos de produtos comercializados, às atividades político-

administrativas, à importância como pontos focais em relação ao território exterior a eles, e ao tamanho demográfico. Esta diferenciação traduz-se em uma hierarquia entre os núcleos urbanos e em especializações funcionais.

Dessa forma, Corrêa (2006, p. 16) define a rede urbana como um “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Sendo que nesse conjunto “há um centro mais importante, de nível metropolitano nacional ou regional, que exerce um papel, maior ou menor de controle econômico e político sobre a sua hinterlândia”. Contrapondo as propostas de concepção da rede urbana no padrão christalleriano ou pela regra da ordem e tamanho das cidades.

"A rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho" (CORRÊA, 1989, p. 48). É reflexo, devido às vantagens locacionais diferenciadas que ocasionam uma hierarquia urbana junto de uma especialização funcional, essa relação torna a tipologia dos centros urbanos mais complexa. E condição, pois a origem das cidades está relacionada à divisão entre trabalho manual e coletivo em certo ponto do espaço. Esse papel de condição é transmitido à rede urbana, durante a sua evolução, de forma sincrônica. (CORRÊA, 1989).

A abordagem mais tradicional sobre a rede urbana é a que se refere à hierarquia urbana e foram vários os autores que desenvolveram estudos à partir dessa perspectiva, tais como: August Lösch (1967) com a Teoria do Equilíbrio Espacial Geral, Johan-Heinrich Von Thünen (1826) com análise baseada na economia espacial e François Perroux com a Teoria da Unidade Econômica Dominante, mas o autor de maior relevância para essa contribuição foi Christaller que, em 1933, desenvolveu a teoria das localidades centrais.

A Teoria das Localidades Centrais partiu do pressuposto de que há

[...] princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como *localidades centrais*. Todas são dotadas de *funções centrais*, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na *região complementar* (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A *centralidade* de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência,

maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade. (CORRÊA, 1989, p. 21).

Essa teoria baseou-se na “distribuição de bens e serviços das localidades centrais para as suas hinterlândias, verifica-se uma diferenciação hierárquica entre elas, envolvendo o número, o tamanho das localidades e de suas hinterlândias e a distância entre elas.” (CORRÊA, 2006, p. 21–22).

Apesar do conjunto de centros urbanos serem funcionalmente articulados entre si, concomitantemente, há diferenciação entre as cidades, fato que reflete na hierarquia urbana, com base nos princípios gerais dessa teoria, mas não necessariamente, há especialização funcional. Corrêa (1989, p. 44), ao analisar essa teoria utiliza como exemplo: "uma localidade central, pode ser apenas uma capital regional, enquanto outra pode acumular ainda a função portuária ou se constituir em um centro monoindustrial têxtil”.

Dentro dessa teoria Christaller define dois conceitos, o de alcance espacial máximo, que se refere à região complementar e é determinada:

[...] por um raio a partir da localidade central: dentro desta área os consumidores efetivamente deslocam-se para a localidade central visando a obtenção de bens e serviços. (CORRÊA, 1989, p. 21).

Os consumidores deslocam-se para outros centros mais próximos, mas para além dessa área. E o conceito de alcance espacial mínimo que:

[...] engloba o número mínimo de consumidores que são suficientes para que uma atividade comercial ou de serviços, uma função central, possa economicamente se instalar. (CORRÊA, 1989, p. 21).

Assim, de acordo com a diversidade de bens e serviços oferecidos por um centro urbano é que se dará o alcance espacial máximo e mínimo, sendo que os itens de consumo diário tendem a estabelecer um alcance espacial reduzido. Dessa forma, cada produto ou serviço apresenta um alcance espacial próprio.

Com base nessa teoria podemos concluir que:

[...] expressa um padrão hierárquico sistemático e acumulativo de funções centrais: à medida que se eleva o nível de hierarquia verifica-se um acúmulo, em cada nível, das funções centrais dos níveis inferiores mais algumas que definem o nível hierárquico em consideração. (CORRÊA, 1989, p. 24).

Quanto maior o nível hierárquico mais ampla será sua região de influência, o número de funções e o total de população atendida, porém maior será a distância deste para com outro centro urbano de igual ou maior nível hierárquico.

A teoria acima apresentada fundamentou e ainda fundamenta muitos estudos, no Brasil, por exemplo, os estudos oficiais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC) que será tratado no capítulo 5. A rede urbana brasileira tem apresentado nova configuração a partir da importância assumida pelas cidades médias, tornando-se um importante nó do sistema urbano.

No caso da rede urbana paulista, Sposito (2001), ressalta que, analisando a urbanização enquanto processo histórico, a industrialização foi o fator principal para a redefinição e ampliação dos papéis dessas cidades que propiciaram a reprodução capitalista, mas podemos destacar outros fatores, como a globalização. Desse processo, duas dimensões se destacam a “crescente complexidade da divisão social do trabalho, que se reflete em crescente complexidade da divisão territorial do trabalho” e o “papel desempenhado pelo consumo da produção industrial, na geração de novos núcleos urbanos e na consolidação dos já existentes.” (SPOSITO, 2001, p. 618).

Mesmo com as mudanças políticas advindas da Independência do Brasil, poucas foram as modificações significativas no sistema urbano nacional até as primeiras décadas do século XX. Somente a partir de 1930, com a mudança¹ da economia agrário-exportadora para o modelo urbano-industrial, que ocasionou em uma estruturação do mercado nacional, e, conseqüentemente, aumento do número e da importância das cidades observou-se transformações mais significativas (SPOSITO, 2001, p. 619-624).

Sposito (2001, p. 618) questiona a existência de um processo de urbanização no estado de São Paulo durante o período colonial argumentando que antes da

¹ Essa transição foi marcada por investimentos públicos e privados em infraestrutura de transporte de bens e pessoas que possibilitou a formação de um mercado consumidor e impulsionou a interiorização da urbanização (SPOSITO, 2001, p. 620).

atividade cafeeira, o papel agrário-exportador exercido pelo Brasil não levava a ampliação dos papéis urbanos, devido a divisão internacional do trabalho restrita.

Com a economia cafeeira e a instalação das ferrovias, que apresentaremos com mais detalhes no capítulo 4, possibilitou-se a ampliação dos papéis urbanos da capital do estado paulista, principalmente pela sua ligação com o porto de Santos, importante, pois era "onde se localizava grande parte das casas comerciais que realizavam esses negócios [de importação e exportação]." (SPOSITO, 2005, p. 460).

São Paulo passou a concentrar as atividades bancárias e foi um atrativo para os fazendeiros que residiam na capital e tinham interesse em investir no comércio, o que acabou por estimular o consumo de bens e serviços gerando uma ampliação e diversificação desse setor. (SPOSITO, 2001).

Nesse contexto, a urbanização paulista estava associada, diretamente, às atividades cafeeiras e industriais, mesmo que estas ainda estivessem em fase de estruturação. Assim, o desenvolvimento do processo de urbanização se acentuou com a diversificação das atividades econômicas que ampliou as funções urbanas e a divisão territorial do trabalho entre cidade-campo e cidades. Para Sposito (2001), a conformação da rede urbana não teve como único fator a configuração do sistema de transporte.

As relações entre as cidades que compunham a rede urbana em formação não devem ser reduzidas à configuração das ligações que o sistema de transportes possibilitava, mas compreendida à luz da divisão interurbana do trabalho que se realizava, a partir da diferenciação entre os papéis desempenhados pelas cidades que compunham a rede e das relações hierárquicas que se desenhavam entre essas cidades, no período em análise. (SPOSITO, 2001, p. 459).

Entretanto, a estruturação da rede urbana e o processo de urbanização estiveram fortemente relacionadas à instalação das ferrovias. Elas possibilitaram o aumento da complexidade da divisão interurbana do trabalho e tornaram os centros urbanos mais hierárquicos, devido a diferente especialização dos centros. Em alguns casos, a sua instalação estimulou a fundação de cidades, devido as estações ferroviárias que atraíram novo contingente populacional e, conseqüentemente, geravam um centro de consumo de bens e serviços necessários aos moradores. No caso de Ribeirão Preto, este município não resultou da instalação da ferrovia, mas

sim de lavouras anteriores, como será apresentado no capítulo 4, mas a instalação das ferrovias aumentou a importância econômica desta. (SPOSITO, 2001).

Quanto às cidades a nordeste do estado, além da presença das lavouras, também passaram a apresentar atividades comerciais, como pontos de apoio para o abastecimento de áreas próximas.

Detinham a função de agilizar a distribuição do café e não, propriamente, a sua comercialização, que era realizada, sobretudo, em Santos. E, por outro lado, eram os pontos de apoio para o abastecimento das áreas que eram ocupadas ou que se adensavam, em função da substituição de culturas de subsistência pelo café. Assim, as cidades do interior desempenhavam "...antes a função de distribuidoras de produtos importados." (SINGER² *apud* SPOSITO, 2001, p. 467).

Foi importante para a região o papel de Ribeirão Preto "ponto de apoio para a comercialização de ferramentas e outros meios necessário à produção, bem como para a aquisição de bens de consumo duráveis e não-duráveis" (SPOSITO, 2001, p. 467), pois permitiu o desenvolvimento das atividades, como o setor metal-mecânico, com destaque a Sertãozinho³.

Sposito (2001), sobre o processo de urbanização paulista e a formação da rede urbana, conclui:

[...] podemos afirmar que, até 1929, para tomar como referência o ano da crise, a economia cafeeira fortificou-se e se produziu de forma ampliada ao possibilitar o crescimento e diversificação da agricultura, a instalação de unidades industriais, o crescimento do sistema bancário e a ampliação das atividades comerciais e de serviços. Essa diversificação propiciou, como se procurou demonstrar, as condições necessárias à constituição de uma rede urbana e a instauração das bases dos processos de industrialização e urbanização que orientaram a estruturação da formação socioespacial a partir dos anos de 1930. (SPOSITO, 2001, p. 471).

Retomando a discussão sobre cidade média enquanto nó da rede urbana, esta tem a sua localização como principal fator de influência. Segundo Sposito (2007, p. 234), os papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, em sua maioria, denominadas de cidades regionais. A autora ainda ressalta que foram com os novos meios de comunicação e transporte que esses papéis regionais

² SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

³ O exemplo será melhor desenvolvido no capítulo 6.

puderam tomar maior importância. A partir da Segunda Revolução Industrial com a Fordização do processo de produção houve uma expansão da divisão territorial do trabalho que dissolveu a região homogênea e redividiu o espaço nacional em regiões polarizadas, formando “um sistema de hierarquia territorial entre as cidades, com base em seus respectivos equipamentos terciários, que se reproduz no espaço como um todo como um sistema de hierarquias regionais a partir de seu principal centro urbano.” (MOREIRA⁴ *apud* SPOSITO, 2007, p. 236).

A discussão teórica do conceito de cidade média exige atenção devido às particularidades que a delinham. Por exemplo, Uberlândia que expandiu os vetores de suas relações pela força do comércio atacadista e Ribeirão Preto pela centralidade ímpar que o agronegócio exerce (SPOSITO, 2007).

Muitos dos estudos sobre as cidades médias têm sido realizados pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), desde 2007, entretanto :

Ainda que sem financiamento, a ReCiMe vinha realizando, há cerca de dez anos, um intercâmbio de ideias, por meio de participação em bancas de mestrado e doutorado, em mesas redondas e em sessões de comunicações coordenadas em eventos científicos, especialmente da área de Geografia. Tal parceria concretizava-se, também, através da redação de projetos de pesquisa, visando à participação em editais das instituições de fomento (SPOSITO; ELIAS; SOARES, 2010, p. 8).

Muito embora tal temática não seja exclusiva do conjunto de pesquisadores que a compõe, há considerável quantidade e diversidade de trabalhos que se destacaram e, ao nosso estudo se articulam mais intimamente os de Batella (2013), Miyazaki (2013), Catelan (2012) e Ferreira (2010).

Dentre esses trabalhos, em particular, as propostas de Catelan (2012) sobre heterarquia urbana e Batella (2013) com a leitura das cidades médias à partir de seus limiares contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho e serão apresentados no decorrer deste capítulo.

⁴ MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. *Ciência Geográfica*, Bauru: AGB, n. 16, p. 4-8, 2000.

O parâmetro mais utilizado para caracterizar uma “cidade média” é o tamanho demográfico, entretanto, no decorrer do tempo esse parâmetro se altera e varia segundo as redes urbanas (SPOSITO, 2001, p. 611).

Apesar de ser um parâmetro muito utilizado, gera várias dificuldades, pois é necessário trabalhar com o tamanho absoluto. Com as intensas transformações no processo de urbanização, ao longo dos anos, uma cidade com 100 mil habitantes tem significados diferentes (CORRÊA, 2006, p. 26). Segundo Michel (1977, p. 642, tradução nossa):

A posição de uma cidade na hierarquia urbana e, por consequência, seu pertencimento a tal ou qual categoria estatística variam com a época. Uma cidade não nasce média. Ela não permanece média *ad eternam*.

Para utilização desse parâmetro é necessário qualificar e contextualizar o que se entende por cidade média em cada momento de análise.

Segundo Sposito (2001, p. 611), Andrade & Lodder (1979) consideravam como cidades médias, na rede urbana brasileira, aquelas que, em 1970, possuíam entre 50 mil e 250 mil habitantes.

A utilização do tamanho demográfico como parâmetro se aproxima da ideia proposta por Pierre George, que considerava as cidades médias aquelas que tinham entre 50 e 150 mil habitantes, “embora esse autor caracterize-as aproximando bastante seu papel funcional daquele exercido pelas pequenas cidades.” (SPOSITO, 2001, p. 611).

No que tange Ribeirão Preto, a evolução populacional (Tabela 1), apresenta movimento ascendente no número da população urbana, sendo que a cada 10 anos houve, praticamente, um aumento de 100 mil habitantes. Ao contrário disso, a população rural teve uma redução ao longo dos anos e a diferença entre 2014 e 1980 é uma redução de, aproximadamente, 90%. Nesse contexto, a população total, no período de 34 anos, dobrou atingindo um total de 638.796 habitantes. Apesar dos números, ainda não podemos classificar Ribeirão Preto como cidade média.

Tabela 1 - Ribeirão Preto. Evolução da população. 1980 a 2014.

	1980	1990	2000	2010	2014
População Urbana	306.837	412.533	502.002	602.061	636.983
População Rural	10.081	9.853	2.160	1.713	1.813
População Total	316.918	422.386	504.162	603.774	638.796

Fonte: SEADE, 2014.

Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Sposito (2001, p. 613), destaca que a utilização do tamanho demográfico como principal parâmetro não é suficiente para a elaboração do conceito:

A adoção dessa referência serviria para a **definição** do que seja “cidade média”. [...] pouco ajudaria na elaboração do **conceito**, pelo menos por duas razões, dentre muitas outras:

- a) Não há correspondência direta entre tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância.
- b) As múltiplas formas de aglomeração urbana que se constituem, com intensidade crescente a partir da segunda metade do século XX, apresentam realidades urbanas que expressam integração do ponto de vista funcional, ainda que, no caso brasileiro, o tamanho populacional tome como base os limites municipais (SPOSITO, 2001, p. 613-614, grifos da autora).

Assim, muitos autores criticaram a utilização do porte populacional, como único critério para a classificação das cidades. Sposito (2001) defende que cidades com o mesmo porte populacional podem desempenhar diferentes funções e Santos (2013) defende os aspectos históricos e econômicos enquanto aspectos para a diferenciação das cidades e que não são consideradas ao tratar, unicamente, do porte populacional.

[...] essa definição estatística não é somente de utilização duvidosa no que concerne ao espaço, quer dizer, num mesmo momento: num país tomado em sua totalidade, as diferenças são por demais flagrantes, provenientes que são de condições históricas e econômicas, numa região, constituem elas a própria base das diferenciações que estão na origem da organização urbana. Ora, cada subconcentração urbana regional conhece uma arrumação específica, dependendo duma multidão de fatores. (SANTOS, 2013, p. 82).

Não há correspondência direta entre o tamanho demográfico de uma cidade e seu papel na rede urbana ou, em outras palavras, cidades de mesmo porte populacional podem desempenhar papéis que diferem em sua natureza e importância. (SPOSITO, 2001, p. 613-614).

No conjunto de mudanças recentes no processo de urbanização brasileira, destacamos, a partir de Sposito (2001, p. 624-625), a ampliação da importância das grandes metrópoles com o aumento dos papéis de gestão empresarial e financeira do capital; descentralização da atividade industrial produtiva, ocasionando o aumento dos papéis de muitas cidades grandes e médias, e “centralização das decisões, como consequência da concentração dos capitais, reforçando o perfil do terciário superior das grandes metrópoles, guindando São Paulo à condição de um dos pontos da rede global de cidades”; o crescimento do emprego informal e do desemprego, devido a flexibilização do sistema produtivo e do aumento da participação da tecnologia na produção; por fim, o crescimento das disparidades no interior das cidades, devido ao aumento do custo de vida nesses centros e da diminuição do mercado de trabalho.

Deste modo, vários autores propõem novas leituras sobre os parâmetros que definem as cidades médias.

Segundo Branco (2006, p. 245-247), a cidade média, em geral, deve ser definida considerando seu porte populacional, suas características funcionais e, também, seu papel como elo de ligações entre os centros locais e globais na rede de cidades.

A definição de cidades médias não se vincula apenas à classificação por porte populacional. Relaciona-se também às suas funções e, principalmente, ao papel que desempenham na rede urbana regional, nacional e internacional. [...]. As transformações alavancadas pelo processo de globalização, pelas novas dinâmicas produtivas, pela abertura da economia e inserção em uma sociedade em rede ressaltam a importância do território e da urbanização que, apesar de acentuar o poder de polarização das grandes aglomerações urbanas (VELTZ, 1996; SOUZA, 1995; CASTELLS, 1996; SOJA, 1993, 2000; SASSEN, 1991), atinge toda a rede urbana e recoloca em evidência as cidades médias, a partir de meados da década de 1990. (BRANCO, 2006, p. 246-247).

A autora (2006, p. 249-252) propõe um quadro de características básicas para definição de cidades médias composto por: tamanho populacional, mas não como fator determinante e, sim como uma faixa de tamanho para investigação (AMORIM e SERRA, 2001); tamanho econômico enquanto indicativo da dinâmica econômica do centro, responsável pela infraestrutura existente e pelo poder de atração locacional; grau de urbanização, pois as funções urbanas como articulador do sistema urbano,

de centro de atividades e outras, são tipicamente urbanas; a qualidade de vida por considerar a oferta de infraestrutura, segurança, facilidade de deslocamento e outros fatores; e por fim, a centralidade, principal característica:

[...] apoia-se ao seu poder de articulação entre os diferentes níveis de centros urbanos, a sua atuação como centro de oferta de bens e serviços para a sua área de influência, e como nó de diferentes tipos de rede, funções que estão no cerne do conceito de centralidade. (BRANCO, 2006, p. 252).

Sposito (2001, p. 625) também vai além da definição de cidade média somente pelo porte populacional e propõe que a noção de situação geográfica, “aliada a outros instrumentos teórico-conceituais”, auxilia na compreensão de cidade média.

Como exposto anteriormente, nem toda “cidade de porte médio” desempenha os papéis de “cidade média”⁵. Dessa forma, analisar a situação geográfica é um dos parâmetros determinantes de seus papéis na hierarquia urbana (SPOSITO, 2001, p. 626).

Dentre as peculiaridades da situação geográfica, quanto mais distante ela estiver de outras de maior importância, as chances de apresentar papéis urbanos mais importantes são maiores. Porém, dependerão das possibilidades de circulação das mercadorias, informações, pessoas etc..

Corrêa (2006, p. 23-25) propõe que a cidade média deve ser pensada, primeiramente, dentro do contexto da rede urbana, quanto um importante nó. Em segundo lugar, pensá-la inserida na rede urbana global, na qual é considerada um nó menos importante. E ressalta que é necessário que se considere as principais características (tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano) dessas cidades pela sua combinação e não isoladamente.

⁵ Podemos admitir a existência de **idades de porte médio**, em função de característica que lhe é intrínseca, como seu **tamanho demográfico**, mas não podemos reconhecer se uma cidade de porte médio é uma **cidade média**, ou seja, aquela que **desempenha papéis de intermediação na rede urbana**, sem compreender, ao mesmo tempo suas características (o que não se restringe ao tamanho demográfico e deve incluir a estruturação interna de seus espaços), como suas relações com outras cidades (o que impõe o reconhecimento de seus papéis na estruturação urbana da rede) (SPOSITO, 2005, p. 331, grifos nosso).

O parâmetro tamanho demográfico já foi discutido anteriormente, porém esse autor propõe que a sua leitura seja compreendida pela relação tamanho demográfico e função urbana, na qual o aumento populacional possibilita o aumento das funções urbanas ou atividades básicas, voltadas para fora da cidade e de atividades não-básicas, voltadas para o consumo da própria cidade e vice-versa (CORRÊA, 2006, p. 24). Essa relação é expressa na distância centro-periferia.

Quanto maior o tamanho demográfico, maior será a dimensão do espaço intra-urbano, expressa pela distância entre o centro e a periferia da cidade, assim como mais complexa será a organização desse espaço intra-urbano. Em razão das distâncias viabiliza-se, em grande parte, uma maior divisão econômica do espaço, submetido a um mais significativo processo de descentralização, origem dispersa e formação de núcleos de atividades derivados de economias de aglomeração, distantes do centro. (CORRÊA, 2006, p. 24).

Além da combinação desses três elementos, a cidade média apresenta outros a serem considerados, como a elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais (CORRÊA, 2007, p. 29).

O primeiro elemento é importante, pois vai diferenciar cidades com mesmo tamanho demográfico, estabelecendo o nível de autonomia econômica e política da cidade (CORRÊA, 2007, p. 29).

A localização relativa coincide com a proposta de Sposito (2001) que ressalta a importância da situação geográfica. Segundo Corrêa (2007, p. 30)

Uma cidade média, que é também um lugar central na hierarquia regional, dispõe de expressiva localização relativa, constituindo-se um foco de vias de circulação e efetivo nó de tráfego, envolvendo pessoas, capitais, informações e expressiva variedade e quantidade de mercadorias e serviços. [...]. É esta localização uma herança do passado, resultado de um modo mais atrasado de circulação, submetido à conformação do relevo e das vias fluviais, ou ainda do movimento de avanços e paradas de linhas ferroviárias, criando “ponta de trilhos” (gateway cities), ou é parte dos empreendimentos realizados por um grupo social que, simultaneamente tornava-se elite ou reforçava essa posição.

As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços e escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas. (CORRÊA, 2007, p. 90).

Por fim, o último elemento são as interações espaciais “intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade [...], em grande parte controlada por grupos externos” (CORRÊA, 2007, p. 30). Esse elemento será discutido com mais detalhes ao longo desse capítulo, mas cabe aqui apontar para o fato de que as interações se realizam em duas escalas espaciais gerais.

As interações espaciais *de* e *para* a cidade média se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional, seja ela nacional ou internacional. Estas interações extra-regionais são decisivas para a identificação de uma cidade média, distinguindo-a de uma usual capital regional. Nesse sentido, admite-se ser necessário estabelecer as diferenças entre as interações regionais e extra-regionais, assim como as conexões entre ambas, diferenças associadas à natureza dos bens e serviços, agentes sociais e mercados envolvidos (CORRÊA, 2007, p. 30, *itálicos do autor*).

Com base nos elementos apresentados, Corrêa (2007, p.31-32) apresenta uma tipologia dos tipos preliminares de cidades médias.

A primeira, lugar central, é caracterizada pela forte concentração da oferta de bens e serviços. Trata-se, do capital regional, principalmente, encontrado no comércio varejista e nos serviços diversificados dotados de amplo alcance espacial. Possui uma elite comercial.

A outra tipologia é a de centro de drenagem e consumo da renda fundiária, trata-se de cidades localizadas "em área pastoril caracterizada pela grande propriedade rural e pelo absenteísmo de seus proprietários, que residem na cidade" (CORRÊA, 2007, p. 31) e também áreas com a presença de complexos agroindustriais. Além de apresentarem significativa concentração de atividades do comércio varejista e da prestação de serviços. Por apresentar uma elite fundiária o comércio e prestação de serviços sofisticados se sobressaem.

O centro de atividades especializadas é caracterizado pela concentração de atividades que geram interações espaciais de escala nacional e/ou internacional. Apresenta uma elite local empreendedora que estabelece atividades bem sucedidas no setor terciário e da produção industrial caba se tornando um símbolo identitário da cidade.

Com base no que foi exposto destacamos que a constituição de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), através da unicidade técnica, permitiu a redefinição e ampliação das lógicas de relações espaciais entre as cidades (SPOSITO *et al*, 2007, p. 38).

Assim, é de fundamental importância que as cidades estejam próximas de infraestruturas de transporte, principalmente, as de circulação rápida, tais como as rodovias, “**eixos** que, fixos ao território, organizam uma **rede** de circulação, cuja especialização é muito mais fixa do que as definidas pela comunicação por satélite [...]”. Essa configuração que se organiza não é a da área com continuidade territorial, mas de uma fluidez territorial definida ao longo desses eixos de circulação (SPOSITO, 2007, p. 50, grifos da autora).

Nesse contexto, as relações entre as redes de cidades pode ser definido em dois níveis: pelo mercado regional definido pela distância máxima que os consumidores se deslocaram para ter acesso a bens e serviços mais qualificados e pelas relações que estabelece com espaços urbanos de menor, maior ou mesma importância, com base na facilidade de escoamento do que é produzido e/ou necessário para abastecimento (SPOSITO, 2001, p. 636).

A descontinuidade territorial tem, também, como importante fator, as melhorias do sistema de telecomunicações que relativiza os deslocamentos materiais e imateriais. Isso possibilitou o processo de concentração e centralização econômica. Com esses novos meios técnicos informacionais as grandes empresas passaram a se (des)concentrar espacialmente e/ou centralizar o capital (SPOSITO *et al*, 2007, p. 37-41), ampliando os papéis urbanos dessas cidades.

As ideias articuladas acima sobre cidades médias nos ajudarão a compreender a classificação de Ribeirão Preto quanto tal. Podemos, de forma resumida, definir que os elementos a serem analisados para a definição de cidade média são: o tamanho populacional, as funções urbanas, a centralidade exercida, a situação geográfica e a presença de uma elite empreendedora.

Ao longo dos anos, com as modificações dos papéis desempenhados pelas cidades na rede urbana, diversos foram os critérios utilizados para se estabelecer um conceito mais abrangente de cidade média. Entretanto, a elaboração de um

conceito de caráter universal, que pudesse ser aplicado à totalidade das cidades, não compreenderia as particularidades de cada cidade média, assim há a necessidade da apreensão da diversidade de suas funções. (SPOSITO, 2001, p. 610 - 627).

Essa dificuldade conceitual é expressa na elaboração de políticas de planejamento voltada para as cidades médias, ora, tida como cidade de porte médio, ora, cidade média. Apesar disso, os programas voltados para essas cidades tiveram como objetivo a desconcentração funcional das metrópoles, com a integração de diversas áreas. No próximo tópico apresentaremos esses programas e a importância destes para Ribeirão Preto.

3.2. Políticas de planejamento e as cidades médias

Neste tópico temos como objetivo apresentar algumas políticas de planejamento elaboradas, especificamente, para as cidades médias⁶. Assim, contextualizaremos a criação e aplicação dessas políticas, ressaltando que a participação de Ribeirão Preto nessas políticas denota a sua relevância e importância regional.

No Brasil, foi a partir de 1955 que se iniciaram os estudos sobre as redes urbanas. Nesse período, destaca-se o estudo de Pierre George. Principalmente, no pós-guerra, devido à:

[...] aceleração da urbanização e da redefinição da divisão internacional do trabalho, geradora de novas articulações funcionais e mudanças na rede urbana. Subjacente a isto está a retomada da expansão capitalista e a difusão do sistema de planejamento da expansão capitalista e a difusão do sistema de planejamento em sua dimensão espacial, envolvendo a rede urbana. (CORRÊA, 1989, p. 9).

Entretanto, os estudos sobre a rede urbana são anteriores a esse período. Entre 1920 e 1955, principalmente na Europa, houve o aumento do interesse pelos

⁶ Ao longo desse tópico algumas das políticas de planejamento apresentadas tem como referência as cidades de porte médio e de médio porte, as utilizamos respeitando a denominação dos autores e documentos que nos baseamos. Entretanto, a denominação que defendemos nesse trabalho é o de cidade média. A primeira se refere a classificação somente com base no tamanho demográfico, enquanto que as cidades médias consideram, dentre outros fatores, também, as funções urbanas, como explicado anteriormente.

estudos da rede urbana, com base em estudos empíricos (CORRÊA, 1989). O tema foi abordado segundo distintas acepções, mas foram destaque os estudos com referência à:

[...] diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região. Estas vias não são necessariamente excludentes entre si, interpenetrando-se, mutuamente, de diferentes modos. (CORRÊA, 2006, p. 17).

Temos como exemplo estudos realizados pelo francês, M. Aurosseau, com a classificação das cidades em oito categorias, segundo as suas funções dominantes. E o americano, Howard Nelson que propôs, a partir de um tratamento estatístico, a classificação de 897 cidades norte-americanas. Sua análise foi baseada no cálculo da média e do desvio padrão de nove atividades econômicas.

A partir dos anos de 1950 e 1960 assistia-se no Brasil, uma concentração e um aumento da população urbana, devido à crescente migração. Nesse contexto, iniciou-se as discussões entre técnicos e acadêmicos da área de planejamento urbano sobre políticas urbanas, baseando-se nos estudos franceses. A exemplo os estudos sobre planejamento urbano de Pierre George (1952) que ressaltavam os desequilíbrios intrarregionais e intrarredes urbanas francesa e europeia. Os resultados contribuiriam, segundo o autor, para promover intervenções mais focadas que minimizariam esses desequilíbrios.

Diante desse quadro, as políticas que eram estabelecidas, no Brasil, tinham como objetivo maior a integração nacional e a questão do espaço urbano pouco era mencionado. No I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), havia alguns aspectos sobre o espaço urbano, mas eram pontuais. Estas se referiam à estratégia de integração nacional através, por exemplo, da criação de regiões metropolitanas como uma medida de consolidação do desenvolvimento da região Centro-Sul (STEINBERGER e BRUNA, 2001).

Somente a partir da década de 1970 que as políticas urbanas nacionais passaram a ser tratadas com mais rigor a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Essa política estava baseada na experiência francesa do "Aménagement du Territoire". Segundo Fischer (2003, p. 10)

Propomos definir o "aménagement" como: "o conjunto das intervenções do poder público baseadas em objetivos públicos e em projetos sociais coletivos e que visam, pela aplicação de políticas de monitoramento (resposta a uma demanda expressa) e de políticas de treinamento (antecipação de uma solicitação futura), a requalificar espaços degradados ou em crise, a aumentar a atratividade e os potenciais de certos territórios, a garantir um mínimo de equilíbrio inter-regional dentro do espaço nacional".

O PNDU teve como finalidade oferecer as diretrizes sobre política urbana a ser incorporada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, como ocorreu. Assim, deu-se início a uma nova etapa do planejamento urbano brasileiro e

[...] foi fundamental porque a) agregou e sistematizou, pioneiramente, os vários temas que envolvem uma política urbana, até então abordadas de forma fragmentada; e [por] b) servir de base a formação das políticas urbanas nacionais de 1970 e 1980. [...] uma leitura do documento possibilita encontrar razões mais perenes da sua importância, pela explicitação de duas posturas: a) considerar que uma política urbana vai além da problemática de funcionamento interno das cidades para ir ao encontro da problemática regional, via articulação em rede de cidades, o que, em última análise significa propugnar pela implantação de uma política nacional de organização territorial; e [por] b) buscar a compatibilização de um modelo de ocupação do território com o processo econômico e social, via investimentos públicos e privados [...]. (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p. 41).

Segundo Pontes (2001, p. 569), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano propôs estratégias voltadas para os centros com núcleo urbano acima de 50.000 habitantes, no nível de macrorregiões brasileiras.

Dentre as estratégias previstas, no que tange à Região Sudeste, destacamos os investimentos em infraestrutura urbana nas cidades que foram beneficiárias da desconcentração funcional. Assim sendo, foram estabelecidas as diretrizes gerais do Programa Nacional de Capitais e de Cidades Médias que tinha como objetivos: propiciar novos polos de desenvolvimento, desconcentração da população e das atividades econômicas; criar novos empregos e reduzir disparidades de renda (PONTES, 2001, p. 571).

Foi proposta a classificação dos centros de acordo com a sua função. Primeiramente, os centros com função de desconcentração que receberiam investimentos no sistema de transportes e comunicações em nível regional e a criação de distritos industriais para promover a indústria local. E o segundo tipo de

centro são os com função de dinamização, com investimentos no sistema de transportes em escala regional, criação de facilidades de crédito para as indústrias regionais e o desenvolvimento das telecomunicações.

Nesse contexto, o geógrafo Michel Rochefort⁷, assessor da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, definiu “cidade média” “como um centro urbano em condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia” (PONTES, 2001, p. 572).

Rochefort (1975) também sugeriu uma classificação das cidades médias brasileiras. Primeiro, as cidades médias integradas à rede urbana, correspondente às regiões que sofreram com os impactos da metrópole que acabou criando um sistema urbano de vários escalões.

Nesse nível da rede urbana, seria possível distinguir três tipos de cidades médias: as que recebem impacto direto do crescimento industrial das metrópoles, as cidades turísticas e estâncias termais, e as "complexas".

- O primeiro tipo é das que **“recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles”** (PONTES, 2001, p. 572, grifo nosso), em função dos distintos fatores de atração e há dois subtipos de cidades médias nessa classificação: as cidades médias que já apresentavam relevância econômica e crescimento urbano e que receberam o impacto da desconcentração das atividades metropolitanas, assim suas funções, predominantemente, são “atividades terciárias e industriais tradicionais, baseadas na existência de uma burguesia urbana e de um capital local, e unidades industriais modernas, de implantação recente, que dependem diretamente da metrópole” (PONTES, 2001, p. 573). Por fim, a desconcentração metropolitana que teve como principal fator as vantagens

⁷ Michel Rochefort elaborou sua tese sobre a rede urbana na Alsácia, em 1950. A sua influência na Geografia brasileira é relativa à estruturação de redes urbanas, com foco não apenas nas metrópoles, mas também nos papéis desenvolvidos pelas demais cidades da rede. Apresenta três níveis hierárquicos e funcionais dessa rede urbana: as grandes cidades; cidades médias; e organismos urbanos elementares. Foram os seguintes os critérios utilizados: os limiares demográficos; a organização interna das cidades; e suas relações externas (SPOSITO, 2005, p. 325; AMORIM FILHO, 2007, p. 70).

comparativas, principalmente, em núcleos urbanos pouco significativos na rede urbana até então.

- O segundo tipo de “cidade média” são as **idades turísticas e estâncias termais**, em sua maioria, cidades localizadas no litoral e em serras.

- O terceiro tipo de cidade média seria aquele denominado como “**complexas**”. Ou seja, aquelas que apresentam relevância na atividade industrial e também como centro prestador de serviços a uma zona agrícola, sua respectiva área de influência. Segundo Pontes (2001, p. 574)

As primeiras funções desempenhadas por essas cidades geraram uma acumulação de capital que possibilitou certa capacidade de investimento da qual derivou sua industrialização que ainda hoje conserva certa autonomia. Em outros casos, notadamente em zonas que receberam migrantes europeus, a atividade industrial constitui-se no próprio motor do desenvolvimento urbano, ao passo que as atividades terciárias só intervieram posteriormente.

Dentro dessa classificação, Rochefort (1975) apresenta como exemplo de cidade média complexa e fortemente integrada em uma rede urbana hierarquizada, Ribeirão Preto. O que denota que em 1975, Ribeirão Preto já chamava a atenção pela sua complexidade.

As variáveis que distinguiriam essas cidades médias seriam a amplitude de suas funções e suas áreas de influência, além da importância das atividades industriais e terciárias.

A estratégia de oferecer as diretrizes para as próximas políticas urbanas elaboradas, tem como princípio o desenvolvimento a longo prazo, como afirma Fischer ao explicar sobre o "aménagement".

Seja ele econômico, social, territorial, global, o planejamento, presente em programas e projetos, consiste sempre em organizar o crescimento e o desenvolvimento para o futuro, em controlar as evoluções setoriais e espaciais em vez de deixar que se desenvolvam evoluções espontâneas suscetíveis de gerar muitos riscos e incoerências. Qualquer planejamento supõe uma definição de objetivos, de um orçamento, de um cronograma e de um território. Como a sociedade não pode atender a todas as necessidades ao mesmo tempo, todo planejamento implica também escolher prioridades (entre as ações futuras) e arbitragens (para os investimentos públicos entre os diversos interesses em concorrência), assim como recorrer a diversas técnicas de

antecipação (projeções, previsões, prospectiva). (FISCHER, 2003, p.11).

Teve como objetivo:

[...] promover melhor estruturação do sistema urbano com vistas à maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e à elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida, mediante: a implantação de regiões metropolitanas; a identificação das funções a serem cumpridas pelas metrópoles nacionais e regionais; e a definição de pólos secundários. (ESTEINBERGER e BRUNA, 2001, p. 44).

Para o desenvolvimento de tal política foram identificados quatro tipos de áreas de intervenção para uma política nacional de desenvolvimento urbano (SEINBERGER e BRUNA, 2001). As áreas "de contenção (metrópoles nacionais de São Paulo e do Rio de Janeiro); de disciplinamento e controle (Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Brasília, Recife, Salvador, Fortaleza e Belém); de dinamização (pólos de desenvolvimento); e de promoção (modalidade de áreas urbanas objeto de grandes investimentos públicos ou privados, turísticas e estagnadas)." (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p. 41).

Na tipologia das áreas de dinamização, nota-se uma importância dada às cidades de porte médio, por serem áreas com maior capacidade de exercer a função de polos de desenvolvimento.

"[...] eram as áreas estrategicamente mais importantes na rede urbana e aptas a receberem impulsos por serem os verdadeiros pólos de desenvolvimento. Dentre as cidades que já apresentavam potencial para desempenhar esse papel estavam as capitais estaduais e as metrópoles regionais interiorizadas. Estavam representadas em dois grupos: as áreas mais urbanizadas da região Sudeste, em fase de organização, sensíveis a inovações e com base socioeconômica sólida, em especial as situadas na franja de descentralização espontânea das metrópoles nacionais que tinham o papel de barrar o crescimento dessas, razão pela qual teriam condições de apresentar resposta rápida e eficiente; as metrópoles regionais interiorizadas nordestinas e as cidades médias do Centro-Oeste e Sul do País (50 mil a 250 mil habitantes), que além de desempenharem um papel estruturador da rede urbana, poderiam ser pontos de apoio da rede, servindo à economia agrícola e agroindustrial" (op. cit., p. 69-70).

A lógica dessa proposta previa uma relação estreita entre as áreas de dinamização e as demais, razão pela qual elas tinham um papel-chave. De fato, eram o "coração" da proposta, ou seja, o elemento novo que poderia vir a gerar uma alteração substantiva no modelo de

ocupação territorial da época (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p. 42).

Também se mantinha a preocupação com os desequilíbrios regionais, assim as políticas visavam propor uma organização territorial que interagisse espaço urbano e organização territorial (GODOY, 2012).

O II PND tinha como objetivo, além da integração do território nacional e a redução dos desequilíbrios regionais - herdados do I PND - amenizar a problemática do fenômeno recente de urbanização brasileira para a consolidação de um país majoritariamente urbano. Para isso, propunha desenvolver políticas de infraestrutura, tais como: de saneamento básico e de habitação e urbanismo, principais problemas sociais desse contexto.

Com o II PND criaram o Programa Nacional de Apoio às Capitais e as Cidades de Porte Médio (PNCCPM), 1974-1978, por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana do Ministério de Planejamento (CNPU).

Para Esteinberger e Bruna (2001, p. 51)

O Programa de Cidades de Porte Médio vigorou por aproximadamente 10 anos, sendo 1976 o marco inicial de sua gestão pela CNPU e 1986 a data de encerramento oficial pelo Banco Mundial. Esse período pode ser dividido em três momentos: no primeiro, de 1976 a 1979, foi implantada uma versão do programa denominada "Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio" ou CPM/Normal, comandada exclusivamente pelo governo brasileiro; o segundo, que abrangeu o biênio 1980/81, pode ser caracterizado com o misto, uma vez que se deu continuidade à versão anterior, que acabou desativada e, paralelamente, se iniciou a implantação de uma nova versão cunhada de "Projeto Especial de Cidades de Porte Médio" ou CPM/Bird, com ingerência do Banco Mundial; e o terceiro, de 1982 a 1986, ficou restrito à segunda versão. As duas versões do programa procuraram, na medida do possível, beneficiar cidades médias que pudessem atender aos objetivos traçados nas duas políticas urbanas nacionais: a do II PND e a da Resolução do CNDU. A seleção das mesmas não seguiu critérios rígidos, pois levavam-se em conta não apenas o tamanho mas também a localização e a relevância de sua função regional na rede urbana. Documentos elaborados para subsidiar a implantação do programa, durante a primeira política urbana, conceituaram cidades médias como aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valor estratégico para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial.

Ainda com base no II PND e nos objetivos específicos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PDUR) para o Estado de São Paulo, elaborou-se o Programa de Cidades de Porte Médio.

Vale ressaltar que os estudos que originaram a PDUR estabeleciam uma divisão do Estado de São Paulo em quatro áreas, cada qual com sua necessidade específica. Nessa divisão Ribeirão Preto foi considerado um dos centros dinamizadores que seriam os maiores beneficiários do programa (PONTES, 2001) e o Programa de Cidades de Porte Médio também abrangeu Ribeirão Preto.

Segundo Pontes (2001, p. 594), o Programa de Cidades Médias⁸ visava estabelecer polos regionais, com o objetivo de favorecer a desconcentração econômica e populacional. Para isso, houve subsídio para o financiamento de equipamentos e obras de infraestrutura urbana que “viessem a suprir os municípios integrantes do Programa, das condições necessárias ao seu desenvolvimento como pólos de crescimento”. Segundo Sposito (2004, p. 325)

Foi, justamente, naquela década, que a política do Estado francês de promover uma desconcentração territorial das atividades industriais, para arrefecer a tendência macrocefálica da metrópole parisiense, criou condições favoráveis ao desenvolvimento de estudos e à formulação de propostas de estímulo a constituição de novos pólos industriais, à luz da Teoria dos Pólos Centrais de François Perroux.

Como exemplo da atuação desse programa em Ribeirão Preto temos a Lei Ordinária, nº 5268, de 1988 que autoriza a parceria entre poder municipal e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) para a execução de obras e serviços que visem a melhoria do transporte coletivo urbano.

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União, por intermédio da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, vinculada ao Ministérios da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, objetivando a execução de obras e serviços complementares, em vias utilizadas pelo sistema coletivo de transportes urbanos, referente ao Programa de Apoio aos Sistemas locais de Transportes Urbanos das Aglomerações Urbanas e Cidades de Porte Médio - PROURB, cuja minuta fica fazendo parte

⁸ Nota-se que os autores tratam do mesmo programa, entretanto definem suas referências na classificação das cidades. Esteinberger e Bruna (2001) defendem a utilização de "cidades de porte médio" como apresentado no documento oficial do projeto, enquanto que Pontes (2001) faz referência à "cidades médias".

integrante desta lei. (RIBEIRÃO PRETO, Lei Ordinária nº 5268, Ementa e Conteúdo. Artigo 1º, 1988).

Dessa forma, ao procurar estabelecer polos regionais e abranger Ribeirão Preto no programa, assume-se que o município era considerado um polo com potencial de crescimento e polarização.

Ao tratarmos sobre polos de desenvolvimento é inegável a influência dos estudos de François Perroux (1975, p. 7) com a Teoria dos Polos de Desenvolvimento, na qual “o crescimento não aparece em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia”.

Para o autor, para que se tenha um aumento evidente da economia é necessário que todos os fatores responsáveis pelo crescimento estejam proporcionados:

[...] se as forças de trabalho dão lugar a outras qualitativamente superiores; e se não se verifica nenhuma perda nos sectores adjacentes àqueles em que efectua a inserção, a produção total da economia sofre um aumento evidente. Se, em função dos factores considerados, há afectação nos sistemas pré-existentes, com perdas de produtividade em alguns dos seus sectores, o aumento líquido na produção total é a soma algébrica de ganhos e perdas na produtividade. (PERROUX, 1975, p. 11).

A questão estratégica desse processo que induz à desconcentração é que uma nova indústria, na maior parte das vezes, não aparece sozinha. A expansão das novas indústrias acaba por se sobrepor a essa indústria motriz. Entende-se por indústria motriz, uma indústria que ao aumentar sua produção, concomitantemente, aumenta a produção de outras indústrias. “A aparição de uma ou de várias indústrias varia a <<atmosfera>> dum período e cria um <<clima>> que conduz ao crescimento e ao progresso” (PERROUX, 1975, p. 12-15).

Ao analisar a teoria proposta por Perroux, Friedman (1975, p. 27-28) critica que a utilização do conceito de polo de desenvolvimento, nessa época, tornou-se popular e seu significado diluiu-se. O autor defende que a correta utilização da teoria, através do conceito de região-chave, é quando se aplica em projetos de

planejamento de desenvolvimento nacional, enquadrando-a nas estruturas espaciais intermediárias.

Friedman (1975, p. 28-29), destaca os principais papéis que podem ser atribuídos ao desenvolvimento de um polo de desenvolvimento

- a) Integração da economia através do território nacional;
- b) Incorporação efectiva dos recursos regionais não controlados, na economia nacional;
- c) Retardação da velocidade de crescimento das regiões-chave excessivamente grandes;
- d) Melhoramento dos níveis de vida das áreas subdesenvolvidas;
- e) Estimulação do desenvolvimento rural.

A Teoria dos Polos de Desenvolvimento é estruturada à partir da indústria principal - representa o crescimento mais rápido que o crescimento médio; o complexo industrial (agrupamento em torno da indústria principal); e polo de crescimento ou região-chave (a soma das atividades econômicas, relacionadas com o complexo industrial, como expressão geográfica). (FRIEDMAN, 1975, p. 32).

O foco dessa estrutura são atividades econômicas com potencial para exportação de mercadorias e serviços, potencial de crescimento como “a ponta de lança do desenvolvimento econômico” e enquanto centro de criação e difusão espacial de inovações. (FRIEDMAN, 1975, p. 33).

Entretanto, Friedman (1975, p. 44-50) salienta que essa estratégia não é válida para qualquer sistema econômico, nem os pré-industriais e os pós-industriais possuem altas possibilidades de se beneficiarem dessa estratégia. Assim, vale ressaltar, novamente, que essa estratégia só é indicada quando inserida em um contexto de política nacional de desenvolvimento regional.

Pontes (2001), ao analisar a Teoria dos Polos de Desenvolvimento a correlaciona com a Teoria dos Lugares Centrais e também com a concepção teórica de centro-periferia. Dessa forma,

[...] um pólo implicaria uma aglomeração setorial, com um conjunto de indústrias apresentando inter-relação mais elevada no seu âmbito interno do que com o exterior, enquanto que um “centro” se traduziria numa aglomeração geográfica, com um conjunto de atividades

localizadas proximamente e com maiores relações entre si.” (JALÉE⁹ *apud* PONTES, 2001, p. 598-603).

A importância da aplicação dessa teoria no contexto brasileiro foi que gerou uma:

[...] difusão do capital no espaço brasileiro, através dos próprios programas governamentais que tiveram como respaldo a teoria da polarização e foram implementados mediante os incentivos e isenções fiscais e creditícias concedidos a latifundiários, fazendeiros e empresários nacionais ou estrangeiros. (PONTES, 2001, p. 603).

Ribeirão Preto foi considerado como polo ao ser inserido no Programa de Cidades Médias. Outro momento em que a capacidade de polo foi ressaltada foi a divisão regional do Estado de São Paulo, em 1970, sendo Ribeirão Preto a principal de sua região que leva o mesmo nome.

A divisão regional do Estado de São Paulo, em regiões administrativas, é composta, atualmente¹⁰, por 15 regiões administrativas, sendo elas: metropolitana de São Paulo, região metropolitana da Baixada Santista, região administrativa de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Registro, Central Franca, Barretos, Ribeirão Preto, Bauru, Marília, São José do Rio Preto Araçatuba e Presidente Prudente (Figura 1).

⁹ JALÉE, P. *O imperialismo em 1970*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.

¹⁰ A proposta inicial era composta de 10 regiões administrativas, mas com a passagem do sistema fordista ao sistema flexível e as mudanças econômicas e de padrões locacionais das atividades produtivas novas regiões administrativas foram criadas (SPOSITO, 2005, p. 327).

Figura 1 - Estado de São Paulo. Regiões Administrativas. 2015.



Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo¹¹.

Apesar de Ribeirão Preto ser considerado um polo, a sua consolidação se deu como centro. O desenvolvimento dos municípios próximos esteve atrelado ao papel de Ribeirão Preto quanto polo, entretanto, atualmente, as relações de complementaridade e a sua centralidade reforçam o papel desta quanto centro.

Dessa forma, pudemos observar que Ribeirão Preto quanto à evolução populacional pode ser classificada quanto cidade média, entretanto, não se faz suficiente a análise do tamanho demográfico por si. Devemos considerar outros elementos de caracterização, tais como: as funções urbanas, a centralidade exercida, a situação geográfica e a presença de uma elite empreendedora.

A presença de uma elite empreendedora, como apresentaremos no capítulo 4, foi importante para investir o capital acumulado em outros setores como o comércio. Elemento que aumenta a centralidade da cidade até os dias de hoje. Esse e os outros elementos serão analisados ao longo desse trabalho.

No tópico seguinte, apresentaremos uma discussão sobre as novas características da rede urbana, pelo viés das interações espaciais e da heterarquia urbana.

¹¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Apresenta um acervo de mapas. São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/exposicoes/interior_paulista/mapa.htm>. Acesso em: 19 de jan. 2015.

3.3. Interações espaciais e heterarquia urbana

Na rede urbana, no caso brasileiro, as relações hierárquicas também apresentam relações horizontais.

Assim, durante todo o século XX e, no caso brasileiro, especialmente na segunda metade do século, às relações hierárquicas, passaram a se sobrepor relações de tipo horizontais entre cidades de importância relativamente semelhante que estabeleciam, entre si, fluxos de complementaridade e de concorrência, num período em que a divisão regional do trabalho se tornava mais complexa. Além disso, em países de industrialização tardia e/ou dependente, o desenvolvimento industrial, com base em capitais nacionais, mas progressivamente incorporando capitais multinacionais, redefinia a participação de todas as cidades na divisão internacional do trabalho, como foi o caso do Brasil, ampliando o escopo territorial das relações hierárquicas que antes se estabeleciam e, por outro lado, ultrapassando o espaço regional (SPOSITO, 2007. p. 236).

A noção de fluxo sobressai a partir dos novos sistemas técnicos, segundo Santos (2012, p. 178), uma das principais características do atual período é a rapidez de difusão das inovações técnicas.

Para Corrêa (2007), até a década de 1960 a rede urbana brasileira era caracterizada por diversas características, mas três se sobressaíam. Primeiramente, a pequena complexidade funcional dos centros urbanos com pequena divisão territorial do trabalho, nesse período, o processo de integração do território nacional ainda estava no começo; com isso, a articulação entre os centros eram menor; por fim, as interações eram, predominantemente, regionais estruturado em torno de metrópoles regionais já consolidadas ou em formação.

Para Santos e Silveira (2011, p. 47), foi a partir das dificuldades de transporte deixadas como consequência da Segunda Guerra Mundial que acarretou em uma nova ideologia de consumo, de crescimento econômico e planejamento como novos instrumentos políticos para a reconstrução dos espaços nacionais.

Dessa forma, ampliaram-se as redes de transporte, tornando-as mais densas e mais modernas, bem como houve a modernização do sistema de comunicações criando condições de fluidez do território, tanto pela presença de infraestruturas quando pelo seu uso (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 49).

Dá-se início a uma fase característica da integração entre os lugares, mas com especializações de produção. O território ganha novos conteúdos e aumentam as possibilidades de produção, devido a circulação de insumos, produtos, dinheiro, informações, ordens, homens e ideias. Assim se deu a irradiação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2011).

Uma autonomia relativa entre lugares é substituída por uma interdependência crescente e sobretudo a interdependência “local” entre sociedade regional e natureza, fundada em circuitos locais, é rompida por circuitos mais amplos, em mãos de poucos produtores. Tal evolução é geral, embora a superposição de nexos múltiplos, diferentes segundo os lugares, defina as diversidades regionais. Graças à propaganda, à industrialização, ao crédito e à urbanização, amplia-se o consumo ao mesmo tempo que há uma transformação mais rápida de valores de uso em valores de troca, acelerada pela especialização territorial da produção, pelo novo patamar de urbanização e pela valorização da terra. É uma fase de nova integração, mas com especialização geográfica da produção material e imaterial (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 52)

Outro processo que deve ser considerado ao tratarmos das transformações supracitadas que ocorreram nas cidades médias e, conseqüentemente, na rede urbana é a globalização que não homogeneizou os espaços, mas alterou a forma como se dá as interações espaciais¹² (CATELAN, 2012, p. 20).

A globalização alterou as redes hierárquicas estabelecidas anteriormente entre cidades de diferentes tamanhos, além de ampliar a extensão das relações, alterou também as funções das cidades "nós" da rede urbana, estabelecendo novas relações que se sobrepõem às hierárquicas:

[...] el proceso que denominamos “globalización” altera las tradicionales redes jerárquicas, estableciendo nuevos contextos espaciales en los cuales los flujos que articulan entre sí a las ciudades de una misma red urbana apenas con ya jerárquicos. La extensión de las relaciones económicas a gran escala altera los roles que desempeñan las ciudades de diferentes tamaños y diferentes grados de participación en la compleja división del trabajo a escala global. A su vez, esta extensión de las relaciones y la división del trabajo a escala global. A su vez, esta extensión de las relaciones y la reordenación de funciones conllevan la redefinición de los vínculos que se establecen a escala local, regional y nacional. La globalización conlleva, pues, la transformación no sólo de las características del nodo-ciudad sino también de las relaciones que ésta establece a través de las diferentes redes en las que participa y

¹² O conceito de interações espaciais será discutido no decorrer deste capítulo.

de su posición respecto a los demás en cada una ellas (BELLET, 2009, p. 11 e 12).

Assim, segundo Whitacker (2007, p. 152), “as noções tradicionais de hierarquia urbana e de rede urbana são subvertidas pelas noções de fluxo, de redes de cooperação (CAMAGNI, 1993), de redes imateriais e de realidades territoriais que encontram sua significância em escalas mundiais e com relações descontínuas, territorialmente falando”.

Para Camagni (1993), os sistemas urbanos atuais estão longe da representação de modelo proposta por Christaller, pois, devido à redução dos custos de transporte, seria possível encontrarmos funções de classificação superior, pelo modelo christalleriano, em centros médios, mas mais especializados. O autor lista seis evidências empíricas que comprovam o novo paradigma das redes, sendo eles: 1) a redução de custos de transporte, possibilitando a sobreposição de “áreas de mercado”; 2) incremento da esfera do consumo, demandando mercadorias distintas daquelas produzidas nas “áreas de mercado”; 3) ligações horizontais e verticais entre as empresas e por decorrência, também entre os centros urbanos; 4) centros especializados pouco conformes à estrutura típica não especializada derivada do modelo de Christaller; 5) funções de classificação superior também localizado em centros médios, mais especializados, nos quais o modelo de Christaller previa que as funções teriam uma classificação inferior; 6) políticas urbanas, planejamento estratégico e *city marketing*.

Camagni (1993) propõe uma leitura do sistema de cidades através do paradigma de redes, considerando três lógicas de comportamento espacial das empresas: territorial, competitiva e em rede. Essas correspondem, respectivamente, a seguinte classificação de cidades: a rede de complementariedade, a rede de sinergia e a rede de inovação. Para isso, o autor baseia-se na formação de redes “hierarquizadas verticalmente” formadas não somente por fluxos hierárquicos, mas também aquelas formadas por relações de competitiva, e de cooperações.

Sposito (2005), ao analisar a rede urbana paulista, já mencionava que as múltiplas redes de fluxo aumentam a complexidade do papel das cidades médias.

O conjunto dessas transformações indica que múltiplas redes de fluxos se estabelecem, colocando em relação as cidades paulistas,

segundo lógicas que respondem a diferentes divisões regionais do trabalho que se superpuseram e estão superpostas, denotando que o espaço é, como destacou Milton Santos, acumulação desigual de tempos (SPOSITO, 2005, p. 191).

Em grande parte, a superposição de lógicas diferentes corresponde a meios técnicos de circulação diversos entre si e que respondem a demandas igualmente distintas, tornando evidente a coexistência de mais de uma lógica na estruturação de uma rede urbana. Isso ocorre não apenas em função de mudanças no decorrer do tempo, mas, sobretudo, porque a combinação de diferentes elementos constitutivos determinantes da rede urbana se dá de forma diversa espacialmente (SPOSITO, 2005, p. 191-192).

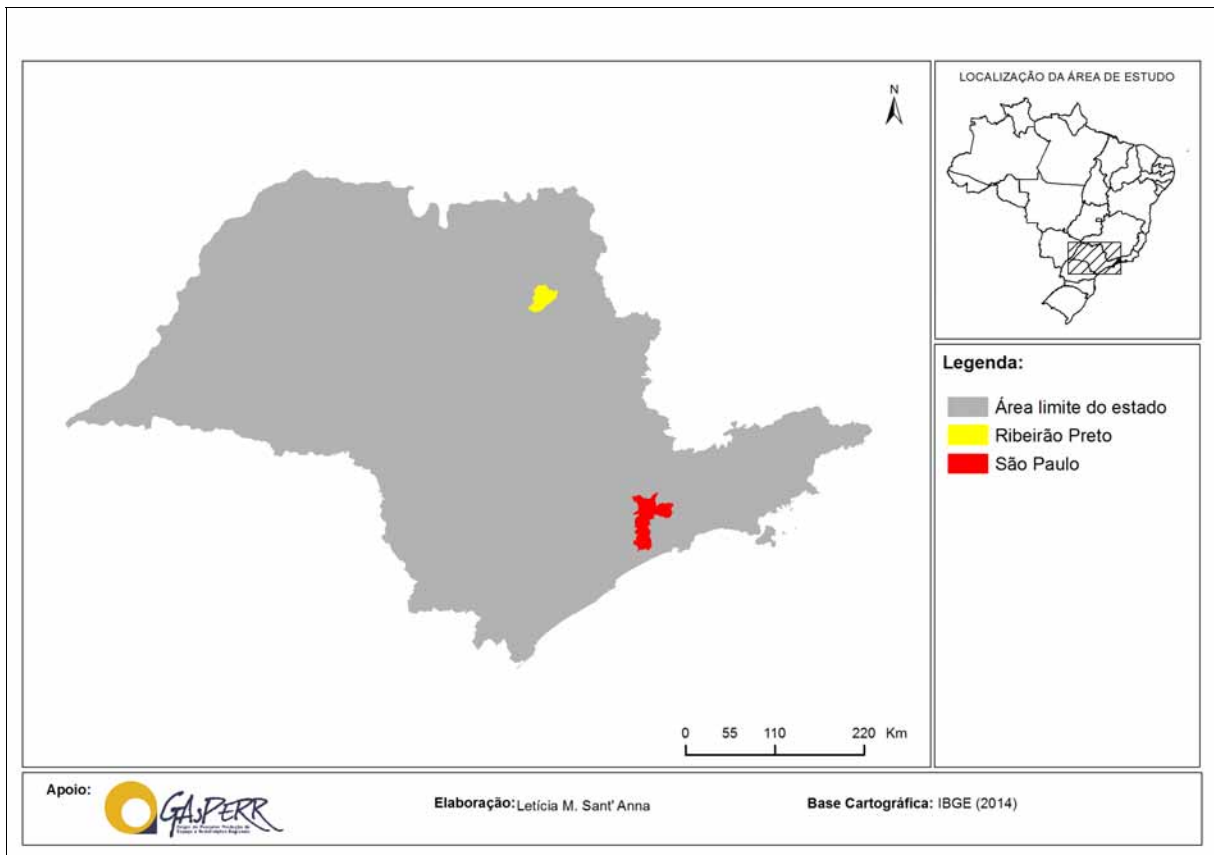
Outro fator que acentua essa complexidade é a possibilidade de cidades de uma rede urbana participar desta e de outras redes, através de lógicas espaciais contínuas e descontínuas (SPOSITO, 2005, p. 196). Essa possibilidade de sistema de cidades com relações transversais, que extrapolam a escala da própria rede, forma uma geometria variável, como apontam Santos e Silveira (2011):

Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas em face do movimento de globalização (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 281).

Dentro dessa dinâmica os papéis das cidades médias são alterados, em sua maioria, devido à localização que podem ser mais ou menos favoráveis a investimentos externos e de iniciativas de atores locais ou regionais e maior ou menor capacidade de se integrarem em outras redes de múltiplas escalas (SPOSITO, 2007).

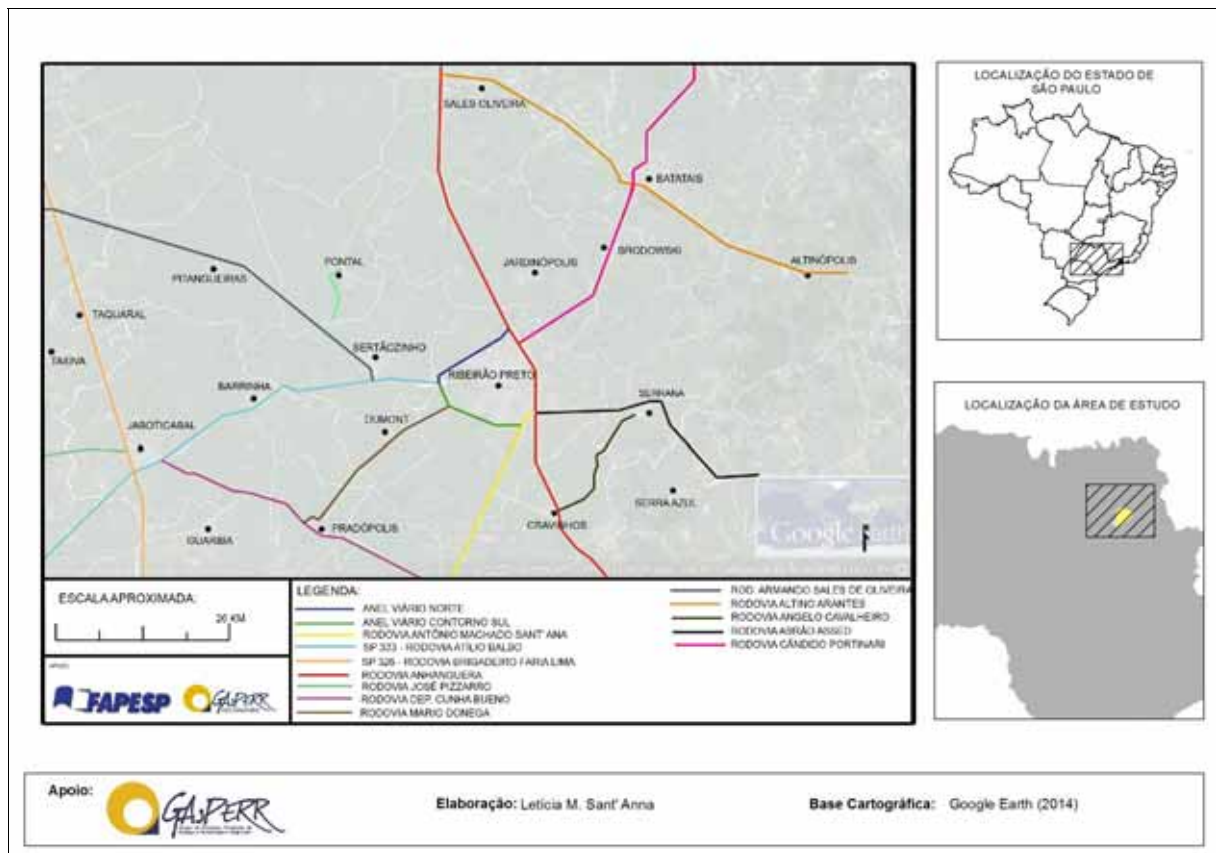
No que tange a localização, Ribeirão Preto está em um ponto privilegiado, a nordeste do Estado de São Paulo e tendo como municípios limítrofes: Guatapará, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana, Dumont, Sertãozinho e Brodowski (Mapa 1).

Mapa 1 - Ribeirão Preto. Localização relativa à São Paulo, 2015.



Apesar da distância de São Paulo, a rodovia Anhanguera (SP-330) possibilita o deslocamento para São Paulo, Campinas e Triângulo Mineiro. Sua localização é circundada por rodovias (Mapa 2), o que possibilita a circulação intensa, os eixos conformam um anel viário que, notadamente, reflete nas migrações pendulares muito presentes na região, seja no sentido de trabalho, estudo ou consumo, assim, a fluidez territorial permite a contiguidade territorial. As rodovias que conformam essa rede de circulação liga o município a Franca, Sertãozinho, Araraquara, Cajuru, entre outros.

Mapa 2 - Ribeirão Preto. Rodovias que a circundam. 2014.



Esse anel viário conforma uma rede de intensos fluxos, tanto que foram realizados investimentos para a melhoria do mesmo. Em maio de 2013, iniciaram obras de melhoria no anel viário, agora, conhecido como “Trevão de Ribeirão”, construída em 1972 e , atualmente, é insuficiente para a capacidade de veículos que a utiliza, além de ser um trecho perigoso. Acredita-se que com as melhorias será suficiente para o tráfego nos próximos 30 anos, diariamente¹³, cerca de 8 mil veículos passam no trevo, por hora. Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo¹⁴ (2014), a remodelação do Trevo Waldo Adalberto da Silveira, deve beneficiar mais de 1,5 milhão de moradores de Ribeirão Preto e de cidades próximas.

¹³ COSTALLAT ENGENHARIA. Apresenta notícias sobre as obras do "Trevão". Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.costallat.com.br/conteudo/15-milhao-de-pessoas-serao-beneficiadas-pelo-trevao-de-ribeirao-preto>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

¹⁴ AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Apresenta informações sobre a agência. São Paulo. Disponível em: <<http://www.artesp.sp.gov.br/sala-de-imprensa-noticias-antecipada-entrega-trevao.html>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

O “Trevão” (Foto 1) interliga a rodovia Anhanguera com a Avenida Castelo Branco; rodovia Abrão Assed (SP-333) com a Avenida Castelo branco e a rodovia Antônio Machado Sant’ Anna (SP-255), rodovia Prefeito Antonio Duarte Nogueira (SP-322) com a Anhanguera.

Foto 1 - Ribeirão Preto. Foto aérea do "Trevão", 2014.



Fonte: Jornal "A Cidade"¹⁵, 2014.

Junto à construção de oito viadutos com extensão de 630 metros cada e 20 alças de acesso e retorno, formando um complexo viário de 11,8 mil metros de extensão, também foram construídas passarelas para pedestres e ciclistas. Ao total foi feito um investimento de R\$ 120 milhões, realizado pelas concessionárias Autovias e Vianorte (Foto 2).

¹⁵ JORNAL A CIDADE. Apresenta notícias sobre a região de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.jornalacidade.com.br/noticias/cidades/cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=1020248>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Foto 2 - Ribeirão Preto. Placa com informações sobre a remodelação do anel viário. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

A inauguração da última etapa, dia 22/12/2014¹⁶, contou com a presença do governador Geraldo Alckmin que ressaltou a importância da obra, sendo este considerado o maior entroncamento viário do Brasil e a maior obra pública de Ribeirão Preto. O governador, no mesmo momento, anunciou mais obras para melhoria de infraestrutura no município, sendo a duplicação de 9,7 quilômetros da rodovia Maurílio Biagi (SP-322), entre Sertãozinho e Pontal para início em fevereiro de 2015 com o custo de R\$ 32 milhões. E também a duplicação da rodovia Arthur Costacurta que dá acesso a Jardinópolis pela Anhanguera com o custo de R\$ 20 milhões.

Não é somente o sistema rodoviário que tem recebido investimentos. Há investimentos no setor aeroportuário. Em julho de 2011, foi anunciada a ampliação

¹⁶ JORNAL A CIDADE. Apresenta notícias sobre a região de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.jornalacidade.com.br/noticias/cidades/cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=1020248>. Acesso em: 6 jan. 2015.

da pista do Aeroporto Leite Lopes, em Ribeirão Preto. Entretanto, quatro projetos já foram negados e o quinto está em processo de elaboração, principalmente, por questões ambientais.

A ampliação da pista tem como objetivo a operação de aeronaves maiores que fazem rotas internacionais e transporte de carga, bem como ampliação do terminal de passageiros. Muitas empresas estão aguardando as reformas no aeroporto, que facilitarão a logística de transporte, para se instalarem na cidade. O movimento no aeroporto de Ribeirão Preto é significativo, como podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2 - Ribeirão Preto. Aeroporto Leite Lopes. Movimentação. 2013 e 2014.

Ano		Passageiros						Aeronaves				Carga (Bem/Des) Kg		Correio (Bem/Des) Kg		
		Voo		Trânsito	Conexão	Total no mês (Bem/Des) Reg + Não Regular	Acum. 2014 (Bem/Des) Reg. + Não Regular	Voo		Toque Arremetida	Total no mês (Reg+Não Reg+T. Arremetida)	Acum. 2014 (Reg+Não Reg+ T. Arremetida)	Total no mês	Acumulado	Total no Mês	Acumulado
		Regular	Não Regular					Regular	Não Regular							
2013	Ribeirão Preto	90.125	2.031	741	2.604	92.156	826.337	1.338	2.247	822	4.407	43.579	69.552	466.163	0	0
	Total	206.949	25.121	4.660	3.186	232.070	2.032.874	3.042	20.311	15.363	38.716	369.367	324.926	2.931.619	0	0
2014	Ribeirão Preto	94.434	891	972	3.108	95.325	781.340	1.564	1.678	681	3.923	40.655	93.481	641.341	0	0
	Total	210.345	17.605	4.226	3.111	227.950	1.992.147	3.249	17.515	14.277	35.041	341.872	345.961	2.981.502	0	0

Fonte: DAESP (Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo) - 2014.
Organização: Letícia M. Sant' Anna

Os novos ritmos do processo de urbanização junto ao processo de globalização resultaram em uma rede urbana com cidades conectadas por interações espaciais interescares cada vez mais complexas. Para essa nova perspectiva Catelan (2012) propõe o conceito de “Heterarquia Urbana” como complementação à estruturação da rede urbana.

Essas novas relações espaciais com interações espaciais mais complexas que articulam várias escalas geográficas, alteram “as lógicas e a produção do espaço que passa a ser resultado, também, dos interesses e dos destinos do capital corporativo” (CATELAN, 2012, p. 13).

Diante dessas transformações os papéis e as funções de muitas cidades também se tornaram mais complexas, principalmente as das cidades médias e é por

meio das interações espaciais interescalares que as lógicas de diferentes escalas se encontram.

E diante desta transformação das relações espaciais ampliam-se, sobremaneira, bem como se complexificam, as funções e os papéis das cidades, como vêm acontecendo com aquelas que consideramos, conforme nosso arcabouço-metodológico, como “médias”. As horizontalidades e as verticalidades encontram-se nestas cidades, fazendo com que suas funções e papéis sejam reconhecidos, tanto na consolidação de uma rede regional como pela interação com as lógicas das escalas nacional e, principalmente, a global (CATELAN, 2012, p. 13).

Assim, retomamos as proposições anteriores referentes às cidades médias, na qual Corrêa (2007) propôs como um dos elementos para análise destas entidades urbanas as interações espaciais. Catelan (2012) utiliza as interações escalares como elementos de análise da rede urbana hierárquica, mas também heterárquica. Camagni (1993) delinea as mesmas ideias ao falar sobre as relações de complementaridade.

[...] as cidades médias devem ser observadas por meio de suas funções e de seus papéis em múltiplas escalas e que, sua presença na rede urbana, bem como as interações espaciais interescalares presentes nas redes urbanas levam a articulações complexas na organização e estruturação hierárquica da rede de cidades, sendo o espaço em rede explicado, também, pela heterarquia urbana (CATELAN, 2012, p. 14-15).

Dessa forma, algumas cidades diversificam suas funções urbana:

[...] já que algumas cidades despontam como centros em que a produção industrial, a ampliação do comércio e dos serviços públicos e privados passam a gerar ou reforçar atividades que podem redefinir os papéis das cidades nas redes às quais elas são articuladas. (CATELAN, 2012, p. 17).

Com base nisso, o conceito de “heterarquia urbana” é representado “pela condição das cidades médias na rede urbana como pontos-nós de encontro e articulação de múltiplas escalas” (CATELAN, 2012, p. 21).

Sendo os fluxos um dos principais elementos que tornaram a rede urbana heterárquica, se faz necessário uma discussão sobre as interações espaciais.

Diversos foram os estudos sobre as interações espaciais, dentre eles destacamos: Ullman (1980), Cheptulin (1982), Camagni (1993) e Corrêa (1997). Para isso utilizaremos como base a análise realizada por Catelan (2012).

Ullman (1980) utilizou o termo para “indicar a interdependência entre duas ou mais áreas distintas” (CATÃO; REOLON; MIYAZAKI, 2010). A partir de um conjunto de elementos presentes nas relações territoriais, Ullman (1980) não considera as interações espaciais como simples categoria, mas como a Geografia em si. Destacando que até o momento em que realizou sua análise, os estudos sobre as interações espaciais objetivavam “medir e classificar interações territoriais como fluxos de pessoas e mercadorias entre cidades ou regiões” (CATELAN, 2012, p. 36).

Segundo Catelan (2012), os estudos de Ullman (1980) são importantes por valorizar os fluxos territoriais, ou seja, a distância.

O autor oferece-nos uma contribuição deveras importante, pois, por meio da ideia de diferenciação de áreas, considera que uma área, ao receber empresas especializadas em determinada função, pode ampliar suas interações em pequena escala. O conceito de interações espaciais, construída por Ullman, é uma proposta dedicada a observar os fluxos territoriais, valorizando a distância como um aspecto a ser considerado na intensidade com que irão ocorrer as interrelações entre estas áreas, porém limita a análise espacial a tais fluxos territoriais (CATELAN, 2012, p. 36).

Outro aspecto relevante na sua proposição é que ele trabalha com a ideia de complementaridade entre as áreas de características diferentes. Talvez essa ideia seja aquela que mais contribui para uma visão menos elementar do conceito de interação espacial na perspectiva de Ullman (1980), pois, por meio dela, o autor observa as interações de uma forma mais ampla, aproximando-se do processo de produção espacial enquanto um movimento que não somente tem reflexos no espaço, mas o redefine e o transforma (CATELAN, 2012, p. 37).

Também por ressaltar que apesar das várias formas de interações existentes, muitas são interdependentes. (CATÃO, REOLON, MIYAZAKI, 2010, p. 233).

Cheptulin (1982 *apud* CATELAN, 2012) teve como base teórico-metodológica o materialismo dialético, assim suas ideias não são atribuídas somente ao espaço, considera também as relações sociais. Para isso, considera como conceitos e categorias: o movimento, a relação, a interação, o espaço e o tempo.

Segundo Catelan (2012), a utilização das categorias “movimento” e “relação” são as principais contribuições de Cheptulin (1982), pois estas estão relacionadas com a ideia de rede:

O conceito de interação é tomado como uma força sempre presente, tanto na formação material do mundo, segundo o autor o “mundo objetivo”, como na compreensão que temos da materialidade em nossa consciência. Este processo relacional entre a materialidade e seu significado em nossa consciência, que gera a produção do conceito que atribuímos às coisas – o movimento do pensamento e o movimento do e no espaço -, a nosso ver, justifica-se pelo “estado de correlação e interdependência universais”, destacado pelo autor, na passagem acima, como resultado da interrelação entre as propriedades da matéria e dos fenômenos (CATELAN, 2012, p. 38 - 39).

Catelan (2012, p. 40) afirma que a contribuição de Cheptulin (1982) é oferecer, com base na dialética, uma “construção epistemológica do movimento no espaço e na constituição das redes”.

Com base na relação entre movimento, espaço e rede, Camagni (1993) realizou seus estudos articulando os fluxos no espaço a partir das interações espaciais. Sua metodologia foi baseada em elementos do modelo gravitacional.

O autor observa que estas interações têm como característica principal o arranjo por meio de redes e se materializam a partir de relações bidirecionais e em múltiplos níveis (CAMAGNI, 1993, p. 78). Embora também valorize a perspectiva territorial, Camagni oferece uma contribuição importante para pensarmos as interações espaciais, que é a perspectiva segundo a qual as interrelações territoriais, dadas pelos agentes sociais, econômicos, político e culturais, ocorrem por meio das conexões, atrações e reações efetivadas no âmbito das redes (CATELAN, 2012, p. 41).

Seu estudo é norteado por dois objetivos: “medir os fluxos e a intensidade de interação entre pares localizados no espaço” e “médios o que ele chama de ‘acessibilidade generalizada’ de cada ponto no espaço” (CATELAN, 2012, p. 41).

Assim, Camagni (1993), chega a uma configuração de rede considerando que,

[...] todas as atividades localizadas no entorno exercem a sua vez influência sobre o primeiro centro, através dos canais mais diversos: relações comerciais de importação e de exportação de bens e, sobretudo, de serviços; movimentos de fatores de produção, em particular, movimentos diários casa-trabalho ou migratórios de

população; difusão de *know-how* e de informação; interação através das redes de comunicação e de transporte; relações de colaboração e cooperação, todos exemplos do tipo de relações que se podem instaurar no território entre entidades mais ou menos complexas (CAMAGNI *apud* CATELAN, 2012, p. 43).

Para Corrêa (1997, p. 279 – 280), as interações espaciais não são simples deslocamentos.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.

As interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. No que se refere à existência e reprodução social, as interações espaciais refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas. No que concerne às transformações, as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes, isto é, transformando os lugares.

Ponderamos que as transformações nas cidades médias, na rede urbana e nas interações espaciais ocorrem de forma interdependente. Assim, como analisamos anteriormente, as transformações tecnológicas também propiciaram alterações nas interações espaciais que ocasionaram em “novos conteúdos à espacialidade e ao seu movimento” (CATELAN, 2012, p.281). Corrêa (1997, p. 281 – 282), aponta várias dessas transformações que ocorreram e ainda refletem nas interações espaciais desde a Revolução Industrial:

- I – da massa de mercadorias, pessoas, recursos financeiros e informações em circulação;
- II – da frequência com que as interações passaram a se verificar;
- III – dos meios de circulação e comunicação;
- IV – dos propósitos com que são realizadas;
- V – da velocidade, através da qual se verifica a progressiva superação do espaço pelo tempo;
- VI – dos horizontes espaciais, rompendo limitadas distâncias e, adicionalmente, tornando-as multidirecionadas;
- VII – das redes geográficas, que se tornaram progressivamente mais complexas e abrangentes, envolvendo um número crescente de nós, vias e fluxos, assim como dos mais diversos agentes sociais; e

VIII – de sua importância na vida econômica, social, cultural e política.

Dessa forma, as interações foram intensificadas e ampliadas, tornando-se mais rápidas e complexas, estabelecendo uma “crescente divisão territorial do trabalho que leva a uma necessária articulação entre áreas e cidades através de uma rede urbana cada vez mais importante e fortemente articulada” (CORRÊA, 1997, p. 282).

Com isso, a relação espaço-tempo também sofre alterações. Compreendemos aqui o conceito de espaço, segundo a acepção de Santos (2012)

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidades, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 2008, p. 63).

Assim, a utilização adequada do tempo e do espaço de forma que multiplique, a eficácia dos processos e das firmas denotam a importância dessa relação para a economia.

Entretanto, diante dessas transformações nas formas de transporte e comunicação não há o encurtamento das distâncias, o que ocorre é que as mesmas distâncias percorridas anteriormente, hoje são realizadas em menos tempo.

A ideia de que o tempo suprime o espaço provém de uma interpretação delirante do encurtamento das distâncias, com os atuais progressos no uso da velocidade pelas pessoas, coisas e informações. A verdade é que “as informações não atingem todos os lugares [...] há inúmeros filtros intermediários [...] que interferem na natureza da informação [...] podendo descaracterizar o produto” (A. C. Silva, 1993, p. 75). Em realidade, é mínima a parcela das pessoas que, mesmo nos países mais ricos, se beneficiam plenamente dos novos meios de circulação. Mesmo para esses indivíduos privilegiados, não se trata da supressão do espaço: o que se dá é um

novo comando da distância. E o espaço não é definido exclusivamente por essa dimensão (SANTOS, 2008, p. 202).

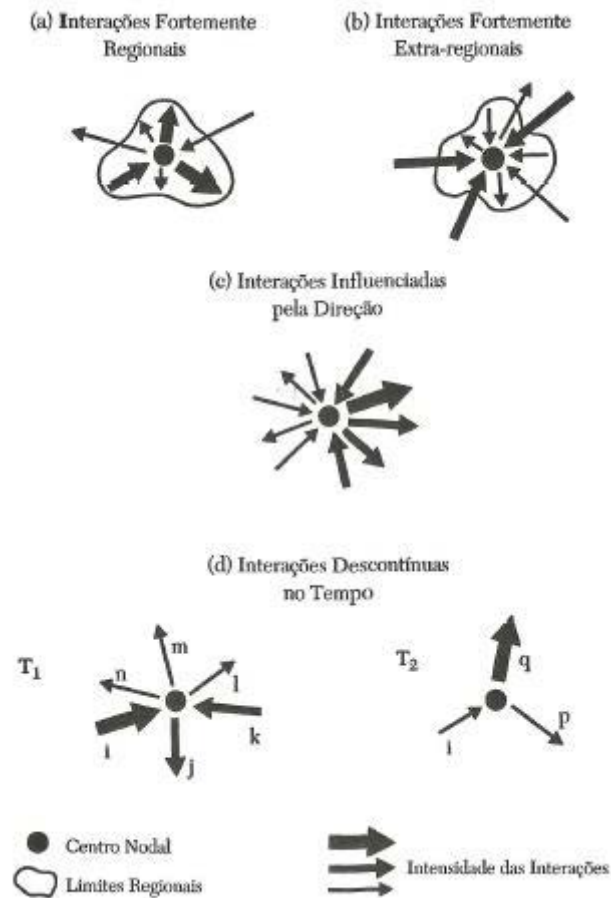
Esse contexto gerou um processo duplo e complementar de especialização e integração que alterou a natureza, a intensidade e os padrões espaciais de interações (CORRÊA, 1997, p. 282-283). Essa complexidade se dá pela relação entre centros de diferentes magnitudes sem, necessariamente, uma relação hierárquica.

Interações espaciais a curta e a longa distâncias, entre centros de magnitude semelhante ou distinta, envolvendo uma gama cada vez mais complexa de mercadorias, pessoas, capital e informação, são o resultado das transformações advindas com o capitalismo industrial (CORRÊA, 2006, p. 283).

Devido à variabilidade espaço-temporal, Corrêa (1997) propõe diferentes padrões de interações espaciais (Figura 2), sendo estes não excludentes entre si.

Os diferentes padrões de interações espaciais derivam de um amplo conjunto de razões nas quais uma delas tende a ter maior peso. Assim, a natureza social e econômica da hinterlândia, expressa em termos de estrutura fundiária, relações sociais de produção, desenvolvimento tecnológico das atividades produtivas, sua diversificação, natureza e finalidade, é decisiva, influenciando a densidade demográfica e a renda de seus habitantes. Soma-se a isto a variação dos padrões culturais da população. Emergem então ofertas e demandas de produto e serviços que são variáveis em volume e no tempo, assim como susceptíveis de gerarem interações a curta e/ou longa distâncias ainda direccionalmente variáveis (CORRÊA, 1997, p. 296).

Figura 2 - Padrões de Interações Espaciais e sua Variabilidade Espaço-Temporal.



Fonte: CORRÊA (1997, p. 297)

Retomando a ideia de que os diferentes padrões de interações espaciais não são excludentes, mas se articulam e se complementam, observamos na Figura 2 (a), por exemplo, que as interações representadas são regionais, com aspectos históricos que, provavelmente, favoreceram a centralidade exercida, conforme ressalta Corrêa (1997, p.298-299)

As interações espaciais fortemente regionais se devem também à força de inércia das localizações estabelecidas no passado, em um momento em que a distância desempenhava, mais que atualmente, papel mais determinante nas interações espaciais. Implicava isto localizações próximas entre si, a exemplo das diversas concentrações espaciais da atividade industrial e da urbanização, que originaram aquilo que se denomina de “core area”, onde os centros urbanos aí localizados tendem a manter relações mais intensas entre si do que com centros externos.

Com base no exposto anteriormente quanto a relação espaço e tempo e a influência dos avanços tecnológicos nas transformações nas interações espaciais, a figura 2 (d) representa as interações espaciais descontínuas no tempo.

No primeiro momento (t1) há um dado padrão no qual os fluxos i e k são os mais intensos. No segundo momento (t2) o padrão foi alterado. Os fluxos j, k, l, m, n desaparecem, enquanto o fluxo i teve a sua intensidade diminuída; por outro lado, dois novos fluxos emergiram, p e q, este último de expressiva intensidade (CORRÊA, 2006, p. 304).

A variabilidade temporal das interações espaciais pode envolver diversas escalas de tempo (CORRÊA, 1997, p. 304).

Assim, diante do que foi discutido as interações espaciais, em sua múltiplas escalas, complexificam o papel das cidades médias. A ideia de valorizar o que aumenta essa complexidade se fará entender no tópico seguinte, na qual abordamos a estratégia analítica dos limiares.

3.4. Cidade média e seus limiares: Ribeirão Preto

A proposta desse trabalho é discutir os elementos que tornam Ribeirão Preto tão complexa, no que tange as suas funções na rede urbana. Enquanto cidade média não há dúvidas sobre a sua classificação, devido a presença das características apresentadas acima, como seu porte populacional, funções urbanas diversificadas, situação geográfica favorável, presença de uma elite empreendedora e interações espaciais complexas. Mas propomos neste trabalho uma análise do seu papel enquanto cidade média, valorizando os elementos que a complexificam.

Para Santos (2009), há, no sistema urbano, uma tendência crescente à diferenciação e complexificação. "As cidades estão cada vez mais diferentes umas das outras" (SANTOS, 2009, p. 137).

Para a compreensão de Ribeirão Preto como cidade média é necessário ressaltar dois aspectos importantes. Primeiramente, seu entendimento considerando a região em que está inserida, sendo as suas funções urbanas complexas e diversificadas reflexo da sua região, não somente de Ribeirão Preto. Seu papel regional e seu potencial de consumo, comunicação e articulação se deve também à capacidade das cidades da região de consumir.

[...] podemos caracterizar as 'cidades médias', afirmando que a classificação delas, pelo enfoque funcional, sempre esteve associada à definição de seus papéis regionais e ao potencial de comunicação e articulação proporcionado por suas situações geográficas, tendo o consumo um papel mais importante que a produção na estruturação dos fluxos que definem o papel intermediário dessas cidades. (SPOSITO, 2001, p. 635-636).

O outro aspecto, a fim de valorizar a sua complexidade é a ideia de limiar proposta por Batella (2013). Para o estudo sobre Teófilo Otoni (MG), Batella (2013), considerou as transformações recentes na rede urbana brasileira, sendo essas alterações nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos: as cidades médias. Assim, a proposta de limiares surge como uma estratégia analítica e como ferramenta de análise.

[...] toma-se como hipótese para a construção desta tese de doutorado a interpretação de que, diante da diversidade inerente às cidades da rede urbana brasileira, bem como do reconhecimento de grupos de cidades com diferentes portes e papéis, ainda que se considerem os processos gerais responsáveis pela produção do espaço urbano, há uma multiplicidade de relações mutantes no tempo e no espaço que consubstanciam as particularidades dos espaços urbano e regional de uma cidade. (BATELLA, 2013, p. 20).

Ao analisarmos uma cidade média é importante observar os processos e dinâmicas semelhantes, mas também os diferentes contextos regionais para compreender o que há de particular em cada caso.

Trata-se de uma proposta sutil de deslocamento da análise do que está mais próximo para o que está mais distante; do que é mais geral para o particular; do que seria homogeneizador para as diferenças. Isso porque, defende-se neste trabalho, diante do que já se produziu sobre as cidades médias, [...], que o limiar se configura como o contexto privilegiado para se problematizar contemporaneamente a noção de cidade média. Trata-se de um conceito eminentemente geográfico. (BATELLA, 2013, p. 51).

A ideia de limiar, nesse caso, difere-se da perspectiva quanto noção de limite ou fronteira. Ferraz (2012), analisa a distinção entre limite e limiar:

Se lembrarmos-nos que limite, fronteira, *grenze* vem do latim *limitis*, substantivo masculino que diz "caminho que borda um domínio", donde limitar, limitação, delimitação; enquanto limiar, soleira, *schwelle*, deriva de *limen*, *liminis*. A semelhança fonética entre *limie*, *limitis* e *elimien*, *liminis* fez com que nas línguas romana *limitaris* tenha

sido confundido com *limiares*. (FERRAZ¹⁷ *apud* BATELLA, 2012, p. 53).

O limiar "envolve movimento, passagens, transbordamentos e transgressões". Não limita territórios, ao contrário, permite "a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas das vezes opostas" (BATELLA, 2013, p. 54). Assim, o limiar não significa separação, mas aproximação.

Designa uma zona intermediária à qual a filosofia ocidental opõe tanta resistência, assim como o chamado senso comum também, pois, na maioria das vezes, preferem-se as oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano etc.), mesmo que se tente, mais tarde, dialetizar tais dicotomias. (GAGNEBIN¹⁸ *apud* BATELLA, 2013, p. 54).

Batella (2013), ressalta que a utilização de limiar para análise das cidades médias revela a própria complexidade presente no processo de urbanização.

Por fim, o limiar é revelador da própria complexidade da urbanização. Ele supera a dimensão taxonômica e permite captar os híbridos, as mudanças e as mutações. Sua essência está nas tensões produzidas pelas articulações de escalas temporais e espaciais imprescindíveis para a compreensão das cidades médias contemporâneas. (BATELLA, 2013, p. 56).

No estudo sobre Teófilo Otoni, a proposta de limiar surgiu pelo questionamento se esta seria uma cidade média. Considerando que, por mais que tenha destaque quanto capital Regional, não apresentou uma dinâmica ascendente, a sua área de influência diminuiu ao longo dos anos, em função do desenvolvimento de outros polos próximos (BATELLA, 2013).

Em Teófilo Otoni, a predominância de relações marcadas por proximidades e contiguidades evidencia que a compreensão dessa cidade como média passa, sobremaneira, pela interpretação das relações entre cidade e região. É neste contexto que se indica outra perspectiva para se pensar o limiar, pois a cidade é "capturada" pela sua região, uma vez que não há sinergia que dinamize relações de complementaridade nesta escala.

O predomínio de setores antigos relacionados à lapidação e à comercialização de pedras preciosas, bem como as particularidades dessa atividade (informalidade, pouco emprego de tecnologia,

¹⁷ FERRAZ, F. G. Da ação ao comportamento: o espaço público *daoikonomia*. *Anais do Seminário URBA A produção da cidade e a captura do público: que perspectiva*. Salvador, UFBA, 2012.

¹⁸ GAGNEBIN, M. F. Método é desvio – uma experiência de limiar. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (org.) *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp.12-26.

incertezas e instabilidades promovidas pela dependência do mercado externo etc.), não favorece que relações econômicas outras se generalizem, o que limita o rebatimento sobre outros setores da própria cidade. Tem-se, assim, uma contradição, uma vez que o setor das pedras preciosas é o principal articulador das verticalidades envolvendo Teófilo Otoni, mas também é decorrente e intensifica a primazia de suas horizontalidades. (BATELLA, 2013, p. 211).

Dessa forma, concluiu-se que Teófilo Otoni é uma importante cidade média do estado de Minas Gerais e a sua particularidade está pelo que não possui, assim foi caracterizada como "limiar inferior".

Considerando as especificidades das cidades médias, foco desta análise, dentre essas particularidades considera-se a noção de limiar, precipuamente, o que se entende por limiar inferior. Trata-se de uma interpretação dos papéis de uma cidade na divisão territorial do trabalho em um dado contexto espaço-temporal como resultado da diversidade de agentes atuando em múltiplas escalas (BATELLA, 2013, p. 20).

Diante do exposto, propomos a análise dos resultados, nos capítulos subsequentes, desse trabalho sob o viés de que Ribeirão Preto é uma cidade média de limiar superior, analisaremos os elementos que a tornam tão complexa, o principal, a sua representação quando "Capital do Agronegócio". Entretanto, antes contextualizaremos seu papel na rede urbana, através do estudo da Região de Influência das Cidades (REGIC), contrapondo à proposta de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto".

4. Ribeirão Preto, terra do café

Neste capítulo temos como objetivo apresentar Ribeirão Preto ao leitor, principalmente, no que tange o chamado período áureo da economia cafeeira. Compreende-se que a estrutura socioespacial¹⁹ deixada pela economia cafeeira na região é essencial para compreendermos como se deu a formação da rede urbana na qual Ribeirão Preto se insere e a complexidade em seus papéis urbanos apresentadas atualmente.

Entretanto, é necessário ressaltar que apesar da importância desse período para a formação econômica do município, não consideramos que a industrialização brasileira possa ser explicada somente com base no binômio café-indústria, pois as suas bases estão vinculadas a um complexo de relações e produtos que vão além desse binômio.

A ideia de subordinação²⁰ da indústria ao café é muito discutido e dela surgiram várias teorias que tentam explicar como se deu o início da industrialização brasileira. Porém, não podemos negar a importância do período cafeeiro nesse processo, como aponta Negri (1996, p. 28)

Em resumo, a subordinação da indústria ao café manifesta-se de diferentes formas. A primeira subordinação dessa indústria nascente manifesta-se pela procedência do seu capital, no que se denominou *capital cafeeiro*: capitais excedentes das atividades cafeeiras – tanto nos períodos de auge como de declínio – que “vazam” para várias atividades da economia cafeeira - comércio, banco e ferrovia. A segunda subordinação está na incipiente produção de bens de capital e intermediários, fato que implica a necessidade de importá-los e são as exportações de café que fornecem as divisas suficientes para financiar suas importações. A terceira subordinação refere-se à incipiência do mercado urbano: na verdade é a expansão que gera direta ou indiretamente os mercados da indústria. Em menor escala, a quarta subordinação refere-se ao mercado de mão-de-obra para a indústria nascente, que também se formou com a imigração em massa patrocinada pela economia cafeeira.

¹⁹ Para Sposito (2005, p. 415), o conceito de formação socioespacial (SANTOS, 1977) valoriza a análise espacial, "por entender que os modos de produção só se concretizam, por meio de uma base territorial que, historicamente determinada, revela as diferenças entre os lugares ou, em outras palavras, os múltiplos arranjos espaciais que resultam da articulação entre as necessidades "externas" – aquelas definidas pelo modo de produção – e as necessidades "internas" – as que se definem pela *formação econômica e social*".

²⁰ Concordamos com Sposito (2005, p. 408): "O uso da expressão "subordinação" para caracterizar as relações entre café e indústria é discutível, mas é fundamental considerar o conjunto de articulações que se desenvolve entre essas atividades econômicas, no Estado de São Paulo, o que vem sendo denominado pela expressão **complexo cafeeiro**".

Dentro dessa discussão surgiram várias teorias que objetivam explicar como se deu a industrialização brasileira, merecem destaque: a teoria da “industrialização por substituição de importação”; a teoria da dependência; e a teoria dos ciclos econômicos.

A Teoria da “industrialização por substituição de importação”, elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), foi hegemônica entre o final da década de 1950 até meados de 1960. A ideia central é que os momentos de crise externa, principalmente o pós-guerra, causavam dificuldades para a importação. Dessa forma, estimulava-se a produção industrial interna a começar a substituir os produtos que não poderiam ser importados e, assim, ocorria o processo de “substituição de importação” (MAMIGONIAN, 2000).

Já a Teoria da Dependência partiu da ideia de que o Brasil produzia gêneros de exportação, importantes para o abastecimento dos países centrais, e que essa relação econômica prejudicava o desenvolvimento da indústria brasileira, pois, após exportar a matéria-prima, importava o produto industrializado. Essa teoria entrou em crise em meados da década de 1970, devido aos investimentos do “milagre” econômico²¹ e ao governo Geisel que incentivou a industrialização pesada (MAMIGONIAN, 2000).

Por fim, a teoria dos ciclos de acumulação, foi baseada em ideias de Rangel (1981) que propunha que a economia agroexportadora brasileira, desde a década de 1920, gerava seus próprios ciclos. Compostos por ciclos de longa duração (de Kondratieff, de cinquenta anos) ou os médios (juglarianos, de dez anos), com fases de expansão e depressão (MAMIGONIAN, 2000).

Nas fases de expansão dos ciclos longos ocorreriam grandes investimentos, porque são necessárias mais matérias-primas, alimentos e mercados consumidores. Enquanto que na fase de depressão dos ciclos longos, ocorre a contração das quantidades e dos preços, ou seja, setores ficavam ociosos.

²¹ É durante a implantação do Plano de Metas do governo J. K. que se completa a instalação das indústrias automobilísticas, através inicialmente de montadoras de origem europeia, de material elétrico pesado, de construção naval, além de máquinas e equipamentos, que possibilitaram considerável expansão do grupo de indústrias produtoras de bens de capital e de consumo duráveis (NEGRI, 1996, p. 102).

Diante das três teorias, a mais aceita, atualmente é a proposta por Rangel (1981) e a que também concordamos, por defender que os períodos de expansão e de depressão são elementos essenciais ao capitalismo. Assim, a crise da cafeicultura foi importante por ter proporcionado a criação do setor industrial, durante os ciclos médios.

Com base na teoria dos ciclos de acumulação, as características atuais da rede urbana foram se conformando na alternância desses ciclos. Entretanto, até a metade do século XIX, o Brasil era conformado como um grande arquipélago:

[...] formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 2009, p. 29).

Esse panorama mudaria a partir da produção do café, quando o estado de São Paulo teria se tornado o polo mais dinâmico do período cafeeiro e, com a implantação das ferrovias, novos espaços teriam se integrado, mas ainda de forma incompleta, conforme o mesmo autor:

De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional. A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. É com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve, atribuindo a dianteira a essa região, e sobretudo ao seu pólo dinâmico, o estado de São Paulo. (SANTOS, 2009, p. 30).

A economia cafeeira, no estado de São Paulo, acarretou em uma grande expansão econômica. Com a implantação das ferrovias, o lucro excedente da produção cafeeira também passa a ser investido em pequenas unidades fabris e a presença de imigrantes como mão de obra possibilitou uma ampliação do mercado consumidor. Como afirma CANO (1985, p. 60-61):

São Paulo teve destino diferente e promissor com a expansão do café a partir da década de 1870, durante a qual, por força da introdução da rede ferroviária, que promovia desbravamento de terras virgens, e das máquinas de beneficiamento de café, reduziram-se drasticamente os custos de transportes e de produção. Com isso, as margens de lucro da cafeicultura de São Paulo ampliaram-se consideravelmente, aumentando muito seu potencial de acumulação.

[...] era em São Paulo que se criavam condições para uma acumulação capitalista *diversificada*: não apenas em café, mas também em estradas de ferro, bancos, indústria, comércio, eletricidade e outros. Assim, desdobrava-se o capital cafeeiro em múltiplas faces.

A infraestrutura criada para a economia cafeeira foi uma das bases para a concentração de indústrias nesse Estado. Com a industrialização, São Paulo, reafirmou seu papel como centro financeiro, econômico e industrial do Brasil. Dessa forma, a industrialização paulista usufruiu das infraestruturas criadas para o café, sendo que essas características não se encontravam, em tal nível, em outros pontos do país.

O café exigiu a montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, compreendendo um sistema de transportes e uma rede de comércio e de serviços para uma grande massa de trabalhadores. À medida que o “complexo cafeeiro” foi se desenvolvendo, gerou-se em paralelo um processo de urbanização que também propiciou a expansão de uma agricultura de alimentos e de matérias-primas, que passava a operar com recursos próprios, fora da propriedade agrária cafeeira.

Esse “complexo” envolvia, além da atividade principal, - o café, uma série de outros importantes componentes, como a agricultura produtora de alimentos e de matérias-primas; o sistema de transporte ferroviário; o sistema bancário; as atividades comerciais internas e de exportação e importação; os serviços de infra-estrutura como portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações; atividades do setor público e a atividade industrial. (NEGRI, 1996, p. 32).

Assim, podemos afirmar que a relação entre industrialização e economia cafeeira não é de subordinação plena, pois foram complementares, mesmo que, atualmente, a economia cafeeira tenha perdido a importância.

Analisando a relação indústria e café, sob a ótica da Teoria da “industrialização por substituição de importação”, a industrialização só teria iniciado, em meados de 1918, no pós guerra, entretanto já havia um processo de industrialização iniciada, mesmo que incipiente que dava suporte a infraestrutura necessária para o processamento do café. Para a Teoria da Dependência a esse

processo teria iniciado com a industrialização pesada, na qual o Brasil deixou de exportar somente matérias-primas, mas também bens não-duráveis. Assim, destacamos que a, partir do momento em que o café passa a ser exportado, possibilitando o acúmulo de capital, "em seu período áureo de exportação, que criou condições para a diversificação da economia" (SPOSITO, 2005, p. 419).

É neste contexto que podemos compreender a formação socioespacial de Ribeirão Preto, e mais do que isso, também foi preponderante o papel do comércio

A questão essencial para o entendimento da indústria nascente reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época: em particular, ela reside nas formas específicas de dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial. (SILVA²² *apud* SPOSITO, 2005, p. 420- 421).

Ribeirão Preto teve sua formação socioespacial composta em duas importantes fases (SILVA, 2008), a primeira relativa à economia cafeeira e a segunda referente às agroindústrias²³, predominantemente, canavieiras.

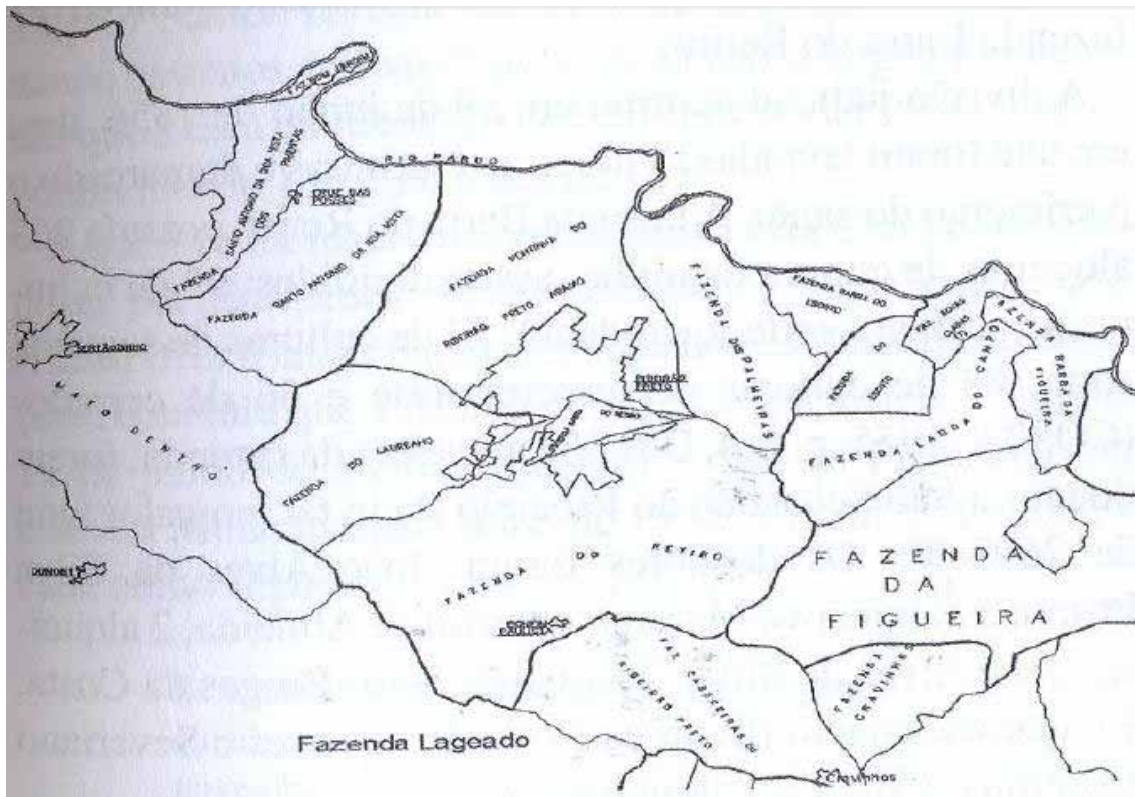
O povoamento inicial, chamado "Sertão paulista" começou no final do século XVIII, com trabalhadores das minas, do sul da Província de Minas Gerais, devido à decadência da mineração; agricultores e criadores de gado. Dessa forma, as primeiras atividades foram a agricultura de subsistência e a comercialização dos excedentes dessa produção, uma vez que a distância de São Paulo e a falta de infraestruturas para o deslocamento dificultavam o desenvolvimento de outras atividades de comércio (LOPES, 2011, p. 16).

No início de sua formação, em meados de 1860, Ribeirão Preto, era composta por várias fazendas (Figura 3) e cortada por uma estrada que a interligava com Triângulo Mineiro e o Planalto Goiano. Dentre essas fazendas, destacamos: a fazenda Barra do Retiro, que seria a área que se tornaria o centro da cidade; Palmeiras; Ribeirão Preto ou Pontinha; Retiro; Serrinha; Serra Azul; Tamanduá; Capoeirinha; Figueira; Cravinhos; Cabeceira do Ribeirão Preto; Lageado; Laureano ou Braço Direito do Ribeirão Preto e Sertãozinho. (LOPES, 2011, p. 21).

²² SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

²³ No capítulo 6, a participação das agroindústrias para a consolidação da rede urbana de Ribeirão Preto será analisada com mais detalhes.

**Figura 3 - Ribeirão Preto. Fazendas das quais originou o município.
1856.**



Fonte: LOPES (2011, p. 29)

A fundação do município de Ribeirão Preto, em 1856, foi uma consequência da criação da Lei de Terras de 1850, como afirma Hasse (1996, p. 23)

A independência declarada em 1822 provocou a suspensão da distribuição de sesmarias pelo Poder. Com a interrupção do Brasil da doação de terras, prosperaram as posses espontâneas, processo parcialmente interrompido em 1850 pela Lei de Terras, que regulou a propriedade fundiária mas legitimou a ocupação de espaços no interior. A liberdade de possear campos e matas foi um dos motores da ocupação da região mogiana na primeira metade do século 18.

Com a lei de terras, as sesmarias²⁴ legalizadas permaneceriam com os proprietários e as terras não ocupadas seriam apropriadas pelo Estado. Assim, os posseiros tiveram que obter a legalização da terra, mas para isso tinham que cumprir uma série de exigências, por exemplo, a medição e titulação de todas as sesmarias que estivessem irregulares e também das demais posses, caso não

²⁴ Era uma forma de doação de terra, "trata-se de um exemplo de transposição de instituição. Durante todo período colonial, foi o principal meio legal de obtenção de terras rurais e seu título de propriedade. (NOZOE, 2006, s/p).

cumprissem, a terra seria expropriada. O objetivo do Estado era dificultar acesso à terra através da sua legalização e aumentar a oferta de mão de obra para a cafeicultura (LOPES, 2011). A legalização da posse da terra ficava a cargo da Igreja, a partir de uma “troca de favores”, na qual o interessado doava uma parte da terra para a formação do povoado em nome de um santo, enquanto a Igreja se tornaria a responsável pela terra doada (SILVA, 2008, p. 32). Nessa época, essa prática era comum e acabou por originar várias outras cidades no interior do estado de São Paulo, à exemplo de Barretos (SP), Campinas (SP), Olímpia (SP), e Taquaritinga (SP) (AZEVEDO, 1970, p. 245).

Para a formação do povoado de Ribeirão Preto foram realizadas três tentativas. A primeira tentativa foi mal sucedida porque a área doada não atendeu às exigências da Câmara Episcopal e a segunda porque nem todos os doadores conseguiram comprovar a posse legítima da terra doada e o valor mínimo não foi atingido. Dessa forma, somente na terceira tentativa é que se obteve êxito, com doações de terra da Fazenda Barra do Retiro, entre 1852 e 1856, que constituíram o patrimônio religioso de São Sebastião, padroeiro do município. Com isso, todos os doadores de terras foram considerados fundadores de Ribeirão Preto, em 19 de junho de 1856. Assim, os fundadores são: Mariano Pedroso de Almeida e Maia Lourenço do Nascimento; José Borges da Costa e Maira Felizarda; Inácio Bruno da Costa e Maria Izidora de Jesus; Severiano João da Silva e Gertrudes Maria Teodora; João Alves da Silva e Ana Delfina Bezerra; José Alvez da Silva e Pulcina Maria de Jesus (APHRP²⁵, 2014).

O núcleo populacional de São Sebastião de Ribeirão Preto se tornou Freguesia em 1870. Em 1871, foi elevado a Vila²⁶ e, com a posse dos primeiros

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre a histórica do município. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/i14index.php?pagina=/scultura/arqpublico/historia/i14indice.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

²⁶ "No Brasil, o primeiro degrau de hierarquia urbana é representado pela *Vila*, sede de um Distrito municipal, estádio intermediário entre o povoado e a cidade." (AZEVEDO, 1970, p. 254).

vereadores, foi considerada Município²⁷, em 1874. Por fim, em 1889²⁸, foi elevado à categoria de Cidade (APHRP, 2014).

Anteriormente à criação da própria comarca, em 1892, Ribeirão Preto fez parte da comarca de Mogi Mirim, Casa Branca, Batatais e São Simão. Quando se criou a comarca, Ribeirão Preto possuía quatro distritos: Sertãozinho²⁹, emancipado em 1897; Cravinhos³⁰, emancipado em 1897; Guataparã³¹, emancipado em 1990 e o de Bonfim Paulista³² que se manteve distrito (LOPES, 2011, p. 36).

Entretanto, Ribeirão Preto teve um desenvolvimento urbano mais significativo somente com o início da economia cafeeira. As primeiras plantações de café, no município, surgiram na década de 1860, devido à terra roxa, característica do solo basáltico, que lhe garantiu destaque pela qualidade das terras, além disso, os fatores climáticos e a altitude também foram muito favoráveis para a alta produtividade.

Após sua chegada ao Rio de Janeiro, o café se espalhou rapidamente, chegando a outras províncias por meio de tropeiros, comerciantes e viajantes, que levaram sementes e mudas a Minas Gerais e São Paulo. As experiências com o café em São Paulo tiveram início ainda no final do século XVIII em Jundiá e, no início do século XIX, em Campinas e Limeira. Contudo, os melhores resultados foram atingidos na região entre os rios Pardo e Mogi Guaçu, onde foi substituindo rapidamente a cana-de-açúcar, derrubando matas e colonizando regiões, tomando lugar da agricultura de subsistência e da criação de gado. (LOPES, 2011, p. 9 e 10)

“Com o esgotamento dos solos do Vale do Paraíba paulista e fluminense e a queda da produtividade da região cafeeira de Campinas”, Ribeirão Preto começou a fazer parte da frente de expansão cafeeira. Em 1870, chegaram à região a família

²⁷ "Por força da lei, " a sede do Município tem a categoria de *cidade* e lhe dá o nome". Por conseguinte, no Brasil é a função político-administrativa que acaba por caracterizar a Cidade[...]". (AZEVEDO, 1970, p. 254).

²⁸ Lei nº 88, de 1º de abril de 1888 (SILVA, 2008).

²⁹ Lei nº 31, de 10 de março de 1885 e emancipação pela Lei nº 463, de 5 de dezembro de 1896 (SILVA, 2008).

³⁰ Lei nº 125, de 27 de abril de 1893 e emancipação pela Lei nº 511, de 22 de julho de 1897 (SILVA, 2008).

³¹ Criação do distrito pela Lei nº 9.775, 30 de novembro de 1938 (SILVA, 2008).

³² Criação do distrito pela Lei nº 840, de 3 de outubro de 1903 (SILVA, 2008).

Junqueira, a família Pereira Barreto³³ e a família Dumont³⁴ que foram os pioneiros no cultivo do café no município (APHRP, 2014).

Diante da alta produtividade, surgiu a necessidade de melhorar o escoamento do café até o porto de Santos. Assim, em 1883, foi inaugurada a Estação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e a região passou a ser conhecida como Alta Mogiana. Com a ferrovia, além de facilitar o escoamento da produção, facilitou-se também “o comércio de mercadorias e a diversificação e especialização dos estabelecimentos comerciais. A ferrovia trouxe também os imigrantes [...]. A chegada do imigrante, além de contribuir para o aumento da população economicamente ativa no município impulsionou o aumento das atividades urbanas” (LOPES, 2011, p. 98). Com isso, o município tornou-se um centro distribuidor de mercadorias para os mais próximos.

Além disso, as ferrovias possibilitaram uma ampliação da oferta de terras para o cultivo do café, pelo acesso a novas terras que ocasionou em um aumento da complexidade da rede urbana, através da criação de "verdadeiras" cidades, pelo adensamento urbano que se manifestaria em torno de suas estações. Como é o caso de muitas cidades a oeste do estado, na qual:

[...] as ferrovias, em alguns casos, antecederam à expansão cafeeira, criando-lhes condições favoráveis. O seu traçado foi o elemento estruturador da rede urbana e estimulador da fundação das cidades, já que foram as estações ferroviárias que, em muitos casos, nuclearam as novas cidades para apoiar, tanto a venda de terras para a expansão cafeeira, como a ocupação populacional que essa expansão gerava, como centros de consumo dos bens necessários à vida dos novos moradores. (SPOSITO, 2005, p. 469)

Seguindo a expansão ferroviária, deu-se início ao desenvolvimento rodoviário, a partir de 1908, com a elaboração de "[...] diretrizes mais importantes de promoção

³³ Luiz Pereira Barreto era cafeeiro no Vale do Paraíba fluminense e trouxe para a região o café tipo *Bourbon*.

³⁴ Conhecido como formador do primeiro grande “império cafeeiro”. Era engenheiro e ganhou dinheiro em Minas construindo ferrovias. Os seus conhecimentos na construção de ferrovias foram aplicados na região de Sertãozinho, a sua fazenda era servida por um ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Segundo Hasse (1986, p. 29), “os trens percorriam 120 quilômetros dentro da propriedade de 6 mil alqueires [...]”.

e implantação da política rodoviária paulista, nas duas décadas seguintes, sob a liderança da Washington Luís. (REIS FILHO³⁵ *apud* SPOSITO, 2005, p. 425).

Tão importante quanto a fluidez que a expansão ferroviária e rodoviária ocasionam, são as atividades econômicas que se associam a manutenção desses sistemas.

Tanto no caso do desenvolvimento rodoviário, como no da expansão ferroviária, é necessário lembrar o conjunto de atividades econômicas que a essa dinâmica se associava. Para a implantação e manutenção desses dois sistemas, requereu-se uma mão-de-obra que se especializava, implantaram-se oficinas para montagem e reparos, e abriram-se estabelecimentos de comercialização de veículos automotores etc. Todas essas atividades eram desenvolvidas em meio urbano e geravam um mercado de trabalho que, por sua vez, contribuía para a formação de um mercado consumidor. (SPOSITO, 2005, p. 426).

Bordo (2006, p. 28) ainda afirma que além de estruturar a rede urbana paulista, o sistema de transporte ferroviário "[...] serviu como base para a estruturação do futuro sistema viário paulista." Como afirma também, Negri (1996, p. 41):

No período 1870/1929, consolidou-se a estrutura da rede urbana paulista, que foi organizada basicamente pelo traçado das ferrovias, processo articulado à expansão e ao desenvolvimento da economia cafeeira. Assim, "a marcha da ocupação do estado de São Paulo, articulada ao 'complexo cafeeiro", realizou-se pelo avanço da fronteira agrícola (onde o café foi acompanhado de outras culturas) e pela concomitante criação de núcleos urbanos que a seguir se transformaram em novos municípios.

Dessa forma, o traçado das ferrovias influenciou na conformação dos grandes eixos de circulação, atualmente, característico do sistema rodoviário, alterando o paradigma de localização até então predominante. A partir do predomínio do sistema de transporte rodoviário, o paradigma de localização passa a ser substituído pelo dos eixos.

A ideia de localização a partir da lógica de eixos teve início com Sánchez Hernández (1998) que definiu "eixo de desenvolvimento" como uma entidade econômico-espacial resultante da interação entre as infraestruturas de transporte, as

³⁵ REIS FILHO, N. G. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, H. C. de, COSTA, W. P. da. (Orgs.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 143-157.

atividades industriais e os núcleos urbano-industriais. Sendo que as infraestruturas de transportes são responsáveis pela redução das distâncias temporais, o principal obstáculo que se encontra no sistema produtivo, gerando maior produtividade e eficiência na alocação de recursos e de fluxos. Quanto maior a acessibilidade, maior a *centralidade territorial* (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 1998, p.36). Os fatores de localização industrial influenciam no momento em que a sua concentração acrescenta um elemento de diferenciação e hierarquização territorial a favor do eixo que pode qualificar se como uma *centralidade locacional*. (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 1998, p.36). Por fim, os núcleos urbano-industriais a partir do adensamento de seu entorno estimulam o crescimento econômico e a geração/difusão de inovações, caracterizando a *centralidade funcional*. (SÁNCHEZ HERNÁNDEZ, 1998, p.37).

No Brasil, o estudo desse conceito foi realizado, inicialmente, por Sposito e Matushima (2001) que já constatavam a mudança do paradigma de área para o paradigma de eixo, segundo Bordo (2006), Sposito (2007) e Oliveira (2009):

O paradigma dos eixos de desenvolvimento sobrepõe-se ao paradigma do desenvolvimento por áreas ou manchas, uma vez que estes últimos não explicam mais a lógica de disseminação pelo território de novas tecnologias e de plantas industriais. Assim, é pertinente a busca dos significados da dinâmica produtiva da atualidade, e a leitura pelos eixos revela-se bastante coerente devido aos vários elementos que a fundamentam. (OLIVEIRA, 2009, p. 21).

Sposito (2007, p.7) analisa o conceito para o estado de São Paulo e ressalta:

A infra-estrutura de transporte e comunicações adequada e de qualidade propicia condições favoráveis para a dinâmica territorial dos centros urbanos situados nas proximidades dos eixos, principalmente no tocante à localização das mais diversas atividades industriais, com as empresas buscando reduções do tempo necessário aos deslocamentos de matérias-primas e mercadorias, bem como o aumento da competitividade produtiva.

O paradigma de eixos é importante para esse estudo, pois no Estado de São Paulo encontramos três eixos formados pelas rodovias: via Dutra (BR-116), via Anhanguera (SP-330) e via Washington Luís (SP-310). Sendo a via Anhanguera, que concentra diversas unidades produtivas novas, o eixo que interliga as regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo à Ribeirão Preto e o Estado de Minas Gerais.

Retomando a contextualização histórica de Ribeirão Preto, em 1889, chegou ao município, Francisco Schimdt, imigrante alemão que comprou a fazenda Monte Alegre. (LOPES, 2011, p. 42-43).

Schimdt foi importante, também, para o início da plantação de cana-de-açúcar, em 1898, destacando-se também como um dos pioneiros da indústria do açúcar na região da Alta Mogiana, incentivado pelas condições físicas na região, quando, em 1906, aproveitando-se de incentivos fiscais aos engenhos instalados, fundou o Engenho Central³⁶ (MICELI, 1984, p.48).

Nesse momento Ribeirão Preto, passou a atrair outras atividades voltadas para o comércio e serviços que garantiram a sua denominação de “Capital do Café”. Segundo Silva (2008, p. 41):

Por fim, havia os bancos e casas bancárias, que surgiram na província de São Paulo na segunda metade do século XIX atraídas pelo lucro do café, e chegaram a Ribeirão Preto a partir da década de 1890: Banco Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto, já ativo em 1891; as casas bancárias Dumont e Cia., Ângelo Zerbeti, Domingos Quirolo e Pedro Battaglia em 1895; o Banco de Ribeirão Preto em 1901, seguido pelo Banco Italiano de Ribeirão Preto e o Banco de Crédito Agrícola de Ribeirão Preto, em 1902. Ribeirão Preto foi a única cidade da zona Mojiana a receber estes estabelecimentos, com exceção do Banco de Custeio Rural de Franca, criado em 1911 (SAES³⁷ *apud* BACELLAR, 1999).

Enquanto em Ribeirão Preto se observava um aumento populacional, principalmente, de imigrantes, também ocorria o fomento das atividades econômicas voltadas para o comércio e serviços. O lucro excedente da cafeicultura era, em sua maioria, investido nas melhorias da plantação, do processamento e na infraestrutura, mas poucos foram os investimentos no setor industrial. Somente as indústrias ligadas “à produção de alimentos, como massas, licores, cervejas, açúcar, doces e à atividade cafeicultora, como torrefações, máquinas de beneficiar, moinhos e fábricas de peneiras” estavam presentes. Com o desenvolvimento do sistema ferroviário, facilitou-se o transporte de mercadorias que vinham da capital, esse pode ter sido

³⁶ A fundação do Engenho Central, em Sertãozinho, marcará o início da cana-de-açúcar como principal plantação e será tratado com mais detalhes no capítulo 6.

³⁷ SAES, F. A. M. *As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana* (1870, 1940). São Paulo: Hucitec, 1986

outro fator que influenciou no baixo desenvolvimento industrial do município (LOPES, 2011, p. 101).

Concomitantemente a esse aumento da dinâmica de outras atividades econômicas, o café perdia prestígio, devido as suas intensas crises, ocasionando a ampliação das plantações de cana-de-açúcar e de usinas para a fabricação de açúcar. Segundo LOPES (2011, p. 102):

A análise desse pequeno período antecipa uma tendência do município, o comércio e a prestação de serviços cresceram mais, em detrimento da indústria. Apesar de haver pequenas alterações na participação de cada uma das atividades, a indústria nunca chegou a ser a principal atividade.

Essas mudanças não se limitaram ao município. A década de 1920 ficaria marcada por importantes eventos na economia brasileira,

[...] a agricultura de alimentos e de matérias-primas continuaria se expandindo; a política cafeeira, através dos Planos de Estabilização do Café, aponta para uma elevada expansão da produção que acabaria por gerar uma crise de superprodução ao final da década; a expansão das exportações e a maior rentabilidade possibilitaram elevadas inversões industriais, aumentando a capacidade produtiva e a produção de bens de consumo leve (NEGRI, 1996, p. 28).

Com a crise cafeeira de 1929, houve o deslocamento da economia brasileira que era baseada no setor agroexportador para o industrial. A partir daí, dá-se início ao processo de industrialização “restringida”, quando essa atividade ainda não apresentava autonomia para sua reprodução, com grande dependência do crescimento das exportações para viabilizar as importações (NEGRI, 1996). Enquanto que em Ribeirão Preto, o capital acumulado dos fazendeiros possibilitou investimentos em outros setores.

Atraídos pela economia crescente, não apenas imigrantes, mas famílias precedentes da região, com as mais diversas ocupações passaram a se dirigir para Ribeirão Preto, em busca de melhor qualidade de vida, causando rapidamente o inchaço do seu núcleo urbano. A cidade soube aproveitar esta fase, de forma que, por ocasião da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 e queda brusca nas exportações do produto, o município já não dependia exclusivamente do setor primário-exportador, pois a rede urbana que se formou no período do auge cafeeiro e o capital acumulado proporcionaram condições para reverter o quadro da crise. Embora grande parte do excedente do sobreproduto gerado internamente com a produção tenha sido canalizada para outros países, outra parte foi mantida no território de origem ou foi investida

em outros setores já vistos como direta ou indiretamente rentáveis (ferrovias, bancos etc.). Essa foi uma das condições para que bens e serviços fossem transformados em novas mercadorias, proporcionando auto-suficiência às fazendas, e fazendo crescer e dado estabilidade aos recém-formados núcleos urbanos. Os fazendeiros também investiam em novas terras para expandir os cafezais, o que levou à concentração de renda e diminuição das pequenas propriedades, levando à liberação de mão-de-obra para a indústria e formando assim a massa proletariada (SILVA, 2008, p. 44).

Com base nos elementos expostos, podemos afirmar que a formação socioespacial de Ribeirão Preto não se restringiu à economia cafeeira. Entretanto, esta foi de suma importância para a consolidação de características importantes para a região até hoje, como a infraestrutura de transporte. Após o período áureo do café, deu-se início a um novo padrão de acumulação capitalista na economia brasileira.

Foi na esfera da formação socioespacial, que se constituiu por meio da acumulação capitalista e da base material propiciada pelo complexo cafeeiro, que se deram condições mais propícias à efetivação de um novo padrão de acumulação capitalista no âmbito da economia brasileira, entre 1956 e 1980. (SPOSITO, 2004, p. 216).

Dessa forma, em Ribeirão Preto, inicia-se o período que terá como predomínio a economia sucroalcooleira, como veremos no Capítulo 6. Por agora, se faz necessária uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de cidades médias e redes urbanas e os termos interações espaciais e limiares, para fundamentar a nossa hipótese de Ribeirão Preto enquanto cidade média de limiar superior.

5. A REDE URBANA DE RIBEIRÃO PRETO

Neste capítulo temos como objetivo analisar a rede urbana de Ribeirão Preto a partir dos resultados apresentados pelo estudo realizado pelo IBGE, sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC), no qual o município é classificado como Capital Regional B. Assim, procuraremos entender as razões dessa classificação e, em contrapartida, apresentar a proposta de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto" e apresentar os argumentos pela qual esta não pode ser classificada como tal.

5.1. Região de Influência das Cidades (REGIC)

No Brasil, um estudo regular sobre a rede urbana brasileira que propõe classificação e tipologia é elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da publicação denominada Região de Influência das Cidades (REGIC).

Esse estudo teve início em 1967 com a publicação da "Divisão do Brasil em Regiões Polarizadoras", com atualizações periódicas; em 1972 publicou-se o estudo "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas"; em 1987 deu-se início as publicações da "Região de Influência das Cidades", com atualizações em 1993 e 2007. Para a análise sobre Ribeirão Preto nos embasaremos na última publicação.

A metodologia para classificação dos centros é baseada em dados secundários e aplicação de questionários, privilegiando as funções de gestão do território:

Neste estudo, estabeleceu-se, inicialmente, uma classificação dos centros e, a seguir, foram delimitadas suas áreas de atuação. Na classificação, privilegiou-se a função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços.

As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, com base em dados secundários e dados obtidos por questionário específico da pesquisa, que foram combinados para definir as regiões de influência dos centros urbanos, tendo sido identificadas 12 redes de primeiro nível (REGIC, 2008, s/p).

Por fim, resultando em uma hierarquia dos centros urbanos classificados em quatro níveis e 10 subníveis (Quadro 1).

Quadro 1 - Brasil. Classificação da Rede Urbana Brasileira segundo o REGIC. 2007.

Classificação	Principais Características
Metrópoles	Formado por 12 cidades, caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta.
Grande Metrópole Nacional	Formado por 1 cidade, representa o primeiro nível de gestão territorial.
Metrópole Nacional	Formado por 2 cidades, estes centros estão no primeiro nível de gestão territorial e constituem foco para centros localizados em todo o país.
Metrópole	Formada por 9 cidades é o segundo nível da gestão territorial.
Capital Regional	Formado por 70 cidades, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.
Capital Regional A	Constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.
Capital Regional B	Constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos.
Capital Regional C	Constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.
Centro Sub-regional	Integram este nível 169 centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais.
Centro Sub-regional A	Constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos.
Centro Sub-regional B	constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
Centro de Zona	Formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares.
Centro de Zona A	Formado por 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão.
Centro de Zona B	Formado por 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.

Centro local	As demais 4 473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).
--------------	--

Fonte: REGIC, IBGE (2008).

Org: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Os resultados apresentados por esse estudo complementam a discussão desenvolvida no capítulo anterior, na qual ressaltamos que a rede urbana brasileira tem sofrido modificações devido as características advindas do período do meio-técnico-científico-informacional.

Na conformação da rede urbana, coexistem redes hierárquicas e redes não-hierárquicas, caracterizadas por ligações horizontais, sendo as noções de interação, especialização, complementaridade e sobreposição necessárias para compreender a hierarquia urbana. Os centros que comandam as 12 redes urbanas identificadas neste trabalho se destacam pelas relações de controle e comando sobre centros de nível inferior, ao propagar decisões, determinar relações e destinar investimentos, especialmente pelas ligações da gestão federal e empresarial. Ao mesmo tempo, os centros articulam-se também em relações horizontais, que se estruturam sobre ligações de interação, em padrão particularmente característico daqueles no topo da hierarquia (IBGE, 2008, s/p).

Assim, as redes podem ser diferenciadas pelo tamanho, organização e complexidade, em sua maioria, apresentarão interpenetração com áreas de influência de outros centros.

No caso de Ribeirão Preto, a sua classificação ao longo desses estudos sempre denotou sua importância regional (Quadro 2). Lembrando que não houve um padrão de metodologia para a classificação nos diferentes anos.

Quadro 2 - Ribeirão Preto. Denominação do Nível de Centralidade.

Ano	Denominação do Nível de Centralidade
1966	Centro Regional A
1978	Centro Submetropolitano
1993	Muito Forte (Nível 7)
2007	Centro Regional B

Fonte: Banco de Dados - REGIC (IBGE, 2008).

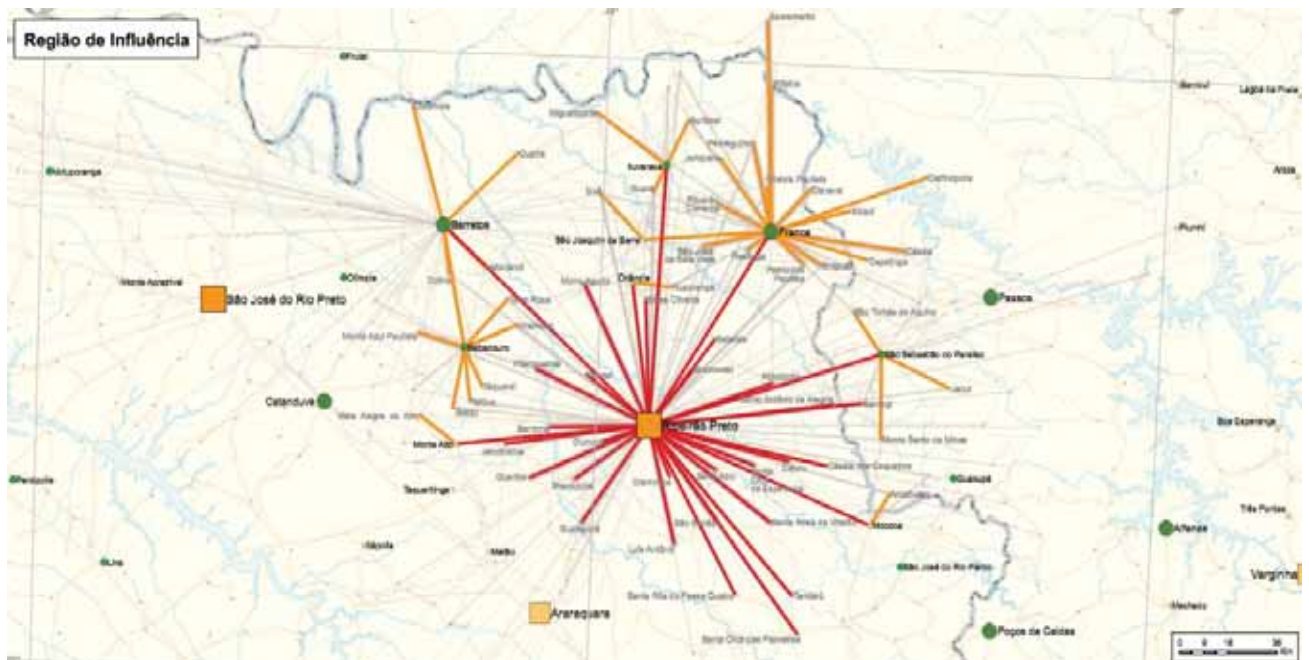
Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Ao longo dos anos, com base nos resultados das pesquisas anteriores, muitas cidades mantiveram seu nível hierárquico, apesar das complexidades e

permanências na rede urbana brasileira. Em geral, as cidades de níveis hierárquicos intermediários e baixos que tendem a sofrer mudanças. Com a emergência desses territórios ocorre a subdivisão das áreas de influência dos grandes centros (IBGE, 2008).

A região de influência de Ribeirão Preto se mostra abrangente e complexa por apresentar interpenetração com áreas de influência de outros centro (Figura 4).

Figura 4 - Ribeirão Preto. Região de Influência. 2007.

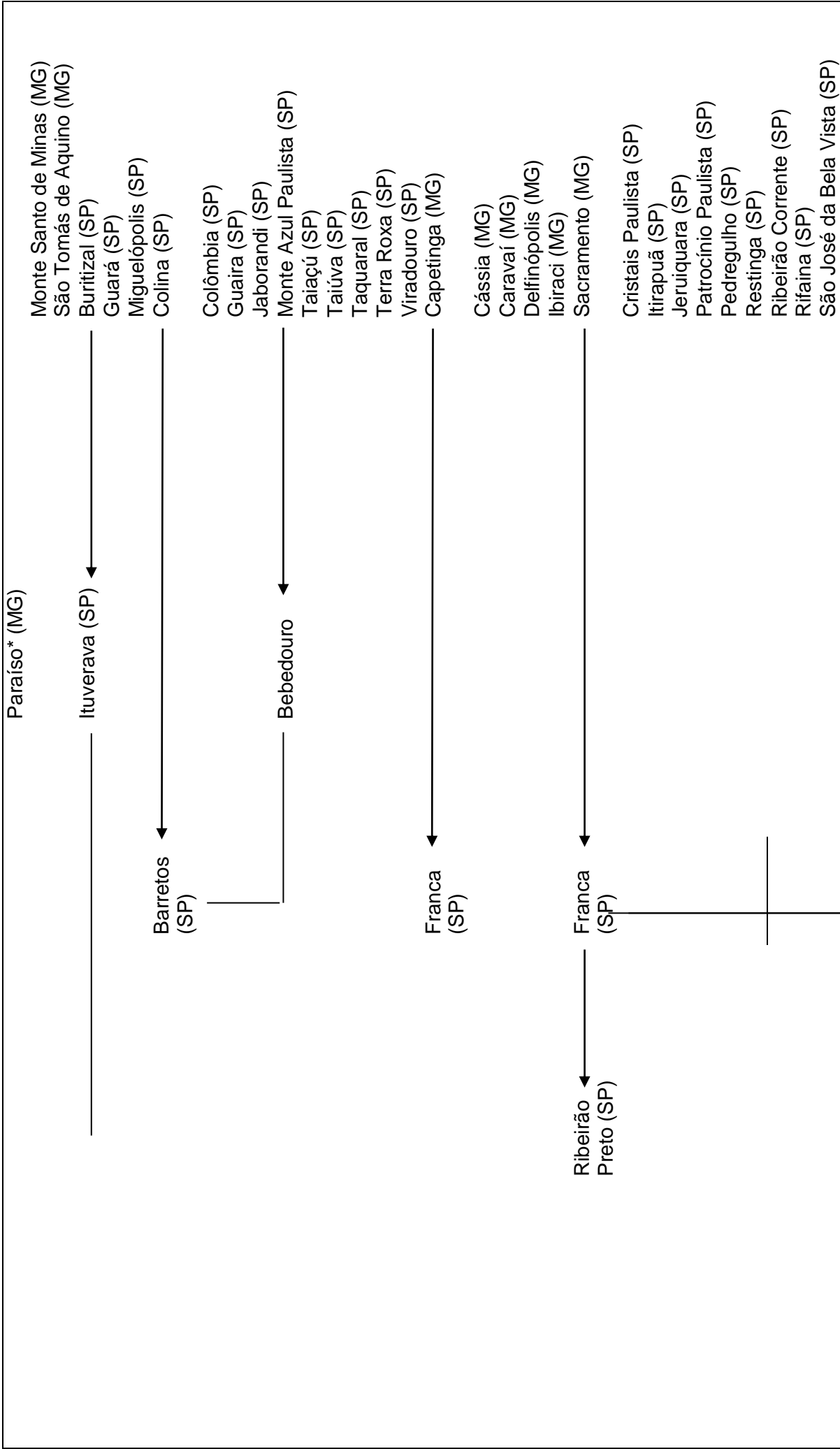


Fonte: REGIC, (IBGE, 2008).

Ribeirão Preto apresenta relações com centros locais, centros de zona B, centros de zona A, centros subregionais A e com a grande metrópole nacional. Com base na Figura 4, podemos observar a extensão da sua região de influência. Porém, para observarmos com mais detalhes, no Quadro 3, apresentaremos os municípios que compõem sua região de influência.

Quadro 3 - Ribeirão Preto. Região de Influência. 2007.

Grande Metrópole Nacional	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro Sub regional A	Centro Sub regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
São Paulo (SP)	←	Ribeirão Preto (SP)	←					Itamogi* (MG)
								Altinópolis (SP)
								Barrinha (SP)
								Batatais (SP)
								Brodowski (SP)
								Cajuru (SP)
								Cássia dos Coqueiros (SP)
								Cravinhos (SP)
								Dumont (SP)
								Guariba (SP)
								Guataporá (SP)
								Jaboticabal (SP)
								Luis Antônio (SP)
								Morro Agudo (SP)
								Pitangueiras (SP)
								Pontal (SP)
								Pradópolis (SP)
								Sales Oliveira (SP)
								Sta. Cruz da Esperança (SP)
								Sta. Cruz das Palmeiras *(SP)
								Sta. Rita do Passa Quatro *(SP)
								Sta. Rosa do Viterbo (SP)
								Santo Antônio da Alegria (SP)
								São Simão (SP)
								Serra Azul (SP)
								Tambaú (SP)
								Arcaburgo (MG)
							Mococa (SP) ←	Vista Alegre do Alto (SP)
							Monte Alto (SP) ←	Nuporanga (SP)
							Orlândia (SP) ←	Jacuí (MG)
						São Sebastião do		



São Joaquim da Barra (SP) ← Ipuã (SP)

*Centros com múltiplas vinculações.

Fonte: REGIC (IBGE, 2008).

Org.: Leticia M. Sant' Anna (2014).

Assim, sua região de influência é formada por 61 centros locais, 5 centros de zona B, 3 centros de zona A e 2 centros subregionais A, tanto no estado de São Paulo quanto de Minas Gerais. Com fortes relações com a rede de influência de Franca e Barretos. Há também a conformação de uma Área de Concentração de População (ACP), composta por Sertãozinho e Serrana, na qual estes municípios também exercem centralidade junto a Ribeirão Preto.

Para as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População - ACP ou de suas sub-áreas. As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. As 40 ACPs, constituídas por agregação de 336 municípios, [...] (IBGE, 2008, s/p).

A classificação dos municípios é baseada na centralidade exercida por diversas variáveis, tais como saúde, comércio e serviços. No caso de Ribeirão Preto, a maioria das variáveis possuem centralidade 3, ou seja, elevada. A classe utilizada para representar a centralidade compreende os valores exatos entre 1 e 6, sendo que quanto mais próximo de 1 maior a centralidade. No Quadro 4, podemos observar a centralidade exercida nas principais variáveis.

Quadro 4 - Ribeirão Preto. Nível de centralidade nas principais variáveis. 2007.

Variável	Nível de Centralidade
Comércio	2
Serviços	3
Saúde	3
Atividades Financeiras	3
Redes de Televisão	2
Conexões Aéreas	2
Graduação	3
Pós-graduação	3
Gestão Empresarial	3

Fonte: REGIC (IBGE, 2008).

Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Como exposto no Quadro 1, para a classificação de centro regional compreende-se que haja capacidade de gestão no nível inferior ao das metrópoles e com área de influência de âmbito regional. O que as difere das metrópoles é,

principalmente, o grande porte e os fortes relacionamentos com a sua área de influência, em sua maioria, devido à gestão territorial (REGIC, 2008).

Em Ribeirão Preto, a gestão territorial apresenta nível de centralidade “3”. A classificação da gestão territorial considera todas as variáveis, entretanto, a da gestão federal, somente, a instalação das instituições públicas, enquanto que a gestão empresarial somente as unidades locais de empresas são o que reforçam a classificação de Ribeirão Preto quanto centro regional.

Quadro 5 - Ribeirão Preto. Nível de centralidade da gestão empresarial e federal. 2007.

Variável	Nível de Centralidade
Classificação dos centros de Gestão do Território	3
Nível de centralidade de Gestão Empresarial	4
Nível de centralidade de Gestão Federal	5
Variáveis da Gestão Federal	
Presença de entidades do IBGE de nível 1	1
Presença de entidades do INSS de nível 1	1
Presença de entidades do MTE de nível 1	0
Presença de entidades da Receita Federal de nível 1	0
Presença de entidades do TRT de nível 1	1
Soma das entidades de nível 1	4
Presença de entidades do IBGE de nível 2	1
Presença de entidades da Justiça Federal de nível 2	1
Presença de entidades do MTE de nível 2	1
Presença de entidades da Receita Federal de nível 2	1
Soma das entidades de nível 2	4
Presença de entidades do IBGE de nível 3	0
Presença de entidades da Justiça Federal de nível 3	0
Presença de entidades do MTE de nível 3	0
Presença de entidades do TRE de nível 3	0
Presença de entidades do TRT de nível 3	0
Soma das entidades de nível 3	0
Presença de entidades do INSS de nível 4	0
Presença de entidades da Justiça Federal de Nível 4	0
Presença de entidades da Receita Federal de nível 4	0
Soma das entidades de nível 4	0
Presença de entidades do IBGE de nível 5	0
Presença de entidades do INSS de nível 5	0
Presença de entidades da Justiça Federal de nível 5	0
Presença de entidades do MTE de nível 5	0
Presença de entidades da Receita Federal de nível 5	0
Presença de entidades do TRE de nível 5	0
Presença de entidades do TRT de nível 5	0
Soma das entidades de nível 5	0

Fonte: REGIC (IBGE, 2008).

Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Observando o Quadro 5 é notável a falta de entidades a partir de nível 3 no nosso recorte espacial. Esse é um dos principais fatores para que, nos últimos anos, a classificação de Ribeirão Preto tenha se mantido quanto centro regional, sem elevação para metrópole. Comparando os dados apresentados com a descrição de metrópole, apresentada no Quadro 1, para ser classificada quanto metrópole é necessário, no mínimo, uma centralidade de gestão territorial nível 2. No caso de Ribeirão Preto, a centralidade exercida é de nível 3, assim a sua capacidade de gestão em nível, imediatamente, inferior ao das metrópoles reforça sua classificação quanto Capital Regional B.

Neste tópico apresentamos a região de influência de Ribeirão Preto, apesar da centralidade elevada exercida nas diversas variáveis, ainda não apresenta entidades de gestão federal níveis 2, 3, 4 e 5, por isso é classificada como Capital Regional B. A sua classificação e a sua influência regional reforçam o seu papel de nó da rede urbana, entretanto, desde 2013 há uma discussão sobre a possibilidade de criação da sua Região Metropolitana. Dessa forma, no próximo tópico apresentaremos as justificativas que estão sendo utilizadas para a criação de tal, uma vez que, a REGIC não a classifica como metrópole, então quais os critérios considerados nesse projeto?

5.2. Projeto de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto"

Com base no que já apresentamos, já podemos afirmar que Ribeirão Preto é uma cidade média, mas o objetivo desse tópico é que a possível criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto", reforça a nossa hipótese de limiar superior. Assim, entre a cidade média e metrópole, Ribeirão Preto se encaixaria quanto cidade média de limiar superior.

A partir da Constituição de 1988, os estados da federação passaram a ter a prerrogativa da instituição de regiões³⁸ metropolitanas, microrregiões e

³⁸ Considerando que em uma metrópole os fluxos e interações são, pelo menos, em escala regional e regional é o que está ente o local e o global, o correto seria chamá-la "área metropolitana", ao invés, de região metropolitana. Nesse capítulo fazemos a menção à região metropolitana por termos nos baseado no projeto de lei da mesma. Segundo Souza (2013, p. 144-145), "[...] é muito comum, nos textos acadêmicos e também no discurso político, tratar-se a região, explícita ou implicitamente, como

aglomerações urbanas, a partir de Leis Complementares. Entretanto, não existe uma institucionalidade para gerir os aglomerados e as regiões metropolitanas que seja capaz de dar conta das ambigüidades, problemas e conflitos que permeiam os processos que ocorrem nessas regiões, e que seja capaz de implementar planos mais amplos que tenham uma visão estratégica de toda a região (RIBEIRO, 2007). Colocando em debate quais municípios, realmente, ganham com a criação de uma região metropolitana.

Ou seja, a criação dessas regiões metropolitanas não é sinônimo de melhorias para os municípios, devido a ausência de um órgão público responsável por conciliar os conflitos entre as cidades. A partir do momento em que se cria uma "região metropolitana" sem se considerar as diferentes temporalidades dos municípios que a conformam, tenta-se homogeneizar, através da implementação das mesmas políticas de planejamento, algo heterogêneo. Dessa forma, a implementação desses se tornam mais atos políticos, para viabilizar maiores recursos federais e estaduais, do que constatações empíricas ou teóricas. (RIBEIRO, 2007). Podemos observar o caráter político desses projetos com base nos discursos, por exemplo, no caso de Londrina:

Já passou da hora de Londrina ter efetivada a Região Metropolitana. Sonho antigo, de 1998, quando propusemos ao então deputado estadual Eduardo Trevisan a elaboração de um projeto de lei criando a RML, posteriormente sancionado em lei, a Região Metropolitana de Londrina precisa sair do papel e deixar de ser um tabu, para que novas correntes de desenvolvimento social e econômico ingressem na nossa comunidade. E não precisamos ficar dependendo da boa-vontade do Governo do Estado para que a união de oito municípios se concretize. Londrina, mais os municípios de Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Rolândia, Sertãozinho e Tamarama, que atendem mais de 700 mil habitantes, têm todas as condições de iniciarem o processo de metropolização sozinhos. (CANZIANE³⁹ *apud* RIBEIRO, 2007, p. 551-552, **grifos do autor**).

Em Ribeirão Preto, podemos observar o caráter político do discurso do vereador do município, Maurílio Romano Machado, ao defender que:

uma entidade espacial maior que uma cidade ou município e menor que um país, ou, em todo caso, como uma categoria que se refere a um espaço "intermediário" entre o local e o nacional ou o global".

³⁹ Deputado Estadual, em artigo intitulado "Deus quer, o homem sonha e a obra acontece", publicado em seu site pessoal. Disponível em: <http://www.alexcanziani.com.br/analise/ver_analise.asp?id_not=4>. Acesso em 15 out. 2005.

[...] criação e implantação da **Nossa Região Metropolitana é um ideal político perseguido pelo vereador Maurílio Romano (PP) desde sua primeira campanha ao cargo, em 2008.** (NOSSA REGIÃO METROPOLITANA⁴⁰, 2015, grifos do autor).

Assim, podemos considerar que o maior objetivo com a criação dessas regiões é o anseio por recursos, mesmo constatando-se que a maioria das regiões metropolitanas implementadas pelas leis complementares são aglomerações urbanas, mesmo com relações de complementaridades entre os municípios, além da existência de continuidades e contiguidades territoriais⁴¹. Retomando a ideia exposta no capítulo 4, a rede urbana tem se tornado mais complexa, com isso as relações que definem as cidades médias também, assim as interações interescares diretas se tornam possíveis, entretanto, estas ainda estão subordinadas a cidades de níveis mais complexos.

As cidades médias estruturam-se, segundo níveis mais complexos, sendo que, em alguns casos, passam a desempenhar relações diretas com outras cidades, sem precisarem para tal, dos papéis desempenhados pelas metrópoles. Assumem, assim, alguns papéis de comando, mas estão ao mesmo tempo, subordinadas a outras cidades, em vários outros níveis (RIBEIRO, 2007, p. 563).

As regiões metropolitanas implementadas, via leis, por exemplo, em Londrina e Maringá, tampouco demonstram ter desencadeado um processo articulado de gestão que responda ao objetivo das disposições constitucionais: “integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (MOURA; FIRKOWSKI, 2001, p. 105).

Isso porque a autorização da criação de uma Região Metropolitana não significa que ela seja reconhecida, como tal, dentro da sua realidade, uma vez que, conceitualmente, não se compreende somente pela área de conurbação, mas também pela intensidade e diversidade dos fluxos.

⁴⁰ NOSSA REGIÃO METROPOLITANA. Ribeirão Preto, 2015. Apresenta informações sobre o mandato do vereador Maurílio Romano Machado. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://maurilioromano.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁴¹ Espaços urbanos contínuos: referente aos casos em que a expansão territorial urbana de uma ou mais cidades da aglomeração se intensifica, formando uma mancha urbana única. Espaços urbanos contíguos: referente à integração entre as cidades que se dá por meio de funções urbanas complementares, porém sem espaço urbano contínuo. (CARACTERIZAÇÃO, 2001).

O processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infraestruturas. (LENCIONI, 2011, p. 136).

Dessa forma, contestamos a criação de regiões metropolitanas através de leis complementares sem que haja o processo de metropolização em evidência. Assim, consideramos uma inexistência a criação da região metropolitana de Ribeirão Preto e defendemos a sua classificação enquanto cidade média com limiares superiores (BATELLA, 2013), principalmente, pela ausência de serviços financeiros e públicos restritos às metrópoles, ou seja, pela gestão do território com centralidade ainda limitada. Reolon e Miyazaki (2014), ao analisarem as propostas de instituição de unidades regionais que contemplam os municípios situados na Mesorregião Oeste Paranaense, reiteram o interesse político dessas propostas e as deficiências na solução dos problemas da população dos diversos municípios participantes.

Sendo assim, a instituição de unidades regionais tendo em vista a solução dos problemas metropolitanos teria uma lógica, de caráter social inclusive. Já quando se pensa na criação de unidades regionais pelo viés da integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum, o universo dos princípios é tão grande que chega a limitar sua prática. Isto implica em dizer que o objetivo, ou objetivos, da instituição de unidades regionais nem sempre sejam comuns ou visem a solução dos problemas da população dos vários municípios contemplados em suas propostas. (REOLON e MIYAZAKI, 2014, p.138).

Assim, o descompasso entre o que é instituído como região metropolitana e a espacialidades das aglomerações é reforçada pela caracterização do que é o processo de metropolização.

O processo de metropolização do espaço e a grande metamorfose que vêm ocorrendo em algumas metrópoles têm significado mudanças territoriais extremamente expressivas, a exemplo da renovação de áreas urbanas. O grande aglomerado metropolitano vem se constituindo como um verdadeiro epicentro dos fluxos de capitais dependentes das redes que aí encontram maior densidade e complexidade. Aí as pequenas e médias cidades passam a apresentar hábitos culturais e representações de valores que até então eram exclusivos ao viver nas metrópoles. Ao mesmo tempo, vêm se redefinindo as funções do núcleo metropolitano, que tem que responder, cada vez mais, às exigências da reestruturação econômica, implicando, então, o desenvolvimento de novos serviços.

Em especial, vale destacar os serviços de ordem superior voltados para a administração e gestão do capital das grandes empresas, bem como aqueles relativos diretamente ao setor financeiro, a exemplo dos bancos, carteiras de crédito e seguradoras, e os serviços relativos à esfera pública, como os da administração pública e os relacionados ao controle político. (LENCIONI, 2011, p. 136-137).

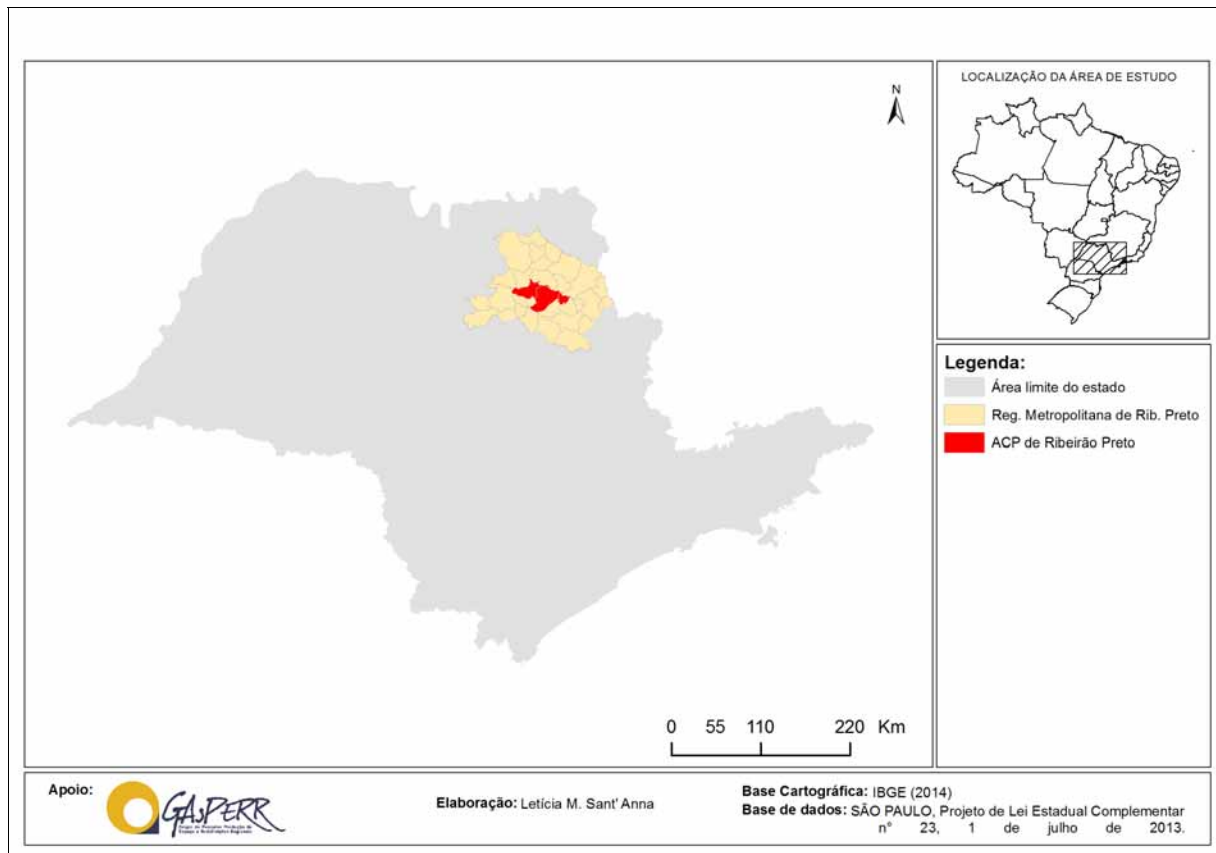
Diante dessa caracterização da metrópole, analisaremos o projeto de lei estadual Complementar nº 23, 1 de julho de 2013 que propõe a criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto". Já apresentamos que esta não passa por um processo de metropolização, então quais as justificativas para a elaboração do projeto?

Além do projeto de lei estadual complementar, temos também o trabalho de Machado (2011), que originou o projeto de lei.

Primeiramente, analisaremos o projeto de lei estadual complementar nº 23 - 04/07/2013, na qual se propõe, oficialmente, a criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana e também a constituição de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Propõe-se a formação dessa região, com 32 municípios (Mapa 3), além de Ribeirão Preto, sendo eles: Altinópolis, Batatais, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guatapar, Jaboticabal, Jardinópolis, Luiz Antônio, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral e Taquaritinga. (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar n 23, 1 de julho de 2013).

Mapa 3 - Ribeirão Preto. Proposta de Região Metropolitana. 2013.



Caso aprovado o projeto, o Conselho de Desenvolvimento, de caráter normativo e deliberativo, será composto por um representante de cada município e por um representante do Estado de acordo com os campos funcionais de interesse. Os campos funcionais de interesse são:

- I – planejamento e uso do solo;
 - II – transporte e sistema viário regional;
 - III – habitação;
 - IV – saneamento básico;
 - V – meio ambiente;
 - VI – desenvolvimento econômico; e
 - VII – atendimento social.
- (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar nº 23, 1 de julho de 2013).

O campo funcional "atendimento social" engloba os temas saúde, educação e planejamento para segurança pública. Ainda ressalta como "Disposições Transitórias" que ainda não há funções públicas de interesse comum definidas, mas que serão compreendidas com base nos campos funcionais citados acima. No projeto de lei, os campos funcionais estão apresentados como aqui, não há nenhum

detalhamento sobre os objetivos a serem trabalhados em cada campo, somente são citados.

No projeto também se define que os programas e planos deverão ser compatibilizados entre os municípios que compõem a região metropolitana e o Estado, caso seja compatível. E quanto a operação de transportes coletivos, ficará sob responsabilidade do Estado, via concessão ou permissão. (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar n° 23, 1 de julho de 2013).

No que tange o Fundo de Desenvolvimento, os objetivos são:

- I – financiar e investir em programas e projetos de interesse da área;
 - II – contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais;
 - III – contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sócio-econômico da Região; e
 - IV – contribuir com recursos técnicos e financeiros para a redução das desigualdades sociais da Região.
- (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar n° 23, 1 de julho de 2013).

Para a formação desse Fundo de Desenvolvimento, a região metropolitana de Ribeirão Preto poderá usufruir de recursos públicos, doações de pessoas físicas ou jurídicas, empréstimos, entre outros.

- I – recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal;
- II – transferências da União, destinadas à execução de planos e programas de interesse comum entre a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e a União;
- III – empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;
- IV – retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos;
- V – produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- VI – resultado de aplicação de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a alçada do Conselho de Desenvolvimento;
- VII – recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum;
- VIII – doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais.

(SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar nº 23, 1 de julho de 2013).

Por fim, o projeto de lei que a justificativa que o objetivo desta é de "promover o planejamento regional ⁴²para um maior desenvolvimento sócio-econômico e, via de consequência, melhorar a qualidade de vida da população ribeirãopretana". (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar nº 23, 1 de julho de 2013).

Argumenta-se, ainda, que Ribeirão Preto se destaca no cenário econômico, tanto na escala nacional como internacional, no setor agroindustrial. Com o esforço conjunto dos municípios, os benefícios serão para além da Região criada. Notamos que há um beneficiamento a favor de Ribeirão Preto e que as melhorias de planejamento que favoreceria a região metropolitana como um todo, ainda não possuem objetivos e propostas definidas.

Essas são as informações mais relevantes que constam no projeto de lei (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar nº 23, 1 de julho de 2013). A análise do projeto denota que há uma preocupação maior com a composição do conselho e questões financeiras do que estabelecer objetivos e prioridades de trabalho. Além disso, não apresenta um plano de trabalho ou objetivos, somente a composição dos órgãos que administrarão tal região. Ou seja, o caráter político da proposta fica nítida.

Para compreender melhor quais as razões para a proposta da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto", analisaremos o trabalho de Machado (2011). Esse autor é um vereador de Ribeirão Preto e a criação dessa região foi iniciada por ele e é a principal proposta política dele.

Em 2009⁴³, deu início às atividades da Comissão Especial de Estudos para a Criação e Implementação da Região Metropolitana, na qual foram levantados vários pontos de interesse para a região e contaram com a participação de vereadores, até

⁴² O conceito de planejamento regional nesse projeto não é tratado como tal, uma vez que, ao analisarmos a proposta da criação dessa região metropolitana, a prioridade se dá em como será composto o conselho e as questões administrativas. Não apresentando o planejamento e o desenvolvimento regional como prioridades.

⁴³ MAURÍLIO ROMANO. Apresenta informações sobre a proposta da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Disponível em:< <http://maurilioromano.com.br/nossa-regiao-metropolitana/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

então não foi mencionado a participação de algum profissional voltado para a área de planejamento, somente políticos.

Na proposta inicial a região metropolitana seria formada por dez cidades: Ribeirão Preto, Brodowski, Cravinho, Dumont, Guatapar, Jardinópolis, Pontal, Pradópolis, Serrana e Sertãozinho (MACHADO, 2011). Entretanto, técnicos da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), apontaram uma nova configuração composta por 36 municípios. Conforme Machado (2015), solicitou-se a inclusão de dois municípios no projeto final: Guatapar, porque constava na proposta inicial (MACHADO, 2011); e Luiz Antonio, devido a sua localização geográfica. Os argumentos acima descritos já denotam como a escolha dessas cidades não considerou as interações entre elas. Assim, entre a proposta inicial e a da EMLASA, definiram a configuração final composta por 36 municípios, entretanto, no *síte* do vereador não há o nome dos 36 municípios. Com isso, consideraremos aqui a sua formação de 32 municípios apresentada no projeto de lei. (SÃO PAULO, Projeto de Lei Estadual Complementar não 23, 1 de julho de 2013).

Maurílio Romano (2015) considera a criação da Região Metropolitana o "passaporte para um futuro com crescimento econômico e social, de forma contínua, sólida e ordenada". Segundo o mesmo, com a atração de novos empreendimentos para a Região e o aumento de recursos federais e estaduais, ocorreriam várias melhorias, tais como: a instalação de novas Escolas Técnico-Profissionalizantes para atender a nova demanda de mão-de-obra; a reestruturação do transporte urbano, com a implantação do metrô de superfície; transformação da Guarda Civil Municipal em Guarda Metropolitana com melhoria nos serviços e internacionalização do Aeroporto Leite Lopes com a ampliação do terminal de cargas e a criação de um terminal específico para a criação de uma Zona Franca. Essas melhorias apresentam caráter dúbio, uma vez que, como mencionamos em capítulo anterior, a internacionalização do Aeroporto Leite Lopes tem apresentado vários impedimentos técnicos e burocráticos, então, as demais melhorias que ainda não tiveram uma proposta oficial apresentada não se mostram possíveis. A reestruturação do transporte urbano para implantação de metrô de superfície também tem caráter duvidoso, pois nem o transporte urbano por ônibus tem recebido a atenção necessária. Seria mesmo anica solução a implantação do metrô? Bem como, a

criação da Guarda Metropolitana. Quais as razões para que as melhorias só ocorram pela implementação desta? Por que as melhorias não podem ser feitas quanto Guarda Municipal?

Paralelamente à criação da Região Metropolitana, há também a criação da Universidade Federal de Ribeirão Preto; a instalação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e do Centro Administrativo que oferecerá serviços da Administração Pública que a população precisa, concentrando as secretarias municipais em uma única localização.

Machado (2011, p. 22) apresenta mais detalhes sobre a criação da Região Metropolitana. O trabalho é composto da seguinte estrutura:

- Problema: como maximizar recursos públicos, em uma determinada região geoeconômica, para solucionar problemas como: saúde, transporte, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, entre tantos.
- Hipótese: se maximizará recursos públicos em uma determinada região geoeconômica, onde há interdependência dos municípios com o município de maior população e receita através da criação de uma Região Metropolitana.
- Objetivo Geral: maximizar o emprego dos recursos públicos na região de Ribeirão Preto.
- Objetivo Específico: demonstrar a viabilidade da criação da Região Metropolitana de Ribeirão preto que permitirá o desenvolvimento integrado dos municípios que a compõe.

Dentre os pontos favoráveis, o autor destaca que ocorreria um planejamento de forma conjunta entre os municípios, maior repasse de recursos públicos da escala Estadual para a metropolitana e os arranjos econômicos seriam decididos em grupo, pois os municípios são economicamente diversificados, nos quais há destaques no setor industrial, do agronegócio, do comércio e de serviços.

Machado (2011, p. 10) argumenta que a região metropolitana é o modelo regional mais adequado para atingir as melhorias defendidas.

Para chegar à conclusão de qual seria o modelo regional mais adequado à realidade brasileira para a implementação de políticas sociais que atinjam, efetivamente, a massa da população carente de prestação de serviços públicos básicos, passando pela melhor distribuição de rendas destinadas a esses espaços geográficos, é que se propõe a caracterização do principal modelo existente, a região metropolitana.

Para contextualizar a viabilidade do projeto, o autor ainda apresenta uma breve análise sobre as Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, com os instrumentos criados a partir dessas regiões, a dificuldade da administração conjunta e a estrutura que foi organizada para sanar essas dificuldades. Com o objetivo de mostrar a evolução obtida com a criação das regiões, Machado (2011), organiza duas tabelas, uma para cada região, que aponta o número populacional total no ano de criação da região e em 2010, e também a dimensão territorial de cada município que compõem essas regiões. Também propõe uma discussão que considera pontos da Constituição da República de 1988, do Estatuto da Cidade e da Constituição do Estado de São Paulo. E afirma que o projeto está respaldado na fundamentação legal específica prevista na Constituição Federal e em todo o arcabouço de formas de organização preconizadas por vários autores (MACHADO, 2011, p. 5). Por fim, o autor conclui que a criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto é a forma mais eficaz para a maximização dos recursos públicos para os municípios participantes da região. Dentre os argumentos apresentados nenhum evidencia a existência do processo de metropolização.

Com base na discussão do projeto de criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, vamos elencar o que consideramos os pontos mais frágeis e que não justificariam a criação de tal região. Para tanto, respaldamo-nos no aludido projeto e nas constatações teóricas e empíricas que empreendemos.

- Não considera, na escolha inicial dos municípios, a contiguidade espacial e as interações espaciais.

O desenvolvimento sustentado, planejado e integrado de Ribeirão Preto passa necessariamente por políticas públicas em âmbito regional. Muito se tem falado sobre a possível criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que no seu entorno conta com os seguintes municípios limítrofes ou muito próximos: Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Sertãozinho e Serrana. (MACHADO, 2011, p. 6).

A proposta de compor a região metropolitana por 32 municípios, denota o descompasso entre o que é instituído e a realidade, como ressaltam Reolon e Miyazaki (2014), ao analisarem a criação de unidades regionais na Mesorregião Oeste Paranaense.

A problemática metropolitana se faz presente na Mesorregião Oeste Paranaense, embora seja incomparável à dinâmica metropolitana observada nas maiores áreas urbanas do país. Não obstante, pôde-se observar que a espacialidade das unidades regionais contempladas nesta análise estiveram sujeitas a uma enorme plasticidade sem, contudo, citar-se um único estudo que fundamentasse e orientasse seus processos de institucionalização. (REOLON e MIYAZAKI, 2014, p. 147).

Baseia-se em uma conceituação de metrópole, na qual o agrupamento de municípios limítrofes é um dos elementos que a caracterizam.

A Constituição da República de 1988 previu, em seu artigo 25, § 3º, a criação de regiões metropolitanas, mediante lei complementar estadual, para fins de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. A Constituição do Estado de São Paulo, por sua vez, traz o conceito detalhado a respeito da comunidade de serviços, segundo a qual a região metropolitana é o agrupamento de municípios limítrofes, dotado de alta densidade demográfica e integração socioeconômica, exigindo dos poderes públicos envolvidos a adoção de políticas sociais conjuntas. (MACHADO, 2011, p. 10).

- Apresenta um discurso desenvolvimentista.

Este desejo é fruto do **desenvolvimento social, econômico e político da região** está respaldado na fundamentação legal específica prevista na Constituição Federal e em todo o arcabouço de formas de organização preconizadas por vários autores. (MACHADO, 2011, p. 5, grifo nosso).

- Não apresenta como seria a organização das funções governamentais e a prioridade dos recursos, já que a região seria composta por 32 municípios com especificidades de seus ramos econômicos. Aumentando as possibilidades de que esses municípios continuarão compartilhando os mesmos problemas.

Estes municípios formam na prática uma grande região geoeconômica, responsável pelo dinamismo que tem caracterizado o desenvolvimento destas cidades, onde cada uma contribui de forma permanente, quer seja na área industrial, quer seja na área do agronegócio, quer seja pelo comércio e pelos serviços, entre eles com grande destaque para a educação e saúde.

Desta forma, ao invés de cada um dos municípios promoverem seu desenvolvimento de forma isolada, a sua união em assuntos metropolitanos, poderá permitir que os investimentos sejam constituídos de maneira compartilhada, com soluções conjuntas e com desenvolvimento integrado e participativo. (MACHADO, 2011, p. 6).

- Utiliza o tamanho populacional como um argumento para a hierarquização de Ribeirão Preto como metrópole e para justificar a criação das Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista. Dos trabalhos de campo realizados em ambas as regiões, apresenta somente informações da organização da administrativa e tendo como único "resultado" de processo o aumento populacional.

No que se refere aos Municípios que compõem a Região Metropolitana apresentamos na Tabela 3.1 com a população no ano de criação e a atual, dados obtidos junto ao IBGE. (MACHADO, 2011, p. 24).

- Trata o processo de metropolização como uma descaracterização da identidade do município, mas defende que nessa região haverá a valorização da especificidade de cada município. De que forma se daria essa valorização?

Não se pode negar que a metropolização gera efeitos que descaracteriza a identidade dos municípios envolvidos, na medida em que cria problemas muito maiores nesses municípios e que necessitam de planejamento e ações conjuntas. (MACHADO, 2011, p. 12).

Desta forma, ao invés de cada um dos municípios promoverem seu desenvolvimento de forma isolada, a sua união em assuntos metropolitanos, poderá permitir que os investimentos sejam constituídos de maneira compartilhada, com soluções conjuntas e com desenvolvimento integrado e participativo. (MACHADO, 2011, p. 6).

- Apresenta que as regiões metropolitanas surgem para ocupar espaços esquecidos da descentralização. Considerando o papel de Ribeirão Preto na economia, ela realmente está esquecida?

A região metropolitana, que surgiu para ocupar espaços esquecidos de descentralização, entre Municípios integrantes de uma mesma comunidade geo-econômica, tem sua consagração e seu amadurecimento com a Constituição de 1988. (MACHADO, 2011, p. 27).

- Critica o mau uso dos recursos no município e que há um desperdício com obras que não correspondem a necessidade local. Dessa forma, como administrar os recursos extras que virão com a criação da região e como garantir que haverá uma boa gestão dos recursos em escala regional, já que nem em escala municipal isso vem sendo feito, e também não há a proposta de criação de um órgão específico para a gestão em escala regional.

Desperdício de recursos públicos com obras que não corresponde a necessidade local.

Esta é uma consequência de várias determinantes. A primeira delas é a falta de prioridade regional, em detrimento apenas da vontade do agente público que nem sempre executa programas que visem necessidade primeira da população. É preciso ouvir a população e após os órgãos técnicos no sentido de se atender a demanda real por prioridades. Outro aspecto importante para o desperdício de recursos públicos está na forma de sistematizar custos, avaliar legalidade, eficiência e eficácia na execução de programas de governo. A criação e instalação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, com certeza, evitará desperdícios de recursos públicos, especialmente pela estrutura preconizada para isto. (MACHADO, 2011, p. 33).

- Aponta que há uma guerra entre os lugares e que estabelecer a região apaziguaria esse processo. Porém, não encontramos disputas entre os municípios, uma vez que, as relações predominantes entre eles, até onde desenvolveu nossa análise, são de cooperação e complementaridade, conforme Camagni (1993).

Competição não construtiva para arranjos econômicos desconcentrados, com perda de receitas tributárias.

O mundo está em constante mudança e as organizações são causa e efeito desse processo de permanente transformação. O processo de globalização, não só mundial, mas também em termos de ambiente regional, ao mesmo tempo em que traz benefícios, também pode sufocar as cidades. Esta situação é preocupante para o setor público que deve estar em constante atuação para atender as demandas da população e das organizações que operam nos seus mercados. Esta visão reacendeu a necessidade do incremento de novas estratégias voltadas para a promoção e o desenvolvimento socioeconômico regional. (MACHADO, 2011, p. 33).

A partir dos frágeis argumentos, apresentados a hipótese inicial deste tópico de que Ribeirão Preto não é uma metrópole, e nem conforma uma região metropolitana, mas sim uma aglomeração não metropolitana, devido a sua complexidade que a denota enquanto cidade média com limiares superiores, segundo a proposta estratégica de Batella (2013) para valorizar o diferencial de cada cidade.

Neste capítulo apresentamos a classificação de Ribeirão Preto sob o viés da REGIC (IBGE, 2008), na qual a classifica como Capital Regional B e que apesar da centralidade elevada que exerce em todas as variáveis levantadas pelo estudo, a ausência de entidades públicas de níveis 2, 3, 4 e 5 que formam gestão territorial é o principal fator para que a sua classificação não seja superior.

Também vimos que entre Ribeirão Preto, Sertãozinho e Serrana há uma "área de concentração populacional" o que mostra, de forma preliminar, uma relação de complementaridade entre as cidades. Retomaremos essa discussão no próximo capítulo.

Quanto ao projeto de Lei Estadual Complementar ° 23, 1 de julho de 2013, observamos o caráter político na criação desta, sem argumentações consistentes tanto na escolha dos municípios como na justificativa para a sua criação.

Sendo assim, no próximo capítulo apresentaremos os elementos que julgamos essenciais para se compreender as complexidades de Ribeirão Preto.

6. CIDADE MÉDIA DE LIMIAR SUPERIOR

Neste capítulo apresentaremos os elementos que influenciaram no aumento da complexidade de Ribeirão Preto e que a tornam uma cidade média de limiar superior.

Os parâmetros analisados serão: o agronegócio, a partir da perspectiva de Ribeirão Preto representada como a "Capital do Agronegócio" contrapondo com Sertãozinho, município contíguo, que é uma "cidade do agronegócio", para isso, traremos os dados da balança comercial. Por fim, analisaremos os *shopping centers* presentes em Ribeirão Preto com o objetivo de apresentar a variedade oferecida por estes e que resulta em diversas interações espaciais em escala regional.

6.1. Brasil agrícola moderno: cidades do campo e cidades do agronegócio

Ribeirão Preto é reconhecida nacionalmente como a "Capital do Agronegócio". Todavia, Sertãozinho, município contíguo, é considerado "Cidade do Agronegócio" (ELIAS, 2011), o que indica uma possível relação de complementaridade entre os municípios. Assim, temos como objetivo nesse capítulo apresentar as características que tornaram Ribeirão Preto destaque no setor de agronegócio e, em contrapartida, a sua relação com Sertãozinho atendendo ao objetivo maior deste trabalho de apresentar os elementos que aumentam a complexidade de Ribeirão Preto quanto cidade média.

No capítulo 4 apresentamos, sucintamente, como se deu a formação socioespacial de Ribeirão Preto e a importância do período cafeeiro para a sua economia, a instalação básica de infraestrutura e a formação de um mercado consumidor. Entretanto, a consolidação da economia ribeirão-pretana se dá na segunda fase, a da agroindústria.

Até meados do século XVIII, o Brasil teve a sua urbanização essencialmente, litorânea com bases agrárias, mas esse panorama começou a sofrer modificações, com o intenso processo de urbanização, a residência dos trabalhadores agrícolas, no caso, fazendeiros ou senhores de engenho, passou a ser urbana. Acompanhado

dessa inversão, entre 1940 e 1980, a população total do Brasil triplicou, enquanto que a população urbana teve um aumento de sete vezes e meia (SANTOS, 2009).

Diante desse panorama um Brasil moderno era aquele em que a população agrícola crescia mais depressa que a população rural (SANTOS, 2009). Muitos trabalhadores sazonais do campo também se tornaram urbanos, com isso, a população rural praticamente não sofreu alteração.

Entre 1960 e 1980, a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, ao passo que a população rural fica praticamente estacionária: 38.418.798 em 1960, e 38.566.297 em 1980 (em 1970, são 41.054.054) (SANTOS, 2009, p. 36).

Esse contexto teve como principal condicionante a integração do território que se acentuou no período pós Segunda Guerra Mundial e que caracterizou o início do que chamamos anteriormente de meio técnico-científico-informacional⁴⁴, na qual houve a superposição de diferentes sistemas de engenharia, como as ferrovias e as rodovias. Essas remodelações do território não foram restritas ao meio urbano, o meio rural também sofreu uma nova composição técnica, com isso, o espaço "torna-se fluido, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias, o capital passem a ter uma grande mobilidade" (SANTOS, 2009, p. 42).

"As cidades locais mudam de conteúdo" deixando de ser a cidade dos notáveis, "onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista" para se tornar uma cidade econômica, "onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados" (SANTOS, 2009, p. 56). Bem como, o seu papel que passa a ser de reguladora do que se faz no campo.

É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a afeiçoar-se às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes a dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. Como o campo se

⁴⁴ Retomando o que já foi exposto, esse período foi "[...] marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação" (SANTOS, 2009, p. 38).

torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência), tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e transforme-se na cidade do campo (SANTOS, 2009, p. 56 e 57).

Essas alterações não se deram de forma homogênea em todas as regiões do país, no entanto, o suficiente para superar a tradicional dicotomia entre Brasil urbano e Brasil rural por um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas) (SANTOS, 2009).

Desde a década de 1970, ocorria uma revolução urbana com o processo de involução metropolitana, na qual passam a crescer as grandes cidades, cidades médias e as cidades locais ao mesmo tempo. Resultado dentre outros fatores, do meio técnico-científico-informacional, as cidades locais passam a fornecer grande parte de produtos, serviços e mão-de-obra indispensáveis à produção agropecuária e agroindustrial, então deixa de ser a cidade *no* campo e se transforma na cidade *do* campo (SANTOS, 2009).

A reestruturação produtiva da agropecuária também foi essencial para essa aceleração da urbanização. A partir da década de 1970, o processo de reestruturação apresentou maior intensidade, porém privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais, e os lugares mais propícios eram aqueles hábeis à execução dos capitais hegemônicos (ELIAS, 2006). Essa reestruturação é caracterizada pela agricultura científica que possibilitou, através da fluidez do território, a mecanização dos espaços agrícolas com a atividade agropecuária "baseada na utilização intensiva de capital, tecnologia e informação, principais forças produtivas do presente", caracterizando o espaço da produção globalizada (ELIAS, 2006, p. 280).

A remodelação do território, causada pelo aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, acarretou em novas relações cidade-campo e o crescimento das cidades médias e locais, através do fortalecimento destas em termos demográficos, mas principalmente, econômicos (ELIAS, 2006).

As novas relações cidade-campo, antes característica da cidade subordinada ao campo, agora se dá o inverso, através da regulação da agricultura científica, que

ocorre, cada vez mais, na cidade, na qual a produção, em sua maioria, tem como destino e é onde será processado e consumido.

Característico do agronegócio é o poder de impor especializações territoriais que exigem que cidades próximas ao campo se adaptem as suas demandas, seja para suporte financeiro, técnico ou mão de obra necessários para o desenvolvimento de suas atividades. Essa especialização é destinada à manutenção da agroindústria, ou seja, o fornecimento de equipamentos mercantis, chamado de consumo produtivo rural (SANTOS, 2009, p. 55), é que adapta as cidades às suas exigências.

A reestruturação da agropecuária fez com que o tamanho da área de cultivo deixasse de ser o principal fator na escolha locacional, com a intensiva utilização de máquinas, insumos e biotecnologia, tornando-se mais competitiva, porém exigindo uma interdependência entre os demais setores econômicos e as cidades, conformando em verdadeiras redes de produção agropecuária que incluem "desde a produção agropecuária propriamente dita, assim como fornecedores de máquinas e insumos; prestadores de serviços; agroindústrias; empresas de distribuição comercial; empresas de pesquisa agropecuária; empresas de marketing; empresas de *fast food*; supermercados etc" (ELIAS, 2006, p. 286).

A cada sopro de modernização das forças produtivas agrícolas e agroindustriais, as cidades das áreas adjacentes se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de uma série de novos produtos e serviços, dos híbridos à mão-de-obra especializada, o que faz crescer a urbanização, o tamanho e o número de cidades. As casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos, fertilizantes, os escritórios de *marketing*, de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, administração, meteorologia, agronomia, economia, administração pública, entre tantas outras coisas, vêm se difundindo por todas as partes do *Brasil agrícola moderno*. (ELIAS, 2006, p. 290)

Segundo Elias (2006), podemos identificar no Brasil agrícola moderno diversos municípios que tiveram sua urbanização fomentada pela expansão do agronegócio, sendo Ribeirão Preto um exemplo imponente.

Poderíamos dizer que a Região de Ribeirão Preto faz parte do Brasil agrícola moderno, cuja urbanização se deve diretamente ao desenvolvimento e modernização das atividades agrícolas e

agroindustriais. A modernização e expansão destas atividades desenvolveu áreas urbanas de grandes dimensões, cujos vínculos importantes se devem às interrelações, cada vez maiores, entre o campo e as cidades. As cidades se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas circundantes e dependem, em graus diversos, destas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada. (ELIAS, 1996, p. 21)

O complexo agroindustrial dessa região se conformou em uma rede de cidades do campo que vai além de um único tipo de cultivo.

Temos defendido que esta região é o exemplo maior do *Brasil agrícola moderno*, dado o nível e a complexidade das transformações socioespaciais pelas quais passou nos últimos quarenta anos (ELIAS, 1997, 2003b). Acreditamos que, nessa região, a divisão do trabalho agropecuário e agroindustrial encontra-se tão exacerbada que poderíamos falar de uma rede de cidades do campo, polarizadas pela cidade de Ribeirão Preto. Poderíamos citar Sertãozinho (a cidade da cana), Matão e Bebedouro (cidades da laranja) entre outras. (ELIAS, 2006, p. 295-296).

No caso brasileiro, mais especificamente o da região de Ribeirão Preto, essa modernização do campo que caracterizou a agricultura científica foi, inicialmente, subsidiada pelo Estado. Destacou-se pela rápida capacidade de reorganização "segundo os novos nexos da aceleração contemporânea e da globalização do espaço." (ELIAS, 1996, p. 80).

Mas, o importante é destacar que, desde o primeiro aumento de mecanização do território, a região tem se mostrado um verdadeiro campo de provas para a difusão de inovações, adaptando-se rapidamente às novas demandas da produção e das trocas globalizadas. A etapa de desenvolvimento econômico que se inicia no Período Técnico-Científico conheceu seu impulso definitivo na década de 70. Desde então, a região tem acumulado progressivamente recursos técnicos e financeiros, aumentando a composição técnica e orgânica de seu território, que adquire crescente fluidez, transformando-se numa das principais manchas de modernização agropecuária do país, não somente difundindo inovações, como também produzindo novas tecnologias, novas formas organizacionais, ocupacionais e espaciais. (ELIAS, 1996, p. 21).

Com isso, desenvolveu um complexo agroindustrial, majoritariamente, formado por indústrias metal-mecânicas produtoras de máquinas e equipamentos e propiciou a criação e expansão de diversos outros setores.

Associado à modernização da atividade agrícola, inicialmente da própria Região de Ribeirão Preto, muitas empresas conseguiram ultrapassar o mercado regional e atingir não apenas o nacional, mas

alcançar um estágio de produção e distribuição globalizados, participando do circuito superior da economia. (ELIAS, 1996, p. 72).

Considerando os elementos acima mencionados, as cidades que coordenam esses espaços agrícolas modernos tornam-se responsáveis pelo atendimento da demanda de consumo produtivo que é intensa. Assim, Elias (2007), destaca que o que Santos (2009) chamou de *cidade do campo*, atualmente, considerando uma possível consolidação conceitual, pode ser chamado *cidade do agronegócio*, como é o caso de Sertãozinho.

As *cidades do agronegócio* estão inseridas na Região Produtiva Agrícola (RPAs) que são consequência da reestruturação produtiva agropecuária, na qual os impactos econômicos e sociais nos espaços agrícolas e urbanos aceleram a reorganização do território e a urbanização através de processos de (re)estruturação urbana e regional (ELIAS, 2012, p. 3).

As RPAs recebem os mais expressivos investimentos do agronegócio globalizado por incluir os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação, bases da dinâmica territorial do agronegócio (ELIAS, 2012).

Nas RPAs, as grandes corporações concernentes às redes agroindustriais são os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano. Como consequência de tais processos, intensificam-se as relações campo-cidade e a urbanização, uma vez que as redes agroindustriais necessitam também de processos que se dão no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais ao agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão desse agronegócio globalizado. Processa-se, em última instância, a produção de territórios especializados e corporativos inerentes a esse agronegócio (ELIAS, 2012, p. 2).

A *cidade do agronegócio* é uma nova tipologia de cidade, "cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções, assim como de resto ocorre nas RPAs nas quais estão inseridas" (ELIAS, 2011, p. 161 e 162).

Para uma cidade do agronegócio, a mais importante característica é a especialização funcional. Por vezes, uma cidade que, inicialmente, pudesse ser classificada como do agronegócio, aumenta seu papel multifuncional com o crescimento, o que naturalmente faz com que a mesma perca uma das características principais das cidades do agronegócio. Isso não significa obrigatoriamente que o agronegócio deixe de ter importância econômica de determinada cidade ou

Região Produtiva Agrícola, mas que outras atividades passam a ser determinantes estabelecendo-se novas dinâmicas socioeconômicas (ELIAS, 2011, p. 163).

Considerando Sertãozinho uma *cidade do agronegócio* e Ribeirão Preto a capital do agronegócio, partiremos da ideia central de que Ribeirão Preto centraliza os serviços concernentes ao agronegócio, como os bancários enquanto que em Sertãozinho temos a concentração das unidades industriais do setor metal-mecânico. Dessa forma, seria Ribeirão Preto a capital do agronegócio, não em termos de posição na rede urbana, mas como uma representação do seu papel na região produtiva agrícola.

Faz-se necessário agora uma breve explanação sobre a contextualização histórica dessa segunda fase na região de Ribeirão Preto. Para isso, apresentaremos o caso de Sertãozinho, correlacionando-o com a formação do complexo agroindustrial da região. Trataremos do conceito de complexo agroindustrial para valorizar a relação indústria-agricultura nessa contextualização, mas reafirmamos, como exposto anteriormente, esta ser uma Região Produtiva Agrícola.

Consideraremos o conceito de Complexo Agroindustrial como um

[...] conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. (MÜLLER, 1989, p. 41).

Essa relação intersetorial se dá através da modernização agrária, mas também da modernização dos meios de transporte e comunicação, os subsídios creditícios e os incentivos fiscais. Sendo assim, Müller (1989) sistematiza três períodos de padrões nas relações indústria - agricultura, sendo eles:

- 1870 – 1920/30: “o investimento industrial, induzido pela expansão das exportações, não se reduziu a bens de consumo, mas incluiu a produção de insumos e bens leves de capital para setores agrícola-exportador e de transporte, e para o processamento de produtos de exportação” (MÜLLER, 1989, p. 28). Com isso, desenvolveu-se o beneficiamento e o processamento da cana-de-açúcar e

outras matérias primas, bem como o desenvolvimento da produção interna de algumas máquinas agrícolas simples. A agricultura se encontrava, fortemente, dependente do comércio e das comunicações.

- 1920/30 – 1955/1960: economia nacional em transição para uma economia industrial, assim o capital industrial era dominante, há a implantação de novas indústrias no país voltadas para a produção de máquinas e implementos leves para a agricultura, fertilizantes químicos e também para a produção de máquinas pesadas, como era o caso da Metalúrgica Dedini (MÜLLER, 1989, p.30).

- Anos 60 e 70 adiante: fim do processo de substituição das importações, na agricultura, principalmente no setor de fertilizantes e defensivos agrícolas. A *cadeia intersectorial* deixa nítido que a forma industrial de produzir já havia chegado à agricultura. Nesse período ocorreram importantes intervenções do Estado a fim de se ampliar os investimentos nesses setores que acabaram refletindo nas melhorias do setor de comunicações e transporte (MÜLLER, 1989, p.31).

Como exposto, a modernização agrária é um fator preponderante na intensificação das relações entre a agricultura e a indústria e com base nos períodos apresentados acima podemos delimitar que os complexos agroindustriais brasileiros se consolidaram a partir dos anos 60.

A industrialização da agricultura designa a incorporação das atividades agrárias ao modo industrial de produzir e ao estilo empresarial de gerir a unidade econômica agrária. É produto do consumo crescente de insumos industriais e de serviços técnicos. A agroindustrialização designa a integração da agricultura com os setores industriais e comerciais que operam com os produtos agrícolas, como agroindústria e supermercados, cujas exigências técnicas, econômicas e comerciais participam da regulação das atividades agrárias. (MÜLLER, 1989, p.55)

A modernização agrária não só auxiliou na intensificação das relações entre a indústria e a agricultura, como também criou um novo perfil para a agricultura :

[...] não mais depende apenas do crescimento da agroindústria, mercado interno e exportações, mas também da indústria produtora de insumos e máquinas. (MÜLLER, 1989, p.37)

As atividades são interdependentes, mas assimétricas, pois há aquelas cujas funções possuem um maior grau de importância na reprodução do complexo. Tais atividades constituem o núcleo do CAI e dizem respeito à capacidade de controle que os interesses sócio-

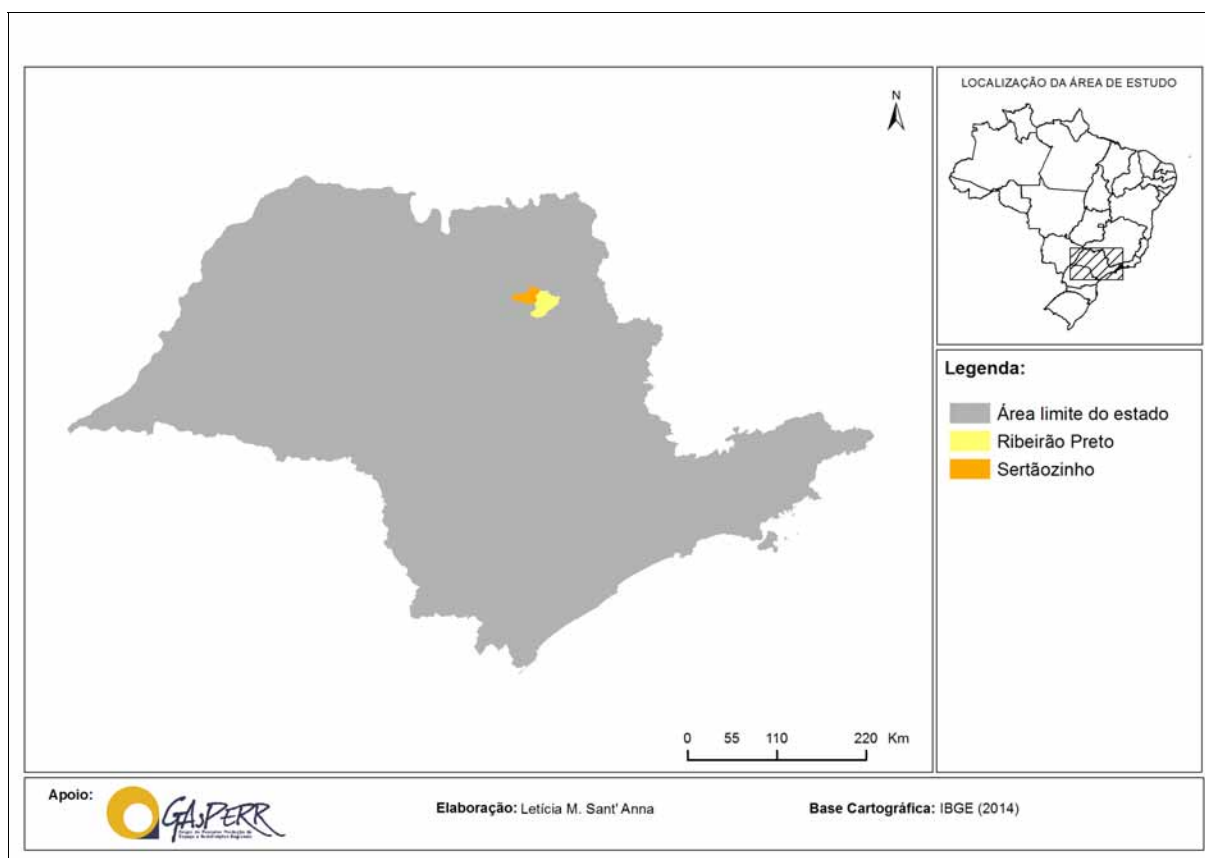
econômicos aí localizados exercem sobre a reprodução do mesmo. Assim, a agricultura, em que pese ser uma atividade principal, pode estar subordinada a setores industriais ou, até mesmo, a setores comerciais, como por exemplo, os supermercados. (MÜLLER, 1989, p.45)

Não podemos deixar de retomar as influências da economia cafeeira na formação desse complexo, pois com o lucro excedente da venda do café foram investidos em ferrovias que possibilitaram a exploração de novas áreas e a implantação das primeiras indústrias de pequeno porte. A expansão dessas ferrovias ocasionou na implantação de oficinas para a manutenção dos vagões e dos trilhos, formando mão de obra especializada para suprir as necessidades futuras da indústria paulista, como abordamos no capítulo 4.

Sertãozinho é um município contíguo à Ribeirão Preto (Mapa 4), com área territorial de 403,089 km² e densidade demográfica de 273, 22 hab/km² (IBGE⁴⁵, 2015). Segundo informações do SEADE⁴⁶ (2015), seu PIB apresenta como tipologia o perfil industrial com relevância estadual. Ao longo desse capítulo apresentaremos com mais detalhes a importância industrial desse município.

⁴⁵IBGE. Apresenta informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355170&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

⁴⁶ SEADE. Apresenta informações sobre os municípios paulistas. São Paulo. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_save#0>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Mapa 4 - Sertãozinho. Localização relativa à Ribeirão Preto. 2015.

Quanto à sua evolução populacional (Tabela 3), diferentemente de Ribeirão Preto, sua população total em 2014 era de 115.419 habitantes, aproximadamente, 523.000 habitantes a menos que Ribeirão Preto. Entretanto, se compararmos o total da população de 1980 com a de 2014, houve um aumento, aproximado, de 20 mil habitantes a cada 10 anos. Acompanhado de uma redução significativa da população rural.

Tabela 3 - Sertãozinho. Evolução da população. 1980 a 2014.

	1980	1990	2000	2010	2014
População Urbana	45.130	70.053	90.373	108.636	114.530
População Rural	6.073	5.339	4.126	1.300	889
População Total	51.203	75.392	94.499	109.936	115.419

Fonte: SEADE, 2014.

Org.: Leticia M. Sant' Anna (2014).

A partir dos anos de 1970, Sertãozinho apresentou um *boom* industrial, com forte crescimento da produção das usinas de açúcar e álcool e do setor de máquinas para a agroindústria ligadas ao setor sucroalcooleiro (SELLINGARDI-SAMPAIO, 2009). Esse município é composto por um polo industrial com características únicas que lhe proporcionam a capacidade de produzir desde equipamentos específicos até usinas inteiras. As origens desse complexo agroindustrial são intrínsecas às intervenções públicas, nesse caso, a principal foi o Proálcool.

A primeira ação pública de incentivo veio da Câmara Municipal de Sertãozinho, em 1900, na qual aprovaram uma “lei de incentivo fiscal à implantação da agroindústria canavieira nas terras do Município” (Hasse, 1986, p. 36).

Segundo Hasse (1986, p.36), “em 17 de novembro de 1900, a Câmara Municipal de Sertãozinho aprovou uma lei de incentivo fiscal à implantação da agroindústria canavieira nas terras do Município. O projeto fora apresentado em agosto pelo vereador Aprígio de Araujo, que exercia o cargo de intendente (prefeito)”.

Considerando que este município presta-se admiravelmente à cultura da cana;

Considerando que os lavradores, amedrontados pela baixa do café, empregaram suas atividades no cultivo da cana e se encontram em sérias dificuldades, devido ao barateamento do aguardente;

Considerando que a cana preserva-se da geada mais facilmente do que o café

Considerando que seria possível utilizar toda a cana que se possa formar no município construindo um Engenho Central, etc.,

Proponho:

- – que se isente de impostos, pelo prazo de 20 anos, a pessoa ou companhia que montar um Engenho Central, que tenha as proporções de utilizar toda a cana do município na fabricação de açúcar, álcool e aguardente.

- – como medida de urgência imediata e auxiliadora, fica revogado o imposto sobre exportação de aguardente constante da lei nº14 Tab. E. (HASSE, 1986, p.36).

Essa foi a primeira intervenção do governo, em escala municipal, no incentivo a atividade açucareira. Ao longo dos anos ocorreriam novas e mais preponderantes intervenções. Concomitantemente a esse processo, o café perdia prestígio, devido as suas intensas crises, ocasionando na ampliação das plantações de cana-de-

açúcar e de usinas para a fabricação de açúcar. A implantação dessas usinas se faz importante para a compreensão do complexo agroindustrial.

Dessa forma, a cana se tornou uma alternativa econômica capaz de alavancar diversos empreendimentos açucareiros. Símbolo desse processo são as inúmeras usinas que se instalaram em Sertãozinho. Segundo Hasse (1986)

Mesmo antes de superar a cafeicultura em área plantada em Sertãozinho – o que aconteceria em 1944 -, a cana deu origem a três novas usinas no município: Albertina (1916), Barbacena (1922) e Santa Elisa (1936). Após a segunda guerra mundial, foram montadas as usinas São Francisco (1945), Santo Antonio (1946) e São Geraldo (1947), que se mantêm em operação até hoje. No mesmo período do pós-guerra, foram montadas as usinas Sant' Anna (família Verri) e Santa Lúcia (família Sverzut), absorvidas mais tarde, respectivamente, pelas usinas Santo Antonio e Santa Elisa (HASSE, 1986, p.37).

A implantação dessas usinas se faz importante para a compreensão da do complexo agroindustrial encontrada hoje na região. Segundo Miceli (1984)

Essas usinas representavam mercado seguro para serviços de assistência técnica, retificação e mesmo fabricação de peças para substituir as importadas. E se já era longo o período de espera pelo fornecimento em períodos normais, durante a Segunda Guerra Mundial as dificuldades impunham séria ameaça à produção das usinas (MICELI, 1984, p. 51).

Notadamente, formaram-se inúmeras oficinas para a manutenção das usinas e outras que fabricavam instrumentos agrícolas, carros de tração animal e componente para engenhos de pinga e usinas de açúcar.

Nesse momento é importante frisarmos que o diferencial dessa região é que pela distância de São Paulo e o isolamento diante das cidades que ofereciam a manutenção dos equipamentos, era necessário que nas fazendas se fabricassem e consertassem os equipamentos e ferramentas.

A dificuldade de acesso às empresas que ofereciam a manutenção dos equipamentos, localizados, principalmente, na capital, levou a fundação da Oficina Zanini, em 1950, que viria a ser a força motriz para a formação do complexo agroindustrial (MICELI, 1984).

A partir disso, o cenário de Sertãozinho começa a se configurar com base na função e manutenção das usinas e dos engenhos. Conseguiu se manter desenvolvendo condições para agregar-se à nova expansão industrial que ocorreria a partir da industrialização pesada.

No que tange a melhoria da infraestrutura logística, a partir de 1933, com a transformação da antiga Diretoria de Estradas de Rodagem no Departamento de Estradas de Rodagem – DER, intensificaram-se os investimentos. Como explica Negri (1996):

A partir de então, a construção e reconstrução de rodovias são pensadas visando ao atendimento do crescimento populacional e do crescimento industrial do estado, mediante a elaboração de planos específicos, como o Plano Rodoviário do Estado (1993) ou o Plano de Viação Rodoviária do Estado de São Paulo (1936). Em 1942, o DER elabora novo Plano Rodoviário, que contou com financiamento do governo federal, garantido pela Cota-Parte Estadual do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes. Em 1946 é constituído o Fundo Rodoviário Federal, lastreado pelo mesmo imposto federal, que permitiu executar o importante Plano Rodoviário do Estado do período 1947/1951. (NEGRI, 1996, p.79).

Em 1931, são criadas a Comissão de Estudos sobre o Álcool Motor – CEAM, com objetivo de incentivar a produção de álcool anidro para misturar à gasolina e, conseqüentemente, diminuir a importação de derivados do petróleo e a CPDA – Comissão de Defesa da Produção de Açúcar que ficou a cargo de fazer o levantamento de estatísticos visando o equilíbrio do mercado. Entretanto, essas ações não se concretizaram pela falta de infraestrutura tecnológica para a sua implantação.

Porém, em 1933 foi criado o Instituto do Açúcar e Álcool – IAA, segundo Szmrecsányi (1979), com as funções de assegurar o equilíbrio do mercado interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de matéria prima, a determinar o fabrico do álcool; fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando as cooperativas e sindicatos de usineiros que para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais; estimular a fabricação do álcool anidro durante todo ano, mediante a utilização de quaisquer outras matérias-primas (além da cana),

de acordo com as condições econômicas de cada região (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 180).

Com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952, e em 1954 com a organização da Petrobrás, marcariam os primeiros anos de “industrialização pesada”. O BNDE tornar-se-ia o principal agente de financiamento de inúmeras indústrias, meio de financiamento para a ampliação da Zanini, uma das principais oficinas naquele período.

Com a abertura do mercado norte-americano para importação de açúcar brasileiro, o Instituto do Açúcar e Alcool definiu uma política expansionista, ampliando a capacidade produtiva do parque industrial e da lavoura, beneficiando sobremaneira São Paulo. Em 1968, com a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, subsidiaram condições para a melhoria de pesquisas e aproveitamento da capacidade instalada.

O Programa Nacional do Alcool (Próalcool) foi implantado em 1974, devido a um contexto de crise energética. As elevações do preço do petróleo, de U\$ 2,5/barril em 1973 para U\$ 10,5/barril em 1974 e, em 1981, para U\$34,4/barril. (COPERSUCAR, 1989).

Com a dependência do setor de transporte de quase 98% dos derivados de petróleo que eram importados, o Próalcool vem com a função de diminuir a vulnerabilidade externa, mas também a

- elevação do preço interno da gasolina, a fim de inibir seu consumo;
 - elevação das exportações de bens de serviços para compensar os maiores gastos com petróleo;
 - adoção de política externa priorizando relações com países produtores de petróleo, para garantir o suprimento deste produto e ampliar o mercado para as exportações brasileiras;
 - elevação da produção nacional de petróleo;
 - produção de álcool para substituir a gasolina;
 - redução das disparidades regionais e individuais de renda;
 - crescimento da renda interna e
 - expansão da produção nacional de bens de capital.
- (COPERSUCAR, 1989, p. 4-5).

Dentro desse contexto ainda encontrávamos a agroindústria canavieira ociosa, apesar de o discurso ser baseado nas questões da crise energética com os

choques do petróleo. Porém, a criação do Proálcool impactaria positivamente a indústria do interior do estado de São Paulo em pelo menos dois aspectos, segundo Negri (1996) o primeiro, porque a indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucroalcooleiro tinha condições de atender a toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações e, mais do que isso, localiza-se no interior de São Paulo, mais precisamente, nas regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto; e o segundo porque a dinâmica agricultura paulista respondeu mais prontamente que os demais estados ao Programa Nacional do Álcool (NEGRI, 1996, p. 187).

O Proálcool concedia crédito aos projetos para financiar investimentos na lavoura canavieira e na ampliação/construção de usinas e destilarias, entre outras vantagens. E teve duas fases distintas, segundo Bordo (2006):

[...] no período de 1975/1979, destinou-se à produção do álcool anidro que era misturado à gasolina e, na fase de 1980/1985, o governo incentivou a produção do álcool hidratado, utilizado como combustível em substituição à gasolina (BORDO, 2006, p. 59).

Esse programa teve uma grande importância para a economia paulista, pois incrementaram as indústrias mecânicas e metalúrgicas produtoras de peças, máquinas e equipamentos. Em Sertãozinho, com o lucro alcançado, no final da década de 1970, a Zanini foi reconhecida como uma das 100 maiores empresas brasileiras com vendas superiores a US\$ 100 milhões anuais. (MICELI, 1984).

Sendo assim, através do aquecimento do mercado fomentado pelo Proálcool, houve um aumento da importância industrial de Sertãozinho, não só pela confirmação da importância da Zanini, como pela formação de novas empresas para suprir as encomendas que eram feitas.

Vale ressaltar que, na elaboração do Proálcool, grupos de usineiros e fabricantes de equipamentos industriais como Zanini (Sertãozinho) e a Dedini “Codistil” (Piracicaba) auxiliaram o governo na organização dessa nova alternativa (RAMOS, 2009). E também que desde a década de 1930, já encontramos uma legislação que estabelecia um percentual de 5% de álcool a ser adicionado à gasolina.

As indústrias que se implantaram no período de “industrialização pesada” exigiram uma modernização do processo produtivo e da produção agrícola. Ambas foram estimuladas pela política de incentivos fiscais e creditícios às exportações. Junto ao desenvolvimento das agroindústrias, cresceram e se modernizaram os serviços de transportes, de comunicações e a intermediação financeira, a partir da:

[...] constituição de um sistema nacional de crédito rural, na consolidação dos complexos agroindustriais e de um departamento produtor de equipamentos e implementos para a agricultura, bem como no fortalecimento de um sistema nacional de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que culminaria com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). (NEGRI, 1996 p. 112).

Em Sertãozinho, instalaram-se, ampliaram-se ou adaptaram-se os estabelecimentos industriais que visam ao fornecimento de peças e acessórios para esses novos segmentos industriais, em sua maioria, fundadas por funcionários da Zanini.

Em 1974, com a criação do Programa Nacional do Álcool impactaria positivamente a indústria do interior do estado de São Paulo em pelo menos dois aspectos, segundo Negri (1996) o primeiro, porque a indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucroalcooleiro tinha condições de atender a toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações e, mais do que isso, localiza-se no interior de São Paulo, mais precisamente, nas regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto; e o segundo porque a dinâmica agricultura paulista respondeu mais prontamente que os demais estados ao Programa Nacional do Álcool (NEGRI, 1996, p. 187).

Com base nessa breve análise sobre o desenvolvimento industrial de Sertãozinho, podemos dizer que nessa região já havia uma dinâmica expressiva muito antes da década de 1970. Como analisa Elias (2003):

A região de Ribeirão Preto foi, no quadro brasileiro, uma das primeiras a ser largamente exposta à modernização inerente ao período em curso. Mas, antes mesmo [...], a região já merecia destaque pelo seu dinamismo econômico, propiciando, principalmente, pela produção cafeeira. No final do século XIX, firmava-se como a principal produtora de café do Estado e, desde então, passou a desenvolver uma série de outras atividades econômicas, permitindo o nascimento e desenvolvimento de algumas cidades que cresceram para responder às necessidades das relações de produção exigidas por essa cultura e pela exportação (ELIAS, 2003, p. 54).

Essa região se destacou pela capacidade de resposta quanto a necessidade de se adaptar as inovações que se fizeram necessárias para a ampliação do mercado. O resultado dessa resposta reflete na ocorrência de feiras associadas à produção agropecuária moderna. Essas feiras não se restringem a Sertãozinho e Ribeirão Preto, segundo Elias (2003)

Todas as principais cidades da região têm a sua feira agrícola agroindustrial anual. Durante o ano de 1994, por exemplo, aconteceram pelo menos quarenta feiras e exposições agropecuárias, de março a dezembro. Tais eventos são organizados de maneira que atraíam grande número de visitantes, uma vez que, como componente das atividades programadas, além dos negócios, há uma parte importante voltada à diversão, com a apresentação de movimentados *shows* musicais e a existência de área dedicada à alimentação (ELIAS, 2003, p. 200).

Em Sertãozinho ocorre, anualmente, a Fenasucro & Agrocana que é uma feira internacional de tecnologia **sucroalcooleira**. Na edição de 2014, contou com 550 expositores, mais de 33 mil visitantes e um volume de negócios estimado em R\$ 2,2 bilhões. Por ser especializada no setor sucroalcooleiro, não apresenta a mesma relevância que a Agrishow que ocorre em Ribeirão Preto.

Um dos elementos que justifica a representação de Ribeirão Preto quanto "Cidade Referência do Turismo de Negócios e Eventos", é a realização de uma das feiras mais importantes do setor (Foto 3), a Agrishow, trata-se de uma feira de tecnologia **agrícola**.

Foto 3 - Ribeirão Preto. Cidade Referência do Turismo de Negócios e Eventos.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Ela se realizou pela primeira vez em 1994, na fazenda da Estação Experimental de Ribeirão Preto e “se diferencia das outras porque o visitante pode ver as máquinas agrícolas que estão à venda – colheitadeiras, adubadoras, plantadoras, semeadoras, roçadeiras e outras – em funcionamento durante todo o dia” (ELIAS, 2003, p. 201). É uma feira exclusivamente de negócios, não aberta ao público em geral.

É no município de Ribeirão Preto que acontece uma das mais importantes e inusitadas feiras associadas à produção agrícola e agroindustrial modernas. Trata-se da Agrishow, feira de tecnologia agrícola, a maior de toda a América Latina, segundo algumas fontes. A Agrishow se realizou pela primeira vez em 1994, na fazenda da Estação Experimental de Ribeirão Preto, pertence à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, órgão da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Essa feira se diferencia das outras porque o visitante pode ver as máquinas agrícolas que estão à venda – colheitadeiras, adubadoras, plantadoras, semeadoras, roçadeiras e outras – em funcionamento durante todo o dia. São plantadas diversas culturas, como milho, feijão, cana-de-açúcar para as demonstrações de uso das máquinas. A Agrishow é uma feira exclusivamente de negócios, não aberta ao público em geral, não realizando os eventos musicais e gastronômicos tão comuns às demais feiras agropecuárias, tanto que não é permitida a venda de bebidas alcoólicas, nem se realiza qualquer tipo de entretenimento.

O evento atrai milhares de visitantes (Foto 4), fato que causa tráfego intenso nas vias do entorno do evento (Foto 5) e exige uma infraestrutura no estacionamento com capacidade suficiente para todos os visitantes que chegam ao evento com os próprios veículos. Nele encontramos a maioria carros (Foto 6), mas também muitas vans (Foto 7) que levam grupos de pessoas ao evento. Outra alternativa de transporte são ônibus que trabalham com um itinerário diferente para suprir a demanda do evento (Foto 8).

Foto 4 - Ribeirão Preto. Agrishow. Fluxo de pessoas no evento. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 5 - Ribeirão Preto. Agrishow. Trânsito na entrada do evento. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 6 - Ribeirão Preto. Agrishow. Estacionamento. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 7 - Ribeirão Preto. Agrishow. Vans no estacionamento. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 8 - Ribeirão Preto. Agrishow. Ônibus para o transporte até o evento. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Outro aspecto que chamou a atenção foi um *outdoor* de propaganda (Foto 9) na entrada do evento com a propaganda de uma feira a ser realizado no estado da

Bahia sobre tecnologia agrícola e agronegócios. Isso mostra a abrangência escalar dos visitantes do evento.

Foto 9 - Ribeirão Preto. *Outdoor*. Bahia Farm Show. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Segundo informações do site oficial⁴⁷ do evento, em 2014, os 160 mil visitantes, aproximadamente, eram de 71 países diferentes. Contou com a participação de 790 expositores, sendo 37 de empresas estrangeiras. Por ser um evento que prioriza a relação entre vendedor e comprador, estima-se que os negócios iniciados na última edição foram entorno de R\$ 2,7 bilhões de reais.

Em 2015, a feira será realizada entre os dias 27 de abril e 01 de maio, no polo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Centro-Leste/Centro de Cana (Rodovia Antônio Duarte Nogueira Km 321), em Ribeirão Preto (SP).

Devido a diversidade dos expositores, o perfil do visitante é, também, bem variado desde agricultores, agroindustrial, agrônomos, associações, comerciantes, empresários, estudantes, funcionários públicos, industriais, pecuaristas, produtores rurais até profissionais liberais.

Os setores expostos no evento demonstram alta diversificação, sendo eles: agricultura de precisão; agricultura familiar; armazenagem; associações de classe; centros de pesquisa e universidade; corretivos; fertilizantes e defensivos; equipamentos de segurança; equipamentos para irrigação; ferramentas;

⁴⁷ AGRISHOW. Apresenta informações sobre o evento. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.agrishow.com.br/pt/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

financiamentos, serviços financeiros; implementos agrícolas; máquinas agrícolas; máquinas para construção; peças, autopeças e pneus; pecuária; produção de biodiesel; revistas e publicações técnicas, sacarias e embalagens, seguros, sementes, *software* e *hardware*; telas, arames e cercas, válvulas, bombas e motores. Abaixo fotos de alguns *stands* presentes no evento e podemos observar que a importância econômica do evento por dois aspectos: primeiramente, a venda de aviões de transporte particular (Fotos 10 e 11). E entre os *stands* de grandes empresas Volvo (Foto 12), John Deere (Foto 13), Valtra (Foto 14), GoodYear (Foto 15) e Mobil (Foto 16) havia, também, *stands* voltado para os visitantes de menor poder aquisitivo, como o Shopping Rural (Foto 17) e o Selaria Barretense (Foto 18).

Foto 10 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Lider Aviação. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 11 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da TAM. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 12 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Volvo. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 13 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da John Deere. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 14 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Valtra. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 15 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da GoodYear. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 16 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Mobil. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 17 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* do Shopping Rural. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 18 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Selaria Barretense. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Notamos que as máquinas para exposição apresentavam uma "etiqueta" com a propaganda de financiamento de diversos bancos (Fotos 19, 20 e 21).

Foto 19 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" Bradesco. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 20 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" Banco do Brasil. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 21 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" Caixa Econômica Federal. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Por conseguinte, muitos dos *stands* eram de bancos múltiplos, da Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) (Fotos 22, 23 24, 25 e 26).

Foto 22 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* Caixa Econômica Federal. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 23 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* do Santander. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 24 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* do Bradesco. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 25 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* do BNDES. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 26 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* do Banco do Brasil. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

A John Deere vai além e tem seu próprio banco, voltado para esse segmento. Segundo informações⁴⁸ do *site*, o Banco John Deere S.A (Fotos 27 e 28) é o antigo Banco Agroinvest S.A. que teve origem em 1987, tornou-se banco múltiplo em 1989, e opera com carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

⁴⁸ JOHN DEERE. Apresenta informações sobre a empresa. São Paulo. Disponível em: <https://www.deere.com.br/pt_BR/buying_and_financing/john_deere_bank/john_deere_bank.page>. Acesso em 04 fev 2015.

Foto 27 - Ribeirão Preto. Agrishow. "Etiqueta" John Deere. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 28 - Ribeirão Preto. Agrishow. Banco John Deere. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Muitos *stands* representavam órgãos públicos (Fotos 29, 30, 31 e 32), que contavam com uma equipe para tirar possíveis dúvidas dos visitantes, como o Poupa Tempo Produtor Rural, que apresentou uma proposta diferente. Com unidades móveis, a ideia é percorrer todo o estado de São Paulo oferecendo serviços técnicos, por exemplo, análise de água - químicas e biológicas; créditos rurais diversos; informações sobre Nota Fiscal Eletrônica NF-e e aposentadoria rural; emissão de documentos como RG e CPF, dentre outros.

Foto 29 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 30 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Sicoob Creditus. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 31 - Ribeirão Preto. Agrishow. *Stand* da Prefeitura de Ribeirão Preto. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 32 - Ribeirão Preto. Agrishow. Stand do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Merece destaque nesse trabalho, a presença de um pavilhão composto somente de empresas italianas (Fotos 33, 34 e 35), organizado pela Agência para a Promoção no Exterior e Internacionalização de Empresas Italianas (ICE), órgão do governo italiano com a missão de promover o intercâmbio comercial e tecnológico entre a Itália e os demais países, sobretudo no que tange às empresas de pequeno e médio porte, seus consórcios de exportação e suas associações. A presença dessas empresas denota as interações espaciais movimentadas em virtude do evento.

Foto 33 - Ribeirão Preto. Agrishow. Empresa Italiana. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 34 - Ribeirão Preto. Agrishow. Pavilhão Italiano. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Foto 35 - Ribeirão Preto. Agrishow. Stand do Italian Trade Agency. 2014.

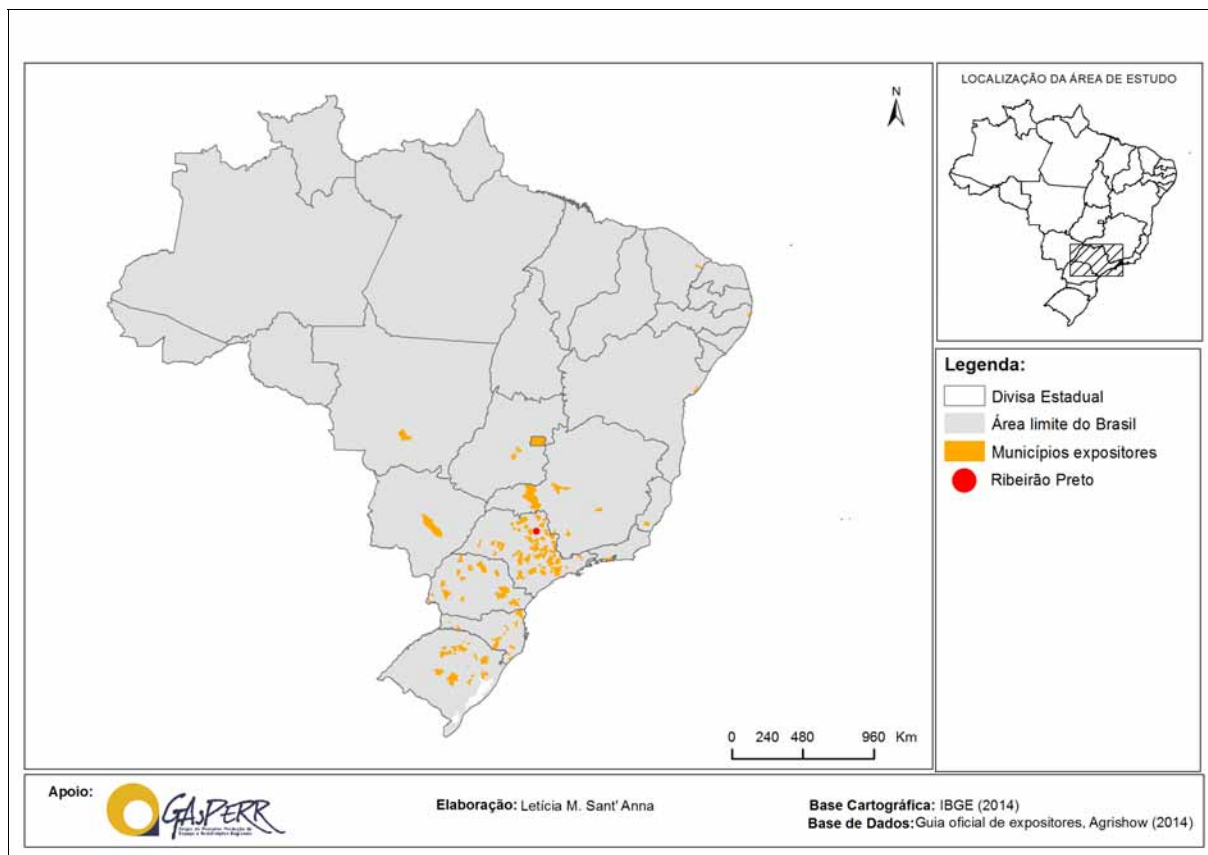


Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Com base no guia oficial de expositores do evento, podemos mapear a abrangência escalar do evento e a sua importância, em termos, das interações materiais e imateriais que ela causa.

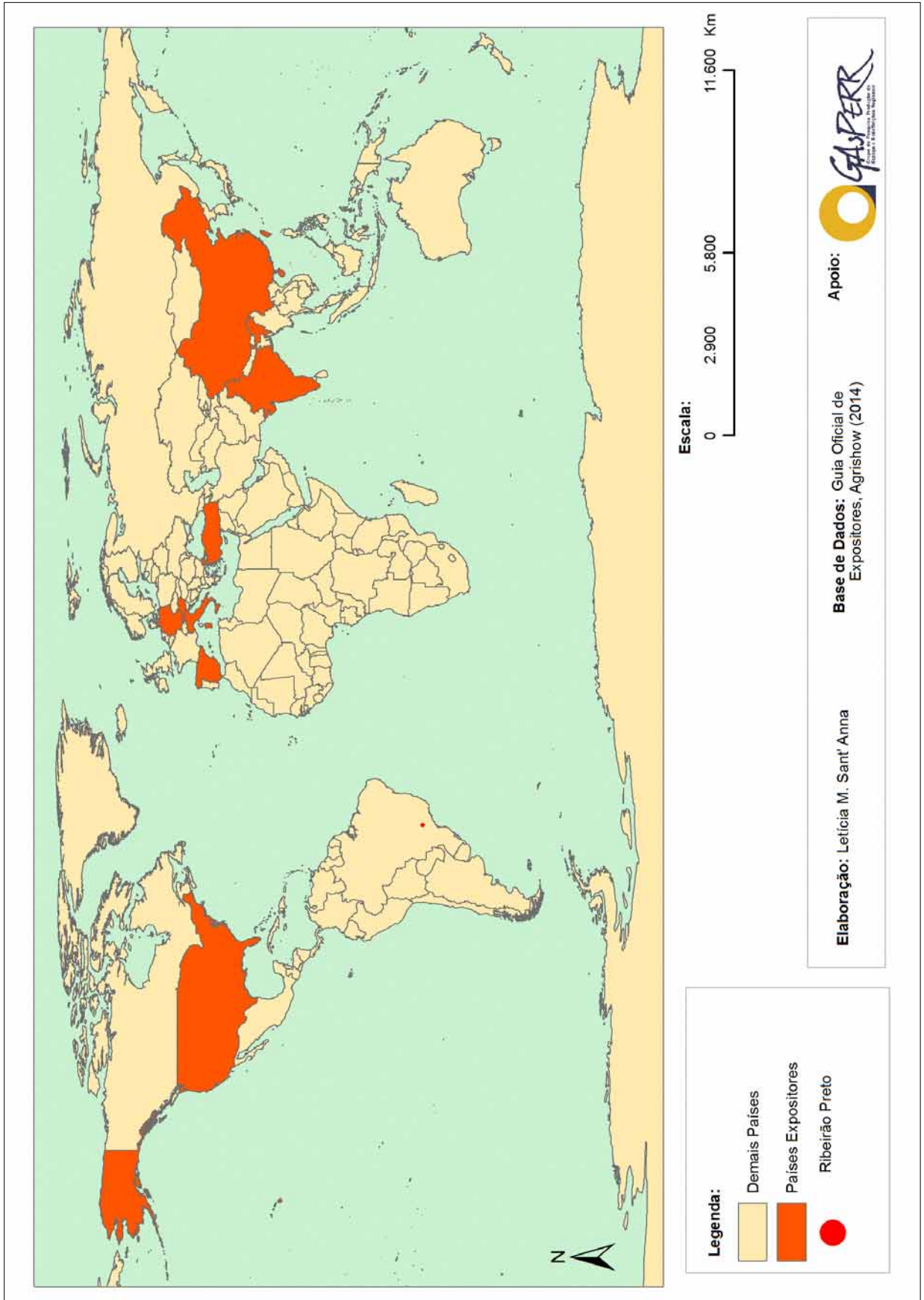
Em escala nacional (Mapa 5), os expositores predominam nas regiões sul e sudeste, mas encontramos expositores dos diversos Estados brasileiros. Assim as interações que abarcam esse evento vão além do regional.

Mapa 5 - Ribeirão Preto. Agrishow. Expositores nacionais. 2014.



No que tange os expositores internacionais (Mapa 6), há empresas da América do Norte, Europa e Ásia. Sendo a Itália com o maior número de expositores, como apresentamos anteriormente, com o *stand* específico para as empresas desse país. Isso nos mostra que as interações, quanto aos expositores, são multiescalares, dentre o local e o global.

Mapa 6 - Ribeirão Preto. Agrishow. Expositores internacionais. 2014.



A variedade e quantidade de estabelecimentos de hotelaria presentes no município não são suficientes para o período do evento. Já que este movimentou todas as cidades da região pela demanda por hotelaria e alimentação, no período do evento não há vagas nos principais hotéis de Ribeirão Preto e muitos moradores acabam alugando quartos da própria casa para visitantes.

Retomando a ideia principal de Ribeirão Preto como centralizadora das funções de gestão voltadas para as atividades correlatas ao agronegócio, apresentaremos os dados da quantidade de estabelecimentos de hotelaria, serviços financeiros, contabilidade, publicidade e suporte técnico e manutenção em serviços de tecnologia.

Tabela 4 - Ribeirão Preto e Sertãozinho. Número de estabelecimentos de comércio e serviços selecionados. 2014.

SETOR	SUBSETOR	SEÇÃO CNAE	DIVISÃO CNAE	GRUPO CNAE	CLASSE CNAE	DENOMINAÇÃO	Ribeirão Preto	Sertãozinho	Total no Estado
Serviços Financeiros		K	64	64.2	6421-2	Bancos Comerciais	2	0	25
		K	64	64.2	6422-1	Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial	126	13	6224
		K	64	64.2	6423-9	Caixas Econômicas	22	2	1017
		K	64	64.2	6424-7	Crédito Cooperativo	8	5	594
Serviços	Outros Serviços	I	55	55.1	5510-8	Hotéis e Similares	89	18	5074
		J	62	62.0	6209-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	32	0	1920
		M	69	69.1	6920.6	Atividades de Contabilidade, Consultoria e Auditoria Contábil e Tributária	236	31	11825
		M	73	73.1		Agências de Publicidade	34	2	1399

Fonte: RAIS (2014).

Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Em todas as atividades de serviços selecionadas (Tabela 4), Ribeirão Preto apresenta uma quantidade maior que Sertãozinho. Em contrapartida, ao analisarmos os dados de estabelecimentos, em sua maioria, Sertãozinho tem mais estabelecimentos principalmente nos setores de caldeiraria e máquinas e equipamentos para indústria metalúrgica.

Assim, as relações de dependência entre Ribeirão Preto e Sertãozinho reforçam a ideia proposta pela REGIC (IBGE, 2008), na qual entre esses municípios há uma concentração populacional, ou seja, uma aglomeração urbana. As atividades de comércio e serviços disponíveis em Ribeirão Preto indicam uma relação de dependência entre os dois municípios.

Tabela 5 - Ribeirão Preto e Sertãozinho. Número de estabelecimentos dos setores da Indústria de Transformação selecionados. 2014.

SEÇÃO CNAE	DIVISÃO CNAE	GRUPO CNAE	CLASSE CNAE	DENOMINAÇÃO	Ribeirão Preto	Sertãozinho	Total do Estado
C	25	25.1	2513-6	Fabricação de Obras de Caldeiraria Pesada	0	11	156
C	25	25.2	2522-5	Fabricação de Caldeiras Geradoras de Vapor, Exceto para Aquecimento Central e para Veículos	1	10	35
C	25	25.4	2543-8	Fabricação de Ferramentas	3	3	820
C	28	28.1	2811-9	Fabricação de Motores e Turbinas, Exceto para Aviões e Veículos Rodoviários	0	4	40
C	28	28.2	2829-1	Fabricação de Máquinas e Equipamentos de Uso Geral não Especificados Anteriormente	19	60	1591
C	28	28.3	2832-1	Fabricação de Equipamentos para Irrigação Agrícola	1	2	55
C	28		2833-0	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Agricultura e Pecuária, Exceto para Irrigação	16	10	460
C	28	28.4	2840-2	Fabricação de Máquinas-Ferramenta	6	5	613
C	28	28.5	2852-6	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para a Prospecção e Extração de Petróleo	0	0	14
C	28		2854-2	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Terraplenagem, Pavimentação e Construção,	1	2	53
C	28	28.6	2861-5	Fabricação de Máquinas para a Indústria Metalúrgica, Exceto Máquinas-Ferramenta	0	11	224
C	28	28.7	2862-3	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para as Indústrias de Alimentos, Bebidas e Fumo	5	15	285
C	28	28.8	2865-8	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para as Indústrias de Celulose, Papel e Papelão e Artefatos	2	0	58
C	28	28.9	2869-1	Fabricação de Máquinas e Equipamentos para Uso Industrial Específico não Especificados Anteriormente	15	20	1046

Fonte: RAIS (2014).

Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Observando a Tabela 5, o número de estabelecimentos de fabricação de caldeiras, máquinas e equipamentos de uso geral, para a indústria metalúrgica, para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo e os não especificados são muito maiores em Sertãozinho, denotando a concentração de estabelecimentos de metal-mecânica. Ribeirão Preto destacando-se, somente, na fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação. Esses dados também reforçam a relação de complementaridade entre os municípios e concretizam a existência da aglomeração urbana.

Para compreender o peso desse setor na economia de cada município faremos uma análise de suas respectivas balanças comerciais, os produtos mais importados e exportados e os países importadores e exportadores.

6.2. Análise da Balança Comercial

Com os dados analisados no tópico anterior, já tivemos uma indicação inicial de que Ribeirão Preto exerce a função de gestão, dentro do complexo agroindustrial, centralizando estabelecimentos que oferecem comércio e serviços em publicidade,

hotelaria e entre outros. E Sertãozinho concentra as unidades produtivas do setor de metal-mecânica. Assim, este tópico tem como objetivo analisar a balança comercial dos dois municípios para consubstanciar o limiar superior de Ribeirão Preto.

Iniciaremos a análise por Ribeirão Preto. No recorte temporal estabelecido, entre os anos de 2000 e 2014 (Tabela 6), por três vezes a balança comercial do município teve déficit, especificamente, em 2000, 2010 e 2013. Em sua maioria, o saldo final é relativamente baixo, exceto no período entre 2004 e 2009 em que o saldo foi alto, sendo 2006 um ano de destaque. Podemos notar que ao longo desse período as exportações tiveram uma pequena oscilação, entre 2005 e 2009, com uma alta considerável, seguida de uma queda, mas que foi recuperada no ano seguinte e se manteve.

Quanto às importações, houve um movimento ascendente no seu valor, com exceção de 2002 e 2012 que tiveram uma pequena queda, se comparados ao ano anterior. Assim, apesar de que nesse período a maioria dos anos fechou a balança comercial com superávit, o aumento das importações e as oscilações nas exportações, apontam para possíveis déficits na balança comercial do município. Contudo, ao analisarmos a balança comercial faz-se necessário considerar que esta depende do contexto econômico nacional e internacional. Por exemplo⁴⁹, em escala nacional, com a crise dos Estados Unidos, em 2008, o Brasil teve um aumento dos saldos da balança comercial, não por ter aumentando as exportações, mas pela valorização do dólar. Bem como, o real se desvalorizou o que torna as exportações brasileiras, principalmente, de *commodities* mais competitivas no cenário internacional.

⁴⁹ ENTENDA COMO A CRISE ECONÔMICA AFETA O BRASIL. Reportagem apresenta os reflexos da crise dos Estados Unidos na economia brasileira. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/bbc/2008/09/18/ult2283u1339.jhtm>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

Tabela 6 - Ribeirão Preto. Balança Comercial de 2000 a 2014.

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB ⁵⁰ (A) - (B)
2000	29.949.438	0,00	38.570.800	0,00	-8.621.362
2001	53.499.350	78,63	45.978.991	19,21	7.520.359
2002	76.251.645	42,53	40.071.869	-12,85	36.179.776
2003	108.243.728	41,96	37.720.399	-5,87	70.523.329
2004	169.259.491	56,37	43.352.373	14,93	125.907.118
2005	221.692.618	30,98	54.374.177	25,42	167.318.441
2006	397.297.830	79,21	51.528.193	-5,23	345.769.637
2007	311.564.107	-21,58	73.399.009	42,44	238.165.098
2008	261.509.660	-16,07	114.588.674	56,12	146.920.986
2009	238.759.801	-8,70	103.198.018	-9,94	135.561.783
2010	136.553.927	-42,81	145.890.209	41,37	-9.336.282
2011	189.369.477	38,68	178.004.182	22,01	11.365.295
2012	181.316.260	-4,25	172.566.035	-3,06	8.750.225
2013	177.409.821	-2,15	191.955.793	11,24	-14.545.972
2014	200.849.985	13,21	183.803.755	-4,25	17.046.230

Fonte: SECEX/MDIC. Organização: Leticia M. Sant' Anna (2014).

Quanto a Sertãozinho (Tabela 7), sua balança comercial, no período apresentado, manteve-se com superávit em todos os anos, com destaque em 2010. Com exceção dos anos de 2003, 2012 e 2014 os saldos foram ascendentes. As exportações também aumentaram, exceto em 2003, quando houve queda, e 2010 com aumento de, aproximadamente, 103%. As importações, até 2008, aumentaram; a partir daí houve uma oscilação com maior aumento em 2011. Sendo a balança comercial reflexo do mercado nacional e internacional, interessante notar que o maior saldo foi em 2010 em pleno cenário de crise no setor sucroalcooleiro.

⁵⁰ *Free On Board*. "Quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador" (IPEA, 2015).

Tabela 7 - Sertãozinho. Balança Comercial de 2000 a 2010.

Ano	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A) - (B)
2000	40.473.954	0,00	4.507.573	0,00	35.966.381
2001	59.240.089	46,37	2.786.438	-38,18	56.453.651
2002	77.440.456	30,72	4.169.538	49,64	73.270.918
2003	69.002.610	-10,90	3.035.849	-27,19	65.966.761
2004	120.831.267	75,11	4.376.286	44,15	116.454.981
2005	152.989.531	26,61	15.649.980	257,61	137.339.551
2006	158.023.380	3,29	10.582.967	-32,38	147.440.413
2007	192.349.657	21,72	32.338.416	205,57	160.011.241
2008	248.204.348	29,04	52.360.270	61,91	195.844.078
2009	290.941.665	17,22	23.522.321	-55,08	267.419.344
2010	593.065.729	103,84	21.662.564	-7,91	571.403.165
2011	379.695.727	-35,98	105.095.825	385,15	274.599.902
2012	391.565.843	3,13	121.297.312	15,42	270.268.531
2013	402.676.580	2,84	22.968.834	-81,06	379.707.746
2014	282.698.548	-29,80	26.053.149	13,43	256.645.399

Fonte: SECEX/MDIC. Organização: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Um dos elementos que nos auxilia na compreensão da diferença dos saldos da balança comercial entre os dois municípios é a análise sobre quais produtos são exportados e importados. Em Ribeirão Preto (Tabela 8), dentre os 40 produtos mais exportado os que mais se destacam não estão relacionados ao setor sucroalcooleiro. Estanho em forma bruta (1) e instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária (2) são os primeiros colocados e somam uma participação de 28,33%. Especificamente, ao setor agrícola, o produto exportado de maior destaque é a classe correspondente às máquinas e aparelhos de uso agrícola, em sexto lugar, e conta com uma participação de 3,12%. Os demais produtos, em sua maioria, são voltados para a exportação de equipamentos médicos em geral (1,

10 e 15); matérias-primas em geral (3, 4, 11, 23, 26 e 29) e produtos voltados para o setor agrícola (6, 7, 12, 36, e 37), apesar de serem diversos os produtos exportados do setor agrícola a participação do total ainda é baixa.

Tabela 8 - Ribeirão Preto. Principais produtos exportados. 2014.

	PRODUTOS	US\$ FOB	PART%	QUANTIDADE (Kg)
1	Estanhos em formas brutas	38.583.580	19,21	1.797.248
2	Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	18.322.124	9,12	626.905
3	Sementes, frutos e esporos, para sementeira	15.709.140	7,82	1.673.716
4	Contas, imitações de pérolas naturais ou cultivadas	11.602.684	5,78	2.269.082
5	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	10.525.036	5,24	6.311.028
6	Máquinas e aparelhos de uso agrícola	6.267.071	3,12	548.048
7	Máquinas e aparelhos para colheita	6.033.879	3,00	326.060
8	Centrifugadores	5.174.971	2,58	130.647
9	Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente	4.862.625	2,42	199.018
10	Aparelhos de raio-x	4.558.188	2,27	87.581
11	Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou de zircônio e seus concentrados	3.901.076	1,94	274.104
12	Outras máquinas e aparelhos para agricultura	3.715.902	1,85	325.349
13	Máquinas e aparelhos não especificados anteriormente	3.587.020	1,79	243.606
14	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	3.334.563	1,66	7.470.204
15	Mobiliário para medicina, cirurgia, odontologia ou veterinária	3.233.297	1,61	401.007
16	Borracha misturada, não vulcanizada, em formas primárias ou em chapas, folhas ou	2.810.020	1,40	235.696
17	Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes	2.639.524	1,31	54.279
18	Reboques e semi-reboques para quaisquer veículos	2.610.884	1,30	291.092
19	Veios de transmissão	2.527.467	1,26	120.261

20	Turbinas a vapor	2.458.664	1,22	44.173
21	Outros produtos comestíveis de origem animal	2.380.296	1,19	16.214
22	Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	2.146.939	1,07	588.510
23	Minérios de tungstênio e seus concentrados	2.135.562	1,06	124.157
24	Desperdícios e resíduos, de estanho	2.108.467	1,05	360.385
25	Outros brinquedos	1.813.344	0,90	164.406
26	Minérios de estanho e seus concentrados	1.798.373	0,90	147.496
27	Aparelhos mecânicos para projetar, dispersar ou pulverizar líquidos e pós	1.666.203	0,83	330.972
28	Aglutinantes preparados para moldes ou para núcleos de fundição	1.607.466	0,80	377.596
29	Soja, mesmo triturada	1.556.140	0,77	2.959.708
30	Motores e geradores elétricos	1.366.630	0,68	70.628
31	Bombas de ar ou de vácuo e compressores	1.333.039	0,66	73.813
32	Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor	1.296.240	0,65	37.093
33	Máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	1.245.224	0,62	18.496
34	Partes e acessórios dos veículos automotores	1.236.586	0,62	31.704
35	Desperdícios e resíduos, de cobre	1.210.489	0,60	245.890
36	Aparelhos auxiliares para caldeiras	1.207.796	0,60	119.499
37	Caldeiras de vapor	1.084.116	0,54	143.273
38	Transformadores elétricos	927.227	0,46	43.340
39	Frutas e outras partes comestíveis de plantas	920.744	0,46	357.926
40	Preparações lubrificantes	891.549	0,44	8.650
	Total dos principais produtos	182.390.145	90,81	29.648.860
	Demais produtos	18.459.840	9,19	2.762.603

Fonte: SECEX/MDIC. Adaptada. Organização: Leticia M. Sant' Anna (2014)

Ao tratarmos nesse trabalho do destaque de Ribeirão Preto quanto "Capital do Agronegócio" chama atenção o produto mais exportado ser estanho em forma bruta.

Isso se dá pela presença de uma empresa que trabalha com estanho, o grupo White Solder⁵¹, que possui oito empresas controladas pela holding "Tor Participações". As suas unidades produtivas estão localizadas em Manaus (AM), Ariquemes (RO) e Ribeirão Preto (SP). O diferencial é ser o único grupo que atua "em toda a cadeia de suprimentos de estanho, desde a mineração da cassiterita, até a entrega do produto final para o consumidor/cliente⁵²".

A unidade localizada em Ribeirão Preto, fundada em 1999, foi a primeira empresa do grupo instalada. Em 2008, o grupo instalou, no mesmo município, a TST Trading que atua como uma *trading company* e é responsável pelas operações de exportação e importação do Grupo. Os produtos mais vendidos são: estanhos e solda; minérios com destaque para wolframita e tantalita; metais não-ferrosos em forma bruta; sucatas e barras de bronze e cobre; equipamentos para mineração; concentrados de metais não-ferrosos e ligas de metais não-ferrosos com alto teor de impureza.

Pela diversidade dos produtos à base de estanho que a empresa oferece, esta pode atuar no setor automotivo, eletrônico, de folha de flandres, fundições e químico, o que denota a importância desse produto para a balança comercial de Ribeirão Preto.

Ao analisarmos os principais produtos importados (Tabela 9), em 2014, podemos observar que a maioria é de matérias-primas. Entretanto, os mais importados são instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, responsáveis por 7,67% das importações e esses mesmo são responsáveis por 9,12% das exportações.

⁵¹ WHITE SOLDER. Apresenta informações sobre a empresa. Disponível em: <<http://www.whitesolder.com.br/index.php/br/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Para o setor agrícola vários são os produtos importados (4, 17, 33) responsáveis por 5,26% das importações. Outros produtos podem ser importados como matérias-primas de máquinas e equipamentos para o setor. O mesmo ocorre com os aparelhos médicos em geral, apesar de serem os mais importados, várias matérias-primas importadas podem ser para a montagem de outros equipamentos do setor.

Tabela 9 - Ribeirão Preto. Principais produtos importados. 2014.

	PRODUTOS	US\$ FOB	PART%	QUANTIDADE (Kg)
1	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária	14.095.975	7,67	122.146
2	Pneumáticos novos, de borracha	7.706.340	4,19	1.526.196
3	Papel e cartão revestidos de caulino ou de outras substâncias inorgânicas numa ou nas duas faces, com ou sem aglutinantes, sem qualquer outro revestimento	5.922.983	3,22	7.331.567
4	Adbos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	5.402.321	2,94	18.456.356
5	Borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais análogas, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	5.093.078	2,77	3.017.600
6	Produtos laminados planos de aço inoxidável, de largura igual ou superior a 600 mm	4.822.955	2,62	2.138.316
7	Pigmentos, opacificantes e cores preparados, composições vitrificáveis	4.368.630	2,38	3.156.935
8	Outras obras de plástico e obras de outras matérias	4.167.333	2,27	553.366
9	Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos destinados a fechar recipientes, de plástico	3.715.146	2,02	355.667
10	Correntes, cadeias, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	3.338.498	1,82	1.439.036
11	Aparelhos de radiodeteção e de radiossondagem (radar), aparelhos de radionavegação e aparelhos de radiotelecomando	3.265.151	1,78	6.288
12	Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas, estiradas ou extrudadas, a quente, incluídas as que tenham sido submetidas a torção após laminagem	3.184.654	1,73	2.075.012
13	Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	3.119.317	1,70	1.091.748
14	Aparelhos mecânicos (mesmo manuais) para projetar, dispersar ou pulverizar líquidos ou pós;	3.068.503	1,67	184.107

15	Acessórios para tubos [por exemplo: uniões, cotovelos, mangas (luvas)], de ferro fundido, ferro ou aço	2.767.455	1,51	734.343
16	Filés de peixes e outras carnes de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados	2.688.574	1,46	1.059.827
17	Adbos (fertilizantes) minerais ou químicos	2.650.363	1,44	6.750.000
18	Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	2.565.525	1,40	261.140
19	Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes	2.394.184	1,30	205.226
20	Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada	2.337.525	1,27	662.130
21	Aparelhos de raios X e aparelhos que utilizem as radiações alfa, beta ou gama	2.272.180	1,24	2.231
22	Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente	2.248.053	1,22	147.766
23	Polímeros de etileno, em formas primárias	2.173.772	1,18	1.258.064
24	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico	2.166.948	1,18	483.117
25	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios	2.159.295	1,17	828.265
26	Outros tubos e perfis ocos, de ferro ou aço	2.026.551	1,10	800.120
27	Outros veículos aéreos	1.961.770	1,07	10.705
28	Medicamentos	1.915.038	1,04	354
29	Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controle, não especificados anteriormente	1.757.452	0,96	9.383
30	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios	1.733.901	0,94	13.433
31	Instrumentos e aparelhos de geodesia, topografia, agrimensura, nivelamento, fotogrametria, hidrografia, oceanografia, hidrologia, meteorologia ou de geofísica, exceto bússolas; telémetros	1.637.475	0,89	12.807
32	Bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicar	1.629.540	0,89	70.117
33	Máquinas e aparelhos de uso agrícola,	1.624.761	0,88	13.125
34	Maçãs, pêras e marmelos, frescos	1.577.214	0,86	1.465.797
35	Papel jornal, em rolos ou em folhas	1.572.493	0,86	2.627.307
36	Outras obras de borracha vulcanizada não endurecida	1.495.480	0,81	119.481
37	Partes dos veículos e aparelhos	1.403.998	0,76	2.383
38	Tubos e perfis ocos, sem costura, de ferro ou aço	1.386.759	0,75	783.923
39	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528	1.380.543	0,75	5.104
40	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	1.343.788	0,73	291.006
	Total dos produtos importados	122.141.521	66,45	60.071.494

	Demais produtos	61.662.234	33,55	21.339.022
--	-----------------	------------	-------	------------

Fonte: SECEX/MDIC. Adaptada. Organização: Letícia M. Sant' Anna (2014).

As tabelas analisadas demonstram que, apesar do setor de equipamentos médicos em geral ser importante para a economia local, a balança comercial é bastante influenciada pela importação de matérias-primas e outros equipamentos. Entretanto, é necessário considerarmos a relação entre quantidade e valor, assim os produtos com maior participação na exportação e/ou importação, mas que não são os principais, segundo a quantidade, denotam maior valor agregado.

O principal fator que justifica o quão importante são as importações e exportações de equipamentos médicos em geral para a economia de Ribeirão Preto é por estas apresentarem um Arranjo Produtivo Local de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos.

Os APL's são:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (ANPEI, 2015).

Em 2012⁵³, esta APL contava com 69 empresas, 2.500 empregos diretos e 80% eram pequenas e médias empresas. Sendo a maior exportadora de equipamentos odontológicos do país, neste mesmo ano. Todavia, sua APL é composta de empresas de diversas áreas dentro do ramo da saúde, desde produtos cirúrgicos, móveis hospitalares, peças, acessórios, equipamentos para neonatal e consumo hospital, como tecnologia da informação para saúde e biotecnologia. Em 2014 foi estruturado um novo APL que abrange as indústrias de saúde e, também, as empresas de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos, saúde animal,

⁵³ O EXEMPLO DA APL DE RIBEIRÃO PRETO. Reportagem sobre a APL de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-exemplo-do-apl-de-ribeirao-preto>>. Acesso em: 6 jan 2015.

cosméticos, fármacos e biotecnologia totalizando, aproximadamente, 200 empresas na região de Ribeirão Preto. Essa nova estruturação teve início em 2008 com o apoio da Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde (FIPASE) que contribui para a integração das diversas empresas que compõem essa cadeia produtiva e apoio às empresas que surgem na área da saúde.

Um dos trabalhos desenvolvidos pela FIPASE⁵⁴ foi a criação do SUPERA que é uma incubadora de empresas de base tecnológica que oferece apoio para a criação de novas empresas oferecendo um espaço físico inicial e gestão para assessoria, capacitação e *networking*. Possui como prioridade empresas que desenvolvem *softwares* para área da saúde, mas não exclui a participação de empresas de outros ramos, tais como: biotecnologia, medicina humana e veterinária, materiais e equipamentos médicos-odontológicos, instrumentação e química.

Tamanha importância desta APL se apresenta também pelas parcerias entre Universidade de São Paulo, Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e FIPASE e com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que criaram o Parque de Inovação e Tecnologia de Ribeirão Preto. Localizado dentro do *campus* da USP, tem como objetivo oferecer um ambiente de sinergia entre as empresas que desenvolvem atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, majoritariamente, voltadas para as áreas correlatas ao Complexo Industrial da Saúde (biotecnologia, bioenergia, tecnologia da informação, produção de equipamentos médico-hospitalares, fármacos e cosméticos). (FIPASE, 2015).

A ideia teve início em 2010 e o orçamento inicial foi de R\$ 1,8 milhão de reais, sendo a Prefeitura Municipal responsável pelas obras de infraestrutura básica de acesso e o Governo do Estado pela construção do prédio. O Parque Tecnológico contará com uma incubadora de empresas (FIPASE), uma Faculdade de Tecnologia (FATEC), uma unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), um laboratório da Fundação para o Remédio Popular (Furp) e os laboratórios de pesquisa. (FIPASE, 2015). Um dos principais elementos que

⁵⁴ FIPASE. Apresenta informações sobre a Fundação Instituto Pólo de Saúde. Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://fipase.com.br/pt/>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

propiciaram a formação desse APL é a presença de um *campus* da USP, em Ribeirão Preto, voltado para área de biológicas que será tratado adiante.

Assim, até nesse ponto, com as informações que analisamos sobre a balança comercial, confirmamos que enquanto centralizadora das atividades de gestão, realmente, podemos classificá-la como "capital" do agronegócio, mas não em termos de centralidade na rede urbana. A análise também nos mostrou o destaque da economia ribeirão-pretana no setor de fabricação de máquinas e equipamentos médicos que compõe um APL, já que, na maioria das vezes, está lembrada pelo seu papel no agronegócio. Denotamos aqui a complexidade das múltiplas funções urbanas exercidas por Ribeirão Preto.

Com base nas empresas exportadoras por faixa de valor exportado (Quadro 6), cinco são as empresas com faixa de valor entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões; as demais possuem uma faixa de valor entre US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões. No geral, o setor de atuação das empresas é diverso, por exemplo, podemos encontrar empresas do setor de equipamentos médicos em geral (2 e 9), máquinas e equipamentos agrícolas (3 e 13), alimentício (21 e 24).

No setor de máquinas e equipamentos agrícolas, a Santal, criada em 1960, é a principal empresa do município, conhecida nacionalmente por ter lançado a primeira colhedora de cana picada nacional. Segundo Elias (2003, p. 127)

A Santal é uma das empresas que mais investem em pesquisas no segmento de máquinas para cana-de-açúcar em todo o mundo. Segundo, o seu diretor-superintendente, a empresa possui uma equipe de desenvolvimento e pesquisa, que está sempre melhorando e criando novos produtos. Tais afirmações podem ser conferidas com a realidade, uma vez que em princípios da década de 1990, após cinco anos de vigorosas pesquisas desenvolvidas pela Santal, essa indústria conseguiu produzir uma máquina para colher cana crua, dispensando as queimadas antes da colheita, que tantos problemas ambientais têm causado às principais áreas produtoras.

Atualmente, segundo o *site*⁵⁵ da empresa, ela apresenta a mais completa e avançada linha de equipamentos para todo o ciclo da cana e é a única empresa 100% brasileira e opera em mais de 25 países da América do Sul, Central, Caribe e África.

⁵⁵ SANTAL. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.santal.com.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Outra empresa, a 3M⁵⁶, apresenta a linha de produtos mais diversificada com produtos de comunicação gráfica, elétricos e telecomunicações, saúde, casa e lazer, automotivo, indústria, papelaria e escritório, segurança e proteção e soluções comerciais. Assim, é difícil definir um setor no qual sejam preponderantes suas exportações. Bem como, em Ribeirão Preto, sua planta industrial não é responsável pela fabricação de todos esses produtos.

A White Soldier já foi mencionada acima como principal empresa atuante na exportação de estanho. A Interunion Comércio Internacional⁵⁷, fundada em 1987, é 100% brasileira e é do setor de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais. A empresa se dedica a exportação e já tem filiais instaladas nas Américas e no Caribe. Em seu site apresenta os projetos em desenvolvimento na Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, EL Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Martinica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

No setor de equipamentos médico em geral, a Gnatus Equipamentos Médico-Odontológicos⁵⁸, em 2004, foi responsável por 30% das exportações de todo o setor odontológico brasileiro. Com um circuito de exportação de mais de 142 países, possui filiais no México, na Bolívia, na China e nos Emirados Árabes. A Dabi Atlante⁵⁹ é a empresa mais tradicional em Ribeirão Preto do setor, fundada em 1946. Atualmente, apresenta exportações regulares para mais de 30 países, além de ter se tornado referência em diagnóstico por imagem, com aparelhos de raios-x, mas seus produtos são voltados para odontologia, enquanto que a Gnatus apresenta uma maior variedade de produtos oferecidos, desde os odontológicos até podológicos e médicos.

⁵⁶ 3M. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: < http://www.3m.com.br/wps/portal/pt_BR/3M/Country-LA/All-Products/>. Acesso em: 6 jan. 2015.

⁵⁷ INTERUNION COMÉRCIO INTERNACIONAL. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://www.iu.com.br/portugues/proyectos/entrada.asp>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

⁵⁸ GNATUS. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://gnatus.com.br/site/por/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

⁵⁹ DABI ATLANTE. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://www.dabiatlante.com.br/index.php?route=7&info=4>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Quadro 6 - Ribeirão Preto. Empresas exportadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.

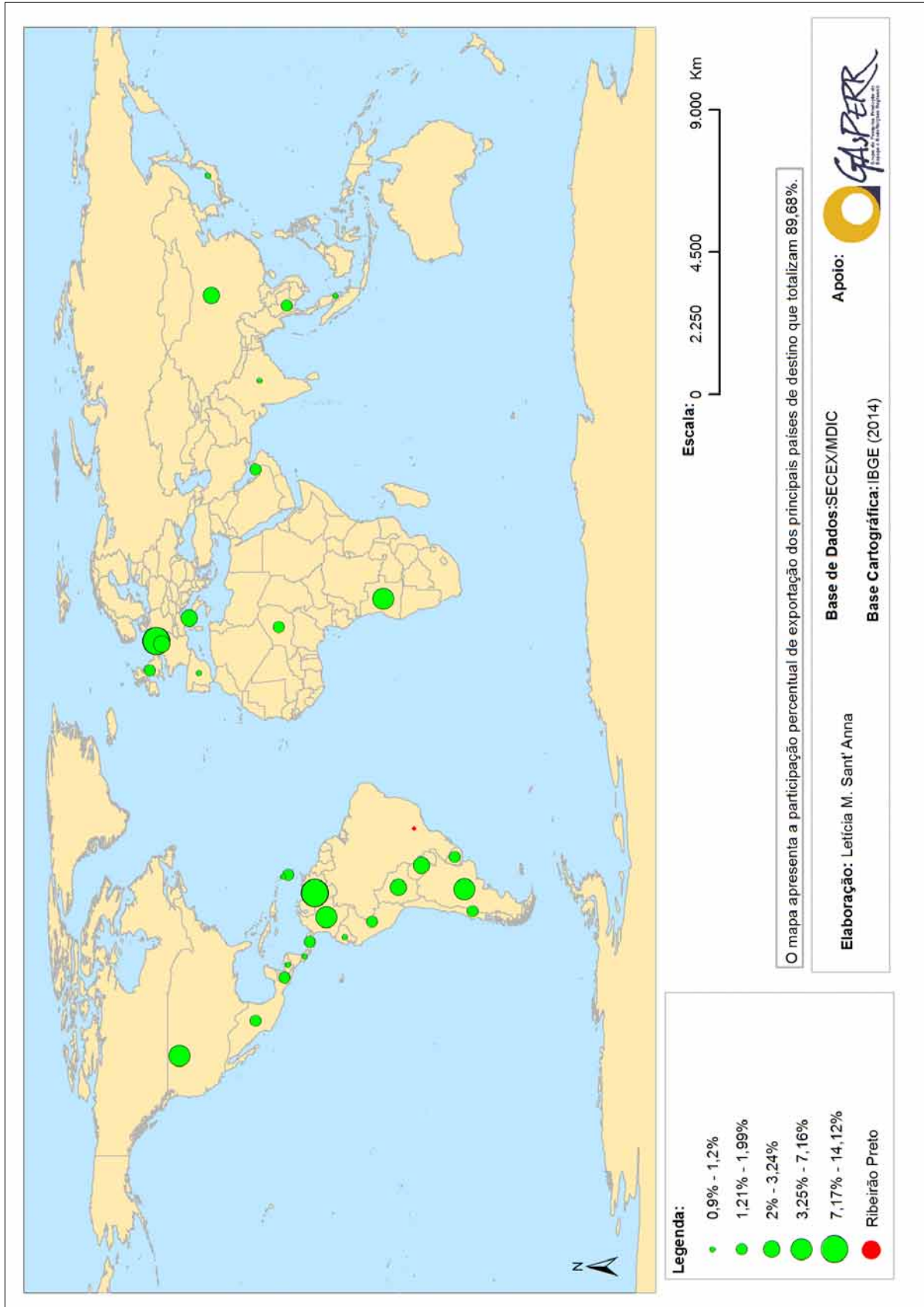
	EMPRESA	FAIXA DE VALOR EXPORTADO 2013
1	Interunion Comércio Internacional Ltda	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
2	Gnatus Equipamentos Médico-odontológicos Ltda	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
3	3M do Brasil Ltda	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
4	Agrinvest Brasil S.A.	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
5	White Solder Ltda	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
6	Indústria de Produtos Alimentícios Cory Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
7	Marangatu Sementes Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
8	Brascopper CBC Brasileira de Condutores Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
9	Dabi Atlante S/A Indústrias Médico-odontológica	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
10	Eco-White Comércio de Sucatas Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
11	Wolf Seeds do Brasil Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
12	Cordoba Industrial Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
13	Santal Equipamentos S.A. Comércio e Indústria	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
14	White Solder Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
15	Agrichem Do Brasil S.A.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
16	Wem Equipamentos Eletrônicos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
17	Apis Flora Industrial e Comercial Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
18	Riberball Mercantil e Industrial Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
19	Books Media Publicações Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
20	Pastobras Sementes Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
21	Nestlé Brasil Ltda.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
22	Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

23	Expansão Comércio Internacional Eireli	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
24	Santa Helena Indústria de Alimentos S.A.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
25	Pratco do Brasil Industrialização, Importação, Exportac	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
26	Olidef Cz Ind. e Com. de Aparelhos Hospitalares Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
27	Ferraz Máquinas e Engenharia Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

Fonte: SECEX/MDIC. Organização: Letícia M. Sant' Anna.

Com base no Mapa 7, podemos observar que o circuito de exportações dos produtos de Ribeirão Preto é, predominantemente, formado por países da América do Sul. Entre os 30 principais países de destino, destacamos também a Holanda, apesar de que há significativa exportação para os Estados Unidos, Angola, Bélgica, Itália e China.

Mapa 7 - Ribeirão Preto. Principais países de destino das exportações. 2014.



Dentre as empresas importadoras (Quadro 7), notamos que a maioria apresenta faixa de valor entre US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões.

Fundada em 1990, a Suprir Indústria de Metais Ltda⁶⁰ apresenta o maior valor de importação, devido a sua matéria-prima principal ser o aço inoxidável, por comercializar, principalmente, peças metálicas. No que tange o Parque Tecnológico mencionado anteriormente, apesar do destaque para a pesquisa de novas tecnologias no setor da saúde, esta ainda é fortemente dependente da importação, como é o caso das empresas 4, 6, 12, 16, 28, 31, 34, 37, 29, 43 e 45.

Quadro 7 - Ribeirão Preto. Empresas importadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.

	EMPRESA	FAIXA DE VALOR IMPORTADO EM 2013
1	Suprir Indústria de Metais Ltda	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
2	Nestlé Brasil Ltda.	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
3	Agro Hemar Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
4	Eurofarma Laboratórios S.A.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
5	Netafim Brasil Sistemas e Equipamentos de Irrigação Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
6	Handle Comércio de Equipamentos Médicos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
7	Riberball Mercantil e Industrial Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
8	Savegnago-Supermercados Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
9	Agrichem do Brasil S.A.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
10	Telmac Comércio, Importação e Exportação Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
11	Alpha - Importação, Exportação e Logística Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
12	Gnatus Equipamentos Médico-odontológicos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
13	Marvitubos Tubos e Peças Hidráulicas Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

⁶⁰ SUPRIR. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.suprir.com.br/suprir/?suprir=empresa&tipo=empresa>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

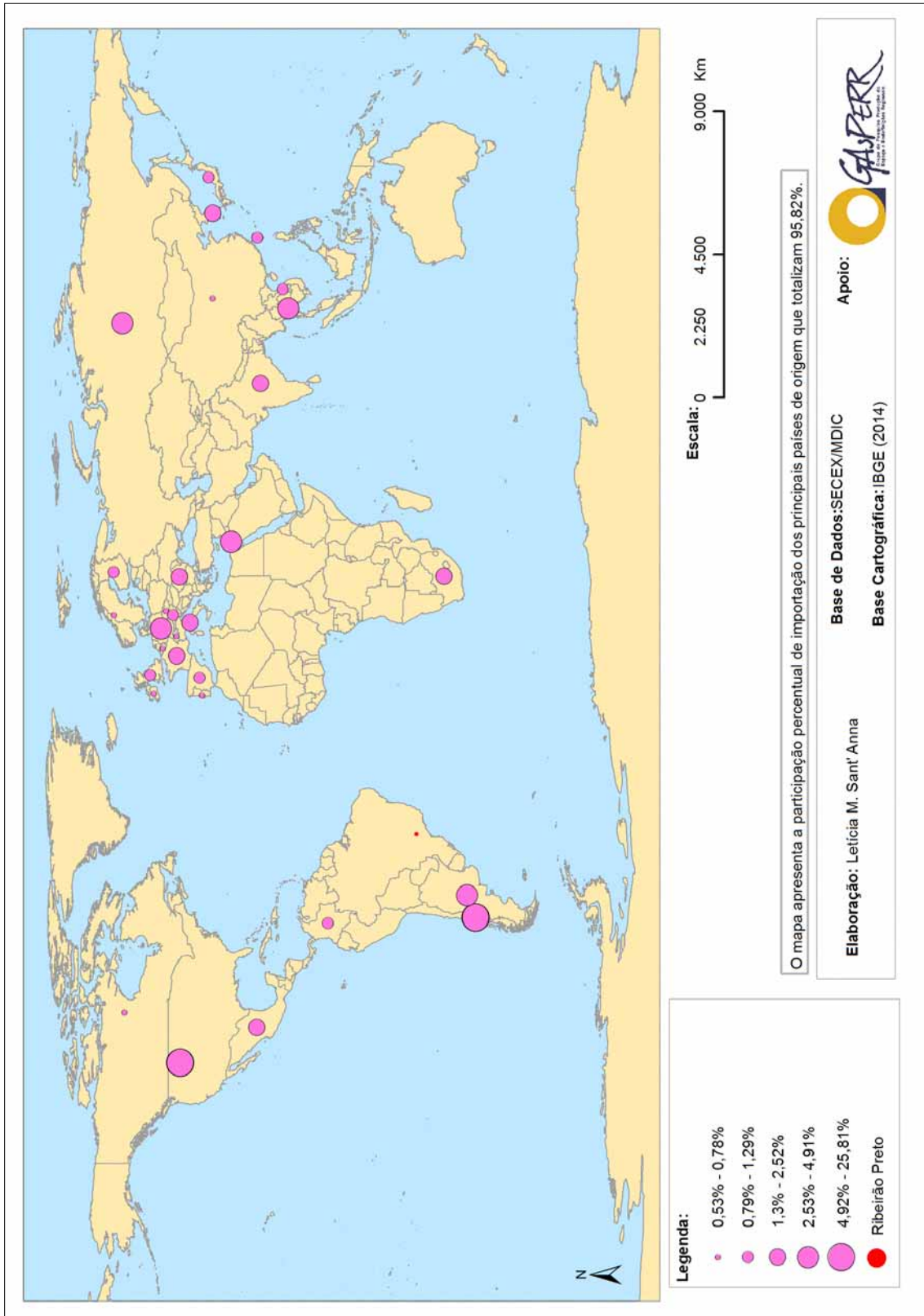
14	Passalacqua & Cia Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
15	Basequímica Produtos Químicos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
16	JP Indústria Farmacêutica S.A.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
17	Tracan Máquinas e Sistemas Para Agricultura Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
18	Sistema Clube De Comunicação Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
19	Passaredo Transportes Aéreos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
20	São Francisco Gráfica e Editora Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
21	Adr Brasil Eixos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
22	Agrosystem Comércio, Importação e Exportação Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
23	Sérgio Cardoso de Almeida Filho	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
24	Anticorrosiva do Brasil Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
25	Brandy Indústria e Comércio Ltda.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
26	Edifriço Comercial e Industrial Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
27	Tecitextil Desiree - Comércio e Importação Ltda - Epp	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
28	Intermedical Produtos Médicos Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
29	Universidade de São Paulo	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
30	Pearson Education do Brasil Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
31	Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
32	Merco-Latina Importadora E Exportadora Ltda - Epp	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
33	Dinagro Agro Pecuária Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
34	Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
35	Sibrape-Indústria e Comércio de Artigos para Lazer Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
36	Ribermetals Comércio, Importação e Exportação Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
37	Nutreco Brasil Nutrição Animal Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

38	Digitalnet Brasil Sistemas De Colaboração Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
39	CTR - Centro De Tratamento em Radio-Oncologia Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
40	Okubo Mercantil - Produtos para Fixação e Elevação	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
41	Alternativa Diesel Distribuidora de Peças Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
42	Agmaq Equipamentos e Montagens Industriais Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
43	Cipamed Embalagens Médico-Hospitalares Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
44	Aerotrading Consultoria em Comércio Exterior Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
45	Dabi Atlante S/A Indústrias Médico Odontológica	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

Fonte: SECEX/MDIC. Organização: Letícia M. Sant' Anna.

O circuito de países de origem da importação (Mapa 8) mostrou-se bem diversificado. Com destaque para a China, Estados Unidos e Alemanha com os maiores percentuais. Mas a predominância dos países de origem é européia. Diferentemente, dos países de destino da exportação que eram a maioria da América do Sul.

Mapa 8 - Ribeirão Preto. Principais países de origem das importações. 2014.



No caso de Sertãozinho, segundo os principais produtos exportados (Tabela 10), os açúcares de cana ou de beterraba puros, as carnes bovinas congeladas, as caldeiras de vapor e as turbinas a vapor correspondem a 70,09% das exportações. Com exceção das carnes bovinas, os demais produtos que destacamos fazem parte do setor sucroalcooleiro.

Um dos fatores que nos ajuda a compreender os altos valores de exportação desse município é que por se tratar de uma agroindústria, é dependente da agricultura e esta depende dos fatores climáticos para a qualidade e a quantidade da safra. Assim, muitas empresas diversificaram sua produção, para que nos períodos de entressafra e problemas na safra não entre em crise financeira. Ou seja, empresas que produziam máquinas e equipamentos para o setor sucroalcooleiro passou a produzir, também, para outros setores como automotivo, por exemplo.

Tabela 10 - Sertãozinho. Principais produtos exportados. 2014.

	PRODUTOS	US\$ FOB	PART%	QUANTIDADE (Kg)
1	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	104.723.278	37,04	198.889.723
2	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	40.449.098	14,31	9.508.125
3	Caldeiras de vapor (geradores de vapor)	28.474.319	10,07	2.660.502
4	Turbinas a vapor	25.349.018	8,97	707.592
5	Álcool etílico não desnaturado	16.733.030	5,92	20.578.914
6	Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente	12.050.977	4,26	615.883
7	Máquinas e aparelhos não especificados anteriormente	11.778.498	4,17	1.797.269
8	Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina, cavalara, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas	4.493.379	1,59	1.544.167
9	Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, inteiros ou em pedaços, frescos, refrigerados, congelados, salgados, secos ou defumados	4.202.544	1,49	887.642
10	Veios (árvores) de transmissão	3.711.585	1,31	149.652
11	Instrumentos e aparelhos para medida ou controle do caudal (vazão), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases	3.268.243	1,16	19.601
12	Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas	2.960.966	1,05	260.359
13	Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar	2.884.829	1,02	147.294

	líquidos ou gases			
14	Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes	2.654.818	0,94	34.339
15	Máquinas e aparelhos, para selecionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios ou outras substâncias minerais sólidas	2.007.717	0,71	687.333
16	Aparelhos auxiliares para caldeiras	1.571.790	0,56	93.232
17	Transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos	1.508.437	0,53	88.891
18	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	1.482.784	0,52	12.338
19	Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	1.120.015	0,40	22.163
20	Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	1.060.186	0,38	190.778
21	Motores e geradores, elétricos, exceto os grupos eletrogéneos	1.041.042	0,37	56.110
22	Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos	1.021.828	0,36	33.804
23	Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; exaustores (coifas aspirantes) para extração ou reciclagem, com ventilador incorporado, mesmo filtrantes	644.882	0,23	27.715
24	Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controlo, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo; projetores de perfis41.302	596.998	0,21	2.944
25	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas às máquinas e aparelhos	511.929	0,18	41.302
26	Máquinas e aparelhos de ar condicionado	454.848	0,16	4.500
27	Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outras posições	453.254	0,16	67
28	Fios, cabos e outros condutores, isolados para usos elétricos	431.941	0,15	39.518
29	Outras obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço	391.235	0,14	33.736
30	Máquinas e aparelhos de uso agrícola	352.215	0,12	39.496
31	Partes de máquinas ou de aparelhos, não especificadas nem compreendidas noutras posições	269.405	0,10	62.091
32	Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades	263.150	0,09	547
33	Outros tubos e perfis ocios de ferro ou aço	258.265	0,09	67.644
34	Correntes, cadeias, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	231.730	0,08	21.822
35	Suportes preparados para gravação de som ou para gravações semelhantes	215.196	0,08	364

36	Serviços de mesa e outros artigos de uso doméstico, de higiene ou de tocador, de plástico	200.118	0,07	44.202
37	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	173.796	0,06	1.625
38	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (167.261	0,06	310
39	Outras máquinas e aparelhos de elevação, de carga, de descarga ou de movimentação	158.735	0,06	10.400
40	Construções e suas partes de ferro fundido	153.868	0,05	26.767
	Total dos principais produtos exportados	280.477.207	99,21	239.410.761
	DEMAIS PRODUTOS	2.221.341	0,79	247.319

Fonte: SECEX/MDIC. Adaptada. Organização: Leticia M. Sant' Anna.

Analisando a Tabela 11, notamos que a maioria dos produtos importados é de matérias-primas para a montagem de máquinas e equipamentos (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 28, 29, 35). Com 27,23% das importações o álcool etílico é o produto mais importado e é o álcool que é adicionado às bebidas e aguardentes. Apesar do percentual de participação ser alto, considerando o valor total de US\$ 24.636.255, não chega a 6,77% do valor do produto mais exportado. Assim, mesmo com a variedade de produtos importados, o valor da exportação é muito maior do que da importação, o que garante o superávit apresentado.

Tabela 11 - Sertãozinho. Principais produtos importados. 2014.

	PRODUTOS	US\$ FOB	PART%	QUANTIDADE (Kg)
1	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80 % vol; álcool etílico e aguardentes, desnaturados, com qualquer teor alcoólico	7.094.038	27,23	11.241.071
2	Produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos em outras posições	4.675.280	17,95	581
3	Acessórios para tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1.270.462	4,88	209.555
4	Aglutinantes preparados para moldes ou para núcleos de fundição; produtos químicos e preparações das indústrias químicas ou das indústrias conexas	1.262.465	4,85	418.124
5	Outras obras de ferro ou aço	990.487	3,80	340.109
6	Tubos e perfis ocós, sem costura, de ferro ou aço	673.232	2,58	209.457
7	Produtos laminados planos de aço inoxidável, de largura igual ou superior a 600 mm	616.601	2,37	226.013
8	Reservatórios, barris, tambores, latas, caixas	584.028	2,24	15.999

	e recipientes semelhantes de alumínio, de capacidade não superior a 300 litros			
9	Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controle, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente capítulo; projetores de perfis	577.801	2,22	725
10	Turbinas a vapor	543.734	2,09	35.243
11	Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	462.348	1,77	5.807
12	Instrumentos e aparelhos para medida ou controle do caudal (vazão), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases	416.979	1,60	5.065
13	Veios (árvores) de transmissão	401.464	1,54	11.112
14	Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	394.156	1,51	74
15	Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas	359.775	1,38	801
16	Centrifugadores, incluídos os secadores centrífugos, aparelhos para filtrar ou depurar líquidos ou gases	352.029	1,35	22.991
17	Outros tubos e perfis ocas (por exemplo: soldados, rebitados, agrafados ou com os bordos simplesmente aproximados), de ferro ou aço	349.620	1,34	84.052
18	Barras e perfis, de outras ligas de aço; barras ocas para perfuração, de ligas de aço ou de aço não ligado	334.673	1,28	156.389
19	Aparelhos e dispositivos, mesmo aquecidos eletricamente	329.149	1,26	24.708
20	Barras e perfis de aço inoxidável	289.780	1,11	67.822
21	Azeite de oliveira e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	289.499	1,11	31.031
22	Outras máquinas e aparelhos de terraplanagem, nivelamento, raspagem, escavação, compactação, extracção ou perfuração da terra, de minerais ou minérios; bate-estacas e arranca-estacas; limpa-neves	269.095	1,03	37.052
23	Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor incorporado, de uso manual	234.890	0,90	34.873
24	Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	184.829	0,71	31.410
25	Enxofre de qualquer espécie, exceto	175.689	0,67	1.080.000

	sublimado, precipitado ou coloidal			
26	Máquinas-ferramentas para trabalhar pedra, produtos cerâmicos, betão (concreto), fibrocimento ou matérias minerais semelhantes, ou para o trabalho a frio do vidro	162.821	0,62	27.921
27	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos eléctricos (por exemplo: interruptores, comutadores, relés, corta-circuitos, eliminadores de onda, tomadas de corrente, machos e fêmeas, suportes para lâmpada	153.291	0,59	423
28	Correias transportadoras ou de transmissão, de borracha vulcanizada	138.255	0,53	18.894
29	Máquinas e aparelhos, para trabalhar borracha ou plástico ou para fabricação de produtos dessas matérias, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	136.702	0,52	218
30	Cimentos, argamassas, concretos e composições semelhantes, refratários	114.848	0,44	117.600
31	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados para usos eléctricos (incluídos os envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mes	99.556	0,38	641
32	Tungsténio (volfrâmio) e suas obras, incluídos os desperdícios, resíduos e sucata	96.891	0,37	1.414
33	Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes, com dois ou mais aparelhos das posições 8535 ou 8536, para comando eléctrico ou distribuição de energia eléctrica	96.524	0,37	69
34	Carvões ativados; matérias minerais naturais activadas; negros de origem animal, incluído o negro animal esgotado	92.202	0,35	40.000
35	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	85.346	0,33	4.586
36	Díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores; dispositivos fotossensíveis semicondutores, incluídas as células fotovoltaicas, mesmo montadas em módulos ou em painéis; díodos emissores de luz; cristais piezoeléctricos montados	82.924	0,32	79
37	Aparelhos e artefactos para usos químicos ou	68.637	0,26	32.348

	para outros usos técnicos, de cerâmica; alguidares, gamelas e outros recipientes semelhantes para usos rurais, de cerâmica; bilhas e outras vasilhas próprias para transporte ou embalagem, de cerâmica			
38	Obras de cimento, de betão (concreto) ou de pedra artificial, mesmo armadas	60.836	0,23	51.711
39	Fios de aços inoxidáveis	59.052	0,23	18.819
40	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8535, 8536 ou 8537	56.267	0,22	134
	Total dos principais produtos	24.636.255	94,56	4.604.921
	Demais Produtos	1.416.894	5,44	215.805

Fonte: SECEX/MDIC. Adaptada. Organização: Letícia M. Sant' Anna.

A mesma ressalva vale para o caso de Sertãozinho, a relação quantidade e valor, denota quais os produtos com maior valor agregado tanto para importação quanto para exportação. Dessa forma, os produtos mais importados ou exportados, em termos de quantidade, não, necessariamente, representam os maiores valores finais.

Para compreendermos melhor a relação exportação e importação, vamos analisar as empresas que as praticam. Dentre as 16 empresas exportadoras de Sertãozinho (Quadro 8), uma apresentou a faixa de valor exportado acima de US\$ 100 milhões, três entre US\$ 50 milhões e US\$ 100 milhões, duas entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões e as demais entre US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões.

A Biosev Energia S.A.⁶¹ trabalha com o processamento de cana-de-açúcar, então os seus produtos são todos derivados, como o açúcar, levedura, melaço, etanol e energia. A sua unidade em Sertãozinho, a Usina Santa Elisa, é voltada para a venda, compra, importação e exportação de produtos de origem agrícola e seus derivados, mas trabalha, preferencialmente, com a geração de bioenergia e junto da Usina Jardest (Jardinópolis), Usina Vale do Rosário, Usina MB (Morro Agudo) e Usina Continental (Colômbia), formam o Polo Agroindustrial Ribeirão Preto da Biosev.

⁶¹ BIOSERV. Apresenta informações sobre as empresas. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.biosev.com/inter.php?id=2&ct=54>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

A Uni System do Brasil⁶² foi fundada, no Estados Unidos, em 1996 e no Brasil, em 1997. Essa empresa presta consultoria técnica para as indústrias e usinas e também trabalha no desenvolvimento de novas tecnologias para o setor, sendo possível encomendar plantas completas de usinas.

A Usina São Francisco⁶³ faz parte da do Grupo Balbo é voltada para o processamento da cana-de-açúcar e venda de seus derivados, exceto de bioenergia.

O Frigorífico Barra Mansa⁶⁴ trabalha com cortes bovinos e sua área de atuação é Venezuela, Peru, Chile, Rússia, Hong Kong, Iraque, Irã, Emirados Árabes, Ucrânia, Alemanha, Holanda, Suíça, Itália, Egito, Líbia, Costa do Marfim, Congo, República Democrática do Congo e Angola.

A TGM Turbinas⁶⁵ especializada na fabricação de turbinas para as diversas indústrias, também oferece prestação de serviço para manutenção. Atualmente, é uma multinacional brasileira com a primeira unidade instalada em Sertãozinho, em 1991, e as demais em Maceió e na Alemanha.

As cinco principais empresas exportadoras de Sertãozinho apresentam uma linha de produtos com valor agregado maior do que os exportados por Ribeirão Preto o que se reflete nas faixas de valor exportado das empresas. Apesar de Ribeirão Preto apresentar uma lista de 27 empresas exportadoras e Sertãozinho 16, o produto em si é o que valorizou a balança comercial da última. Enquanto Ribeirão Preto tem na maioria dos produtos exportados matérias-primas, Sertãozinho exporta equipamentos e máquinas que agregam maior valor.

⁶² UNI-SYSTEMS. Apresenta informações sobre as empresas. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.uni-systems.net/#!background/c1a3t>>. Acesso em : 6 jan. 2015.

⁶³ UNICA. Apresenta informações sobre o Grupo Balbo. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/empresa/9218077/balbo-sao-francisco->>. Acesso em: 6 jan. 2015.

⁶⁴ BARRA MANSA. Apresenta informações sobre a empresa. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.frigorificobarramansa.com.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

⁶⁵ TGM. Apresenta informações sobre a empresa. Sertãozinho. Disponível em:<<http://www.grupotgm.com.br/segmentos.php>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Quadro 8 - Sertãozinho. Empresas exportadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.

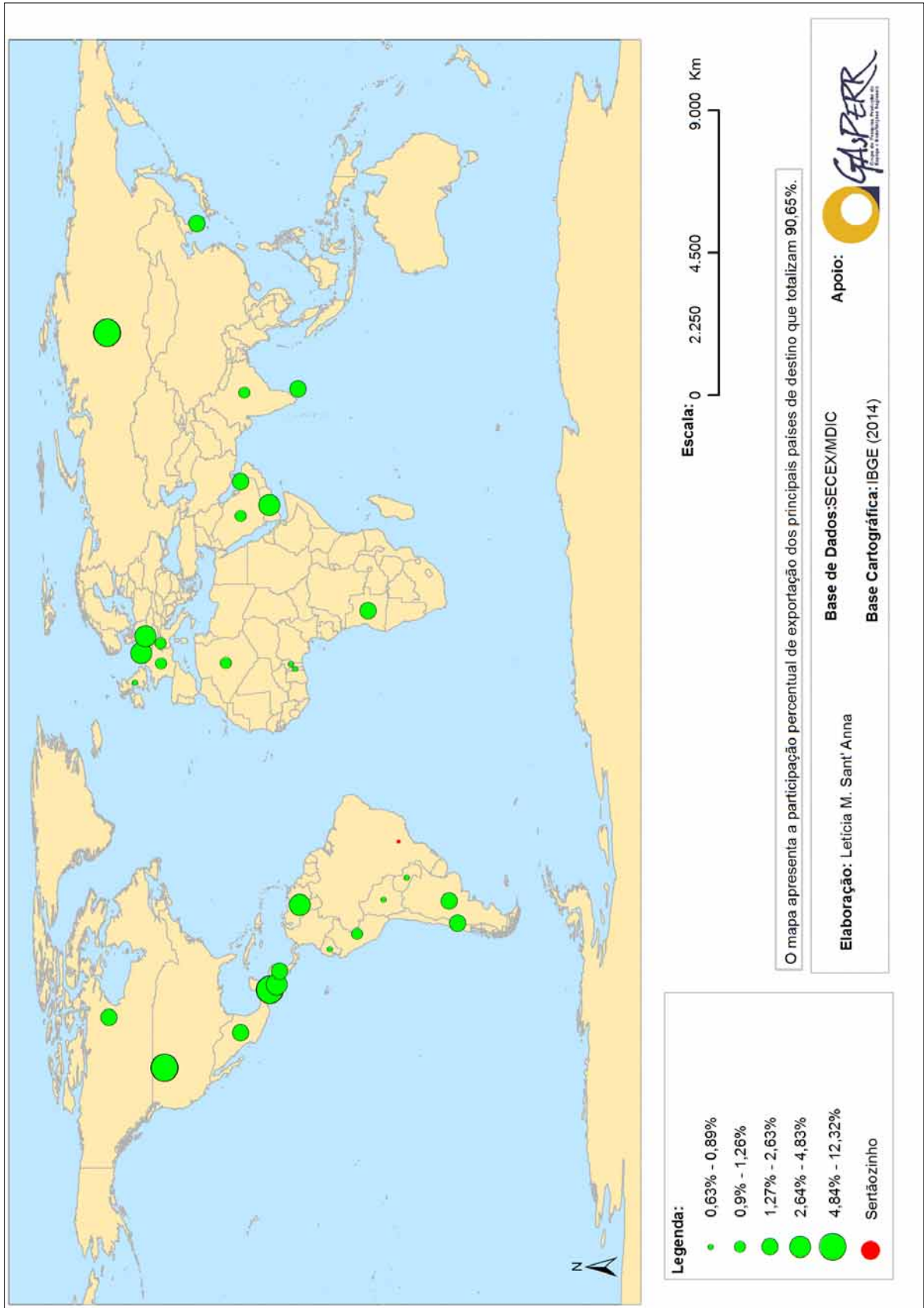
	EMPRESA	FAIXA DE VALOR EXPORTADO 2013
1	Biosev Bioenergia S.A.	Acima de US\$ 100 milhões
2	Uni Systems do Brasil Ltda	Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões
3	Usina São Francisco S.A.	Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões
4	Barra Mansa Comércio de Carnes e Derivados Limitada	Entre US\$ 50 e US\$ 100 milhões
5	T.G.M. Turbinas Industria e Comércio Ltda	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
6	J W Indústria e Comércio de Equipamentos em Aço Inoxidável	Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões
7	Tgm Indústria e Comércio de Turbinas e Transmissões Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
8	Simisa Simioni Metalúrgica Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
9	Smar Equipamentos Industriais Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
10	Fundição Moreno Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
11	Simex - Simioni Importadora e Exportadora Ltda.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
12	Dedini S.A. Indústrias de Base	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
13	Sermatec Indústria e Montagens Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
14	Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
15	Equilíbrio Balanceamentos Industriais Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

16	Fertron Controle e Automação Industrial Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
----	--	--------------------------------

Fonte: SECEX/MDIC. Organização: Letícia M. Sant' Anna.

No Mapa 9, podemos observar que Sertãozinho apresenta um circuito de exportação mais amplo que o de Ribeirão Preto. Enquanto que esta apresenta os maiores percentuais na América do Sul, Sertãozinho apresenta altos percentuais na América do Norte e Central, na Rússia, Alemanha e Irlanda.

Mapa 9 - Sertãozinho, Principais países de destino das exportações. 2014.



Dentre as empresas importadoras em Sertãozinho, (Quadro 9) todas tem faixa de valor entre US\$ 1 milhão e US\$ 10 milhões. Comparando-se com Ribeirão Preto, que apresenta uma lista de 45 empresas importadoras e onde há empresas com faixa de valor exportado entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões, nota-se que Ribeirão Preto tem maior dependência das importações.

A Lagoa da Serra⁶⁶ é uma empresa internacional de melhoramento genético sob o comando de holandeses e belgas e comercializa mais 3 milhões de doses por ano. Provavelmente, as suas importações estão ligadas com equipamentos necessários nos laboratórios de genética.

As demais empresas importadoras são voltadas para o setor sucroalcooleiro e suas importações estão ligadas com a necessidade de matéria-prima para a fabricação de máquinas e equipamentos.

Quadro 9 - Sertãozinho. Empresas importadoras por faixa de valor em milhões de dólares estadunidenses. 2014.

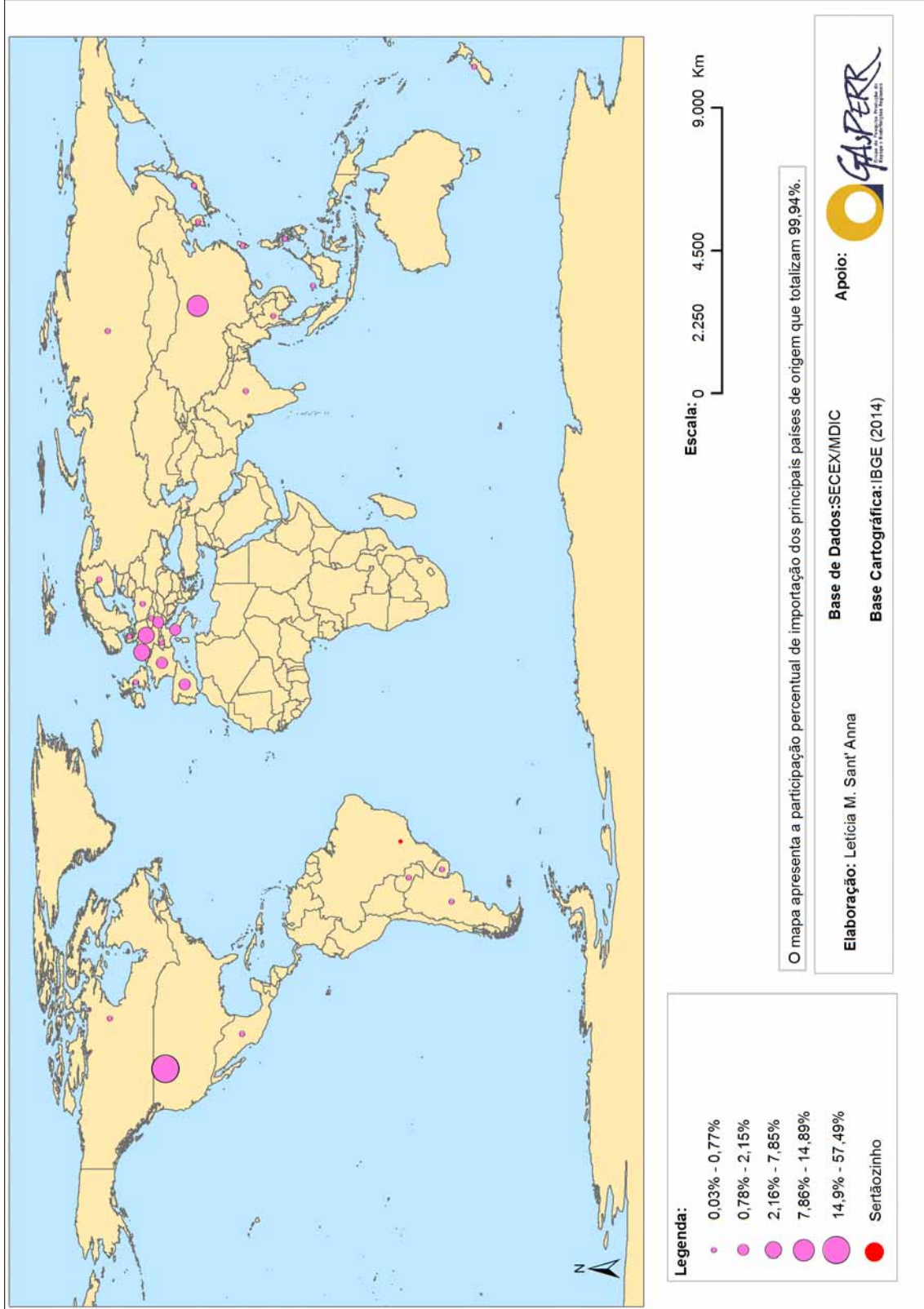
	EMPRESA	FAIXA DE VALOR IMPORTADO EM 2013
1	Lagoa da Serra Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
2	Tgm Indústria e Comércio de Turbinas e Transmissões Ltd	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
3	T.G.M. Turbinas Indústria e Comércio Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
4	J W Indústria e Comércio de Equipamentos em Aço Inoxidável	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
5	Hpb-Simisa Sistemas de Energia Ltda.	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
6	Smar Equipamentos Industriais Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões
7	Dmb Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda	Entre US\$ 1 e US\$ 10 milhões

Fonte: SECEX/MDIC.Organização: Letícia M. Sant' Anna.

⁶⁶ CRV LAGOA. Apresenta informações sobre a empresa. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.crvlagoa.com.br/historico.asp?id=1>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

O circuito de países de origem das importações de Sertãozinho (Mapa 10) está concentrado na Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda, Austria e Espanha), mas com destaque para os Estados Unidos com o maior percentual. Ribeirão Preto apresentou um circuito mais amplo ao tratarmos dos países de origem das importações, entretanto, este município também apresentou maiores saldos de importação, o confirma que há maior dependência da importação a economia ribeirão-pretana.

Mapa 10 - Sertãozinho. Principais países de origem das importações. 2014.



Com base nas tabelas analisadas, podemos concluir que Ribeirão Preto exerce um papel de gestão para o agronegócio da região. Nesse município encontramos um polo de biotecnologia expresso pela fabricação de máquinas e equipamentos de uso médico em geral. Enquanto que em Sertãozinho encontramos, de fato, as principais atividades agrícolas e agroindustriais para o setor sucroalcooleiro.

Em função do agronegócio da cana-de-açúcar, os municípios acabam se integrando, interagindo e criando interdependências, especialmente com o polo de Ribeirão Preto, que desempenha as funções terciárias ausentes em grande parte dos primeiros. As lavouras, usinas e destilarias encontram-se, em sua maioria, nos municípios, do entorno de Ribeirão Preto que, por sua vez, lhes fornece uma rede de serviços e de comércio primordial ao funcionamento da economia regional. Desse modo, o dinamismo de Ribeirão Preto é dependente do desenvolvimento das atividades econômicas dos municípios de suas áreas de influência e vice-versa (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, p. 13).

Os dois municípios se destacaram pelos produtos do consumo produtivo, entretanto, o aumento deste tipo de consumo reflete no aumento do consumo consuntivo que tem como maior símbolo os *shopping centers*, mas também temos os serviços que fazem parte do consumo consuntivo, neste caso, destacaremos a educação de nível superior.

6.3. Educação - Ensino Superior

A presença do *campus* da USP no município é um diferencial e provavelmente o principal fator para o desenvolvimento dessa APL.

A Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP) da USP campus Ribeirão foi inaugurada no ano de 1934 e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) em 1951.

Transcorria o ano de 1924. Ribeirão Preto vivia ainda a década de sua riqueza cafeeira. Estava no auge, como o mais importante centro de cafeicultura mundial. Era a terra dos reis e das rainhas, dos barões e baronesas do café. Vivia, por isso, a opulência econômica, financeira e social. Nesse clima marcante, embora transitório, mais ligado à terra que ao espírito, um grupo de homens cultos, inteligentes e de grande visão, soube entender que as fortunas materiais e os estágios de abastança econômica e financeira podem

passar e são fátuos, mas que a cultura é eterna e a profissão um patrimônio inalienável (FORP⁶⁷, 2014).

Mas a FORP, antiga Escola de Pharmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, só passou a integrar o *campus* da USP em 1974.

Até então era uma única faculdade para os cursos de farmácia e odontologia, entretanto em 1983, há um desmembramento em Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto e Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, ambas integram o *campus* da USP.

A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) foi fundada em 1952 a partir de um contexto de "interiorização" do Ensino Superior.

As mudanças sociais e a redemocratização, que ocorreram no Brasil na década de 1940, aliadas ao alívio e à euforia que marcaram o final da Segunda Guerra Mundial, determinaram que a sociedade civil se organizasse para conseguir melhor qualidade de vida. Isto incluía o acesso à Cultura e à Educação. Algumas cidades do interior pleiteavam, também, a interiorização do Ensino Superior, com os conseqüentes acesso de seus jovens habitantes ao exercício de profissões liberais e melhora da economia local, o que impulsionaria o progresso (RODRIGUES, 2002, p. 231).

Em 1956 deu-se início as atividades do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e é referência em atendimentos complexos e atende pacientes do país todo. Composto por três prédios o Hospital das Clínicas e o Hemocentro que atendem dentro do *campus* e a unidade de emergência. Diariamente, conta com uma equipe de mais de 7 mil pessoas entre médicos, enfermeiros e pessoal de apoio e realizam 2.500 consultas, 60 cirurgias, 90 internações, 6 mil exames laboratoriais, 2 mil exames especializados, 500 exames radiológicos, fornece em média 220 transfusões de sangue e 9.500 refeições. Além disso, é referência em pesquisas nas áreas de medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia, terapia ocupacional e informática biomédica.

Atualmente o *campus* é composto pela Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem, Faculdade de Ciências Farmacêuticas,

⁶⁷ FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre o curso. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.forp.usp.br/a-forp-topmenu-57.html>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Direito.

A presença de um polo acadêmico ajudou na consolidação da APL. Além do *campus* da USP, Ribeirão Preto conta com 19 estabelecimentos de educação superior graduação e pós-graduação (RAIS, 2015). Exceto a USP os demais são particulares, dentre eles se destacam a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), o Centro Universitário Barão de Mauá, a Universidade Paulista (UNIP), UNISEB e o Moura Lacerda, os três últimos não oferecem o curso de medicina.

A UNAERP foi a primeira instituição de ensino superior na região, fundada em 1924 como Sociedade Escola de Pharmácia e Odontologia de Ribeirão Preto com o objetivo de desenvolver o conhecimento social, cultural e educacional da população.

Naquela década de 1920, a região de Ribeirão Preto já se apresentava como uma das mais prósperas do Estado de São Paulo. Eldorado do café atraía migrantes de várias regiões do país e imigrantes, principalmente italianos. Junto com a riqueza gerada pela produção cafeeira, a cidade crescia em todos os setores. Comércio, arte, cultura, educação e saúde se desenvolviam e as únicas escolas de Ribeirão - o conceituado Colégio Estadual e a providencial Escola Técnica de Contabilidade - não davam conta de abarcar todos os filhos da cidade que sonhavam expandir seus horizontes. Era necessário brotar na ex-província de São Sebastião, escolas de nível superior que pudessem formar no interior do estado os mais capacitados profissionais, gerando uma elite acadêmica nativa (UNAERP⁶⁸, 2014).

Atualmente conta, na área biológica, com os cursos de medicina, enfermagem, educação física, fisioterapia, nutrição, ciências farmacêuticas e psicologia. O seu diferencial com as demais instituições que oferecem esses cursos no município é o Hospital Electro Bonini que além de oferecer atendimento à população também funciona como estágio prático dos cursos de saúde, especialmente para o alunos da medicina e para o programa de residência.

O Centro Universitário Barão de Mauá foi fundado em 1966 com a Faculdade de Filosofia, Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais. O curso de ciências

⁶⁸ UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre a faculdade. Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.unaerp.br/index.php/a-unaerp/nossa-historia/>>. Acesso em 6 jan. 2015.

biológicas modalidade médica só teve início em 1989 e em 1998 foi credenciado como Centro Universitário. Além do curso de medicina, na área de biológicas, oferece também enfermagem, farmácia, psicologia, fisioterapia, biomedicina e ciências biológicas.

Como procuramos apresentar, a variedade de cursos e instituições de ensino de graduação em Ribeirão Preto é outro fator que contribui para a centralidade exercida na rede urbana. Segundo a REGIC (2007), o nível de centralidade de graduação da ACP de Ribeirão Preto é 3. Somente para Ribeirão Preto, o número de matrículas no ensino superior é significativo, como podemos observar no Quadro 10.

Quadro 10 - Ribeirão Preto. Número de matrícula no Ensino Superior por áreas do conhecimento. Entre 2000 e 2013.

Área do Conhecimento	Anos			
	2000	2005	2010	2013
Área de Agricultura e Veterinária	241	473	513	663
Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito	10.449	10.757	11.882	14.427
Área de Ciências, Matemática e Computação	1.889	2.095	1.906	2.086
Área de Educação	1.806	4.067	3.294	3.694
Área de Engenharia, Produção e Construção	1.491	1.963	4.248	7.947
Área de Humanidades e Artes	117	279	184	349
Área de Saúde e Bem -Estar Social	5.333	6.337	6.577	6.660
Área de Serviços ⁶⁹	745	553	261	395

Fonte: SEADE, 2014.

Org.: Letícia M. Sant' Anna (2014).

Podemos observar que na área de serviços houve uma redução significativa das matrículas no ano de 2010. Na área de engenharia, produção e construção entre 2010 e 2013 o número de matrículas quase dobrou e na área de ciências sociais, negócios e direito houve um aumento de aproximadamente 17,64%, enquanto que as demais áreas mantiveram um total de matrículas.

As demais instituições de ensino particular (UNIP, Moura Lacerda e UNISEB) são voltadas para a área de humanidades e artes, de ciências sociais negócios e

⁶⁹ Corresponde a esportes hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação, proteção ambiental (cursos gerais), proteção de pessoas e de propriedades, transportes e serviços (cursos gerais), saúde e segurança do trabalho, serviços de beleza, viagens, turismo e lazer.

direito e de engenharia, produção e construção. Na UNIP destaca-se a variedade dos cursos de engenharia, aeronáutica, ambiental, civil, de computação, mecatrônica, de petróleo, de produção mecânica, eletrônica e mecânica, além de cursos de humanas e biológicas. O Moura Lacerda e a UNISEB são voltados para a área de humanas, a última com o diferencial de ser conveniada com a Fundação de Getúlio Vargas (FGV) que oferece pós-graduação e MBA's todos com enfoque na área de negócios.

No *campus* da USP também encontramos a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), criado em 1992, que oferece os cursos de administração, ciências contábeis, ciências econômicas, economia empresarial e controladoria e matemática aplicada a negócios, bem como mestrado, doutorado e MBA's. Esses cursos voltados para área de negócios reforçam o papel de Ribeirão Preto como gestor do setor sucroalcooleiro e a variedade de opções das faculdades denota a demanda de mão de obra para a região.

O crescente número de matrículas também demonstra a necessidade de mão de obra qualificada para a área, nesse caso, não somente para Ribeirão Preto, mas para outros centros próximos, como São Carlos, por exemplo.

6.4. Templos Moderno de Consumo: os *Shopping Centers*

Nos tópicos anteriores apresentamos a economia de Ribeirão Preto e Sertãozinho a partir de suas respectivas balanças comerciais. A diversidade econômica apresentada por Ribeirão Preto, principalmente, seu papel central na gestão do agronegócio, foi defendido nesse trabalho como o principal elemento que justifica a sua qualificação quanto cidade média de limiar superior. Entretanto, gera reflexo em outros setores da economia, como o de comércio e serviços, representados aqui pelos *shopping centers*.

Segundo Santos (2009), uma das causas do início do período do meio técnico-científico-informacional foi o desenvolvimento de novas formas econômicas, a disseminação de novas formas de consumo pelo território, sejam elas materiais ou imateriais.

[...] amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da

educação, do lazer, é paralela à do consumo das bateadeiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada, que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo porque, ao lado do consumo consuntivo, que se esgota em si mesmo, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, a um consumo consuntivo que se amplia, corresponde, também, uma ampliação de consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência e informação ao território rural. (SANTOS, 2009, p. 54).

Ao analisarmos, anteriormente, o caso de Sertãozinho e das indústrias de metal-mecânica, também falávamos de consumo. Nesse caso, o consumo produtivo que cria uma demanda heterogênea entre os **subespaços**:

O *consumo produtivo* cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os, tanto do ponto de vista demográfico quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa. (SANTOS, 2009, p. 55).

Enquanto que, o consumo consuntivo, que trataremos nesse tópico cria uma demanda de heterogênea entre os **estratos de renda**:

O *consumo consuntivo* cria uma demanda heterogênea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda. A arquitetura do sistema urbano tende a se reproduzir; o que varia é a distância entre os núcleos do mesmo nível, que dispõem de equipamentos mercantis compráveis. Essa distância será tanto maior – e a acessibilidade aos bens e serviços tanto menor – quanto maior for a demanda local, tendendo a ser menor a distância entre os núcleos provedores e a acessibilidade, portanto, igualmente maior. (SANTOS, 2009, p. 55).

Assim, para analisarmos a importância do consumo consuntivo no aumento da complexidade das funções urbanas de Ribeirão Preto, selecionamos os *shopping centers* pela variedade de opções oferecidas que exercem centralidade regional.

Os shopping centers são tomados enquanto canais de circulação em que se articulam diferentes escalas geográficas, desde a local à internacional. Nesses espaços de comércio e serviços, percebemos alguns pontos interessantes do comportamento desses setores,

enquanto elementos explicativos das interações espaciais entre as cidades, principalmente da rede regional de influência destas cidades médias. Nesta rede, a localização destes empreendimentos, pelo menos no que se refere ao tamanho e à complexidade de comércios e serviços, são exclusividade das cidades médias, mas parte do sucesso que estes empreendimentos vêm tendo nestas cidades a análise deve ser estendida no âmbito da rede regional. Desde a implantação até as estratégias de vendas leva-se em consideração a rede de influência destas cidades médias. Os shopping centers são um dos conteúdos da centralidade, da influência e da constituição das funções e papéis na escala regional. (CATELAN, 2012, p. 84-85).

Segundo o *síte* da prefeitura Municipal de Ribeirão Preto,

[...] o município de Ribeirão Preto é tipicamente urbano, suas principais atividades estão centradas no comércio e na prestação de serviços. No entanto, o dinamismo dessas atividades ***sofre grande influência das atividades produtivas que se desenvolvem ao seu redor***. (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO⁷⁰, 2013, grifo nosso).

A capacidade de Ribeirão Preto de resposta ao mercado quanto à diversificação do consumo produtivo teve reflexo no consumo consuntivo que gerou uma reorganização da economia e do território com intensas transformações socioespaciais. O principal fator para a consolidação da agroindústria foram os investimentos advindos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1974. Com esses investimentos novas empresas e indústrias se instalaram na região e o reflexo desse dinamismo econômico foi à inversão do capital industrial na multiplicação das áreas de consumo. Segundo Elias (2003, p.190),

Ao levar em conta o alto nível de renda média apresentado pela região, muito superior à do país como um todo, e que o consumo consumptivo varia exatamente de acordo com os estratos de renda da população, o crescimento do setor terciário foi realmente extraordinário nesses últimos 35 anos. Por isso, o desenvolvimento de importantes complexos agroindustriais extremamente dinâmicos, um expressivo crescimento populacional e a existência de uma população de alto poder aquisitivo, embora relativamente pequena perante a população total, acabaram por propiciar o surgimento de inúmeras casas de comércio e de estabelecimentos que oferecem serviços especializados os mais modernos, antes restritos às principais capitais do país. Tudo isso multiplicou e tornou mais complexos os fixos e fluxos na região, determinando nova

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre o município. Ribeirão Preto. Disponível em: < Disponível em:<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso: 25/07/2013>. Acesso em: 25 jul. 2013.

configuração espacial, como de resto ainda continuam a fazê-lo atualmente.

Dessa forma, o município passa a se destacar também pela sua diversidade nas novas e modernas formas de consumo, cujo principal signo é o *shopping center*, templo moderno de consumo (SANTOS, 2012). Entretanto, esse dinamismo econômico foi restrito à parcelas da população; a renda mais elevada ficou concentrada nas mãos dos grandes empresários e é na área onde essa parcela da população reside que ocorre o desenvolvimento de atividades específicas, acentuando as desigualdades e a segmentação socioespacial, gerando uma reorganização de parte da atividade terciária para atender a demanda da população com maior poder aquisitivo, mudando hábitos e costumes e “atendendo aos novos padrões de consumo de massa, a fim de facilitar o processo de monopolização e oligopolização da economia” (ELIAS, 2003, p. 205).

O consumo vem sendo abordado por diferentes áreas do conhecimento, devido a sua relevância para os dias atuais. Na sociologia, Bauman (1998, p. 55/56) considera o consumo como responsável pelo mal-estar da pós-modernidade.

A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora. Os impulsos sedutores, para serem eficazes, devem ser transmitidos em todas as direções e dirigidos indiscriminadamente a todos aqueles que os ouvirão. No entanto, existem mais daqueles que podem ouvi-los do que daqueles que podem reagir do modo como a mensagem sedutora tinha em mira fazer aparecer. Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana.

Na Geografia, Santos (2012, p. 47-55) afirma que o excesso de consumo deixa o indivíduo vulnerável em seus direitos, tornando-se um consumidor mais-que-perfeito.

A grande perversão do nosso tempo, muito além daquelas que são comumente apontadas como vícios, está no papel que o consumo veio representar na vida coletiva e na formação do caráter dos indivíduos. [...]. Vivemos dominados pelo consumo selvagem, indefesos quanto às manipulações de indústrias e de intermediários,

inermes diante das práticas de “obsolescência original”, que enganam fraudulentamente o comprador com a apresentação de produtos deliberadamente destinados a durar muito pouco. Simplesmente não temos, diante de tais abusos, maneira nenhuma de coibi-los.

Atualmente, Ribeirão Preto conta com quatro *shopping centers*, o Ribeirão Shopping, o Novo Shopping, o Shopping Santa Úrsula e o Iguatemi Shopping. A presença desses empreendimentos aumenta a centralidade do município na escala interurbana e complexifica sua estrutura interna. Apresentaremos, a seguir, a variedade oferecida por esses empreendimentos que causam um aumento das interações espaciais regionais e aumento da complexidade do papel desse município na sua rede urbana. No que tange à complexificação de sua estrutura urbana, não enfrentamos este desafio nesta pesquisa, embora o tema compareça como acessório nesta discussão.

O Ribeirão *Shopping*⁷¹ foi o primeiro a ser construído em Ribeirão Preto, inaugurado em 1981, ele se encontrava em uma antiga fazenda de cana-de-açúcar e afastado da cidade. A construção desse *Shopping Center* foi reflexo, segundo ELIAS (2003):

[...] do crescimento populacional que se processa na região de Ribeirão Preto e o alto poder aquisitivo de parte da população, o setor comercial varejista realça-se em crescimento relativo, em comparação ao atacadista que, por sua vez, decorre do desenvolvimento da agroindústria e da expansão das culturas agrícolas modernas. A evolução do consumo de produtos modernos e sofisticados, inerentes às novas formas de produção, distribuição e consumo, evidencia o significativo poder de compra do mercado regional, propiciando a instalação dos centros comerciais associados às formas modernas de distribuição de mercadorias, cujos signos principais são os supermercados e os *shopping centers*.”

Em 2012, apresentava uma área bruta locável de 48.846 m², área construída de 105.357 m², sete lojas âncoras e 232 lojas satélites. Mas para atingir essas características, foram necessárias várias expansões. Esse shopping chama atenção pelas diversas expansões realizadas, a primeira ocorreu em 1987 e contou com a inauguração do Carrefour, o primeiro hipermercado da região. A segunda expansão, em 1989, trouxe o *McDonald's*. Na terceira expansão foi inaugurado um parque de

⁷¹ RIBEIRÃO SHOPPING. Apresenta informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em:< <http://www.ribeiraoshopping.com.br/>>. Acesso em 10 jan. 2015.

diversões interno - Divertlândia e a uma ampliação da praça de alimentação. Em 1997, ocorreu a IV expansão na qual o público pode contar com um cinema da empresa UCI (United Cinemas Internacional) - o Multiplex, que contava com 11 salas.

Anterior à sua quinta expansão, em 2002, houve a implantação de um complexo comercial com a inauguração do Hotel Íbis e em 2005 com o edifício comercial Ribeirão Office Tower. Esses fatores fizeram com que a região ao entorno do *shopping center* se tornasse atrativa para a implantação de condomínios verticais e horizontais e edifícios de escritórios. Inspirado nessa ampliação econômica da área ocorreu, em 2008, a quinta expansão marcada pela modernidade e mudança de conceito, com uma nova Alameda *Gourmet* com restaurantes de alto padrão, escadas rolantes (Foto 36) no estacionamento para facilitar o acesso dos frequentadores e a inauguração de grandes lojas como: Zara e Fnac .

Foto 36 - Ribeirão Shopping. Escadas rolantes que ligam o *shopping* ao estacionamento. 2012.



Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Assim, passou a ser mais que um espaço de consumo para um uso misturado conjugando espaço de compras, trabalho e convivência e também foi nesse momento em que o estacionamento passou a ser pago de acordo com o tempo de permanência no *Shopping Center*.

Entre 2010 e 2012 foi lançada a sexta expansão (Foto 37) que inaugurou um complexo de multiuso de comércio e serviços. Houve um aumento da área bruta

locável de mais de 44,1% sobre a anterior e contou com a inauguração da Casa & Construção (C&C) e a abertura de 41 lojas e mais 1.250 vagas no estacionamento.

Foto 37 - Ribeirão Shopping. Divulgação da 6ª expansão. 2012.



Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Em 2013 foi entregue a sétima expansão, com mais 23 lojas, um jardim suspenso com vista panorâmica e a abertura de três grandes restaurantes (Madero Burger & Grill, OutBack Steakhouse e o Si Señor!), uma academia e um centro de eventos. No final do mesmo ano lançaram a 8ª expansão com mais 60 lojas e mais 800 vagas no estacionamento. Assim, atualmente, conta com 380 lojas e 4.100 vagas de estacionamento.

Localizado na Zonal Sul, esse *Shopping Center*, influenciou na expansão urbana dessa área, bem como uma concentração comercial, na Avenida Presidente Vargas. No seu entorno encontramos duas Universidades Particulares, condomínios e loteamentos fechados de alto padrão aquisitivo e comércio de alto padrão (Fotos 38 e 39).

Foto 38 - Ribeirão Preto. Concessionária na zona sul. 2012.



Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Foto 39 - Ribeirão Preto. Concessionária da Eurobike na zona sul. 2012.



Fonte: Trabalho de Campo (2012).

Em 1999, foi inaugurado o Novo Shopping⁷², com mais de 270 lojas e aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por mês. Nele encontramos o Interlar, espaço voltado para lojas do ramo de móveis e decoração que conta com 17 estabelecimentos. Em 1997, foi inaugurado o *Wal Mart* e 2010 o *Sam' Club*, bandeira do *Wal Mart*, oferecendo o clube de vantagens. Cotidianamente, encontramos exposições de artes plásticas, artesanato, fotografia, desenhos e a Feira de Artes e Antiguidade. Na sua área externa encontramos dois postos de gasolina, um parque de diversões e um *Pet Shop*.

⁷² NOVO SHOPPING. Apresenta as informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em: < <http://www.novoshopping.com.br/site/novo>>. Acesso em: 10 jan 2015.

Próximos a ele encontramos o Hotel *Sleep Choice Internacional* (Foto 40) e um heliporto que possui a capacidade para pousos e decolagens, além do abastecimento e manutenção de helicópteros.

Foto 40 - Novo Shopping. Área de lazer do Hotel Sleep Choice Internacional. Vista do estacionamento do *shopping*. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Localizado na Zona Leste, próximo às Rodovias Anhanguera, Antônio Machado Sant' Anna, Presidente Castelo Branco e Abrão Assed, que influenciam no intenso fluxo de consumidores das cidades vizinhas. A presença do *shopping center*, universidades (Foto 41) e serviços especializados, entre outros, contribuiu para a valorização dos bairros próximos, a exemplo do Ribeirão e Lagoinha. Nessa área também teve implantado o Parque Prefeito Luiz Roberto Jábali, que funciona como um atrativo para o local. No entorno desse *shopping* encontramos diversos mercados atacadistas.

Foto 41 - Ribeirão Preto. Fachada da UNAERP. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014).

Observamos que é composto, em sua maioria, por grandes magazines populares (Foto 42) e, conseqüentemente, o seu público alvo é, em sua maioria, composta por famílias de classe média e isso ocorre porque com a construção da Rodovia Anhangüera, em 1948, o município então iniciou uma nova fase de desenvolvimento regional, estruturando-se em torno da região servida pela Anhangüera. Com isso, a cidade passou a se expandir no sentido leste, onde se instalou a classe média durante os anos de 1950.

Foto 42 - Novo Shopping. *Outdoor* das lojas. 2012.



Fonte: Trabalho de campo (2012).

O terceiro *shopping* center a se instalar em Ribeirão Preto foi o Santa Úrsula Shopping⁷³ (Foto 43), localizado no bairro Higienópolis, no centro da cidade. Inaugurado em 1999 com aproximadamente 63.000 m² de área construída e 24.000 m² de Área Bruta Locável. Atualmente, conta com 192 lojas e com um perfil de público de 57% classe A e B e 66% mulheres.

⁷³ SANTA ÚRSULA SHOPPING. Apresenta informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.shoppingsantaursula.com.br/site/shopping.asp>>. Acesso em: 10 jan 2015.

Foto 43 - Santa Úrsula Shopping. Fachada. 2012.



Fonte: Trabalho de Campo (2012)

É o único *shopping* vertical da região. Isso porque a partir da década de 1970, verificou-se um acelerado processo de verticalização (Foto 44) em Ribeirão Preto, a partir do quadrilátero central. Segundo MIGLIORINI (1997), durante os anos de 1950, foram construídos na cidade dez edifícios com onze a dezenove pavimentos, de uso predominantemente comercial. Na década de 1960, foram construídos outros vinte e seis, saltando para trinta e nove na década seguinte, com uso predominantemente residencial (SILVA, 2008).

Foto 44 - Ribeirão Preto. Verticalização no centro. 2012.



Fonte: Trabalho de Campo (2012)

Embora encontramos nas cidades brasileiras outras áreas que exercem centralidade, além do centro tradicional:

Na medida em que a cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que formam novos focos de valorização do espaço urbano. O crescimento urbano implica necessariamente uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas. Assim, por exemplo, o centro principal tem que se expandir, à medida que aumenta a população que ele serve. (SINGER, 1980, p. 84).

Em Ribeirão Preto o centro tradicional ainda exerce elevada centralidade, entretanto, a proximidade com bairros desvalorizados fez com que parte dos moradores de alta renda se deslocassem para outros bairros mais periféricos.

O anel residencial que circunda o centro principal se desvaloriza e passa a ser ocupado por serviços inferiores: locais de diversão noturna e de prostituição, hotéis de segunda classe, pensões e - em estágio mais avançado de decadência por cortiços, marginais etc. O envolvimento do centro principal por uma área em decomposição social cria condições para a especulação imobiliária ofereça aos serviços centrais da cidade nova área de expansão. Surge assim um "centro novo" em contraste com o "centro antigo". (SINGER, 1980, 84-85).

Em consequência do surgimento de novos espaços na cidade, a elite começou a abandonar o centro e também passou a ocupar as áreas valorizadas

pelo capital imobiliário, em novos condomínios verticais de luxo concentrados na área localizada na porção esquerda da avenida Presidente Vargas, no sentido centro-*shopping* (SILVA, 2008).

Porém, ainda encontramos muitos apartamentos de luxo no entorno do Santa Úrsula Shopping, porém devido a localização de fácil acesso, esse empreendimento apresenta interações "indesejadas" para o seu público alvo de alto poder aquisitivo. Pois grande parcela dos frequentadores são jovens e as empregadas domésticas que ao saírem do trabalho aproveitavam para utilizar serviços bancários e o supermercado⁷⁴ oferecidos.

Inaugurado em 2013, encontramos na zona sul, o Shopping *Iguatemi*⁷⁵ (Foto 45) de acordo com as informações do *site* oficial, esse empreendimento privilegia o público de alto padrão. Com uma área bruta locável de 44.100 m², área construída de 127.200 m², nove lojas âncoras e 149 satélites, além de 1.886 vagas cobertas. Sua localização é uma área de expressiva concentração de renda e apresenta facilidade de acesso através da Rodovia Anhanguera e Cândido Portinari. Integrado a esse *shopping center* encontraremos torres comerciais (Foto 46) e residenciais, além de um campo de golfe e escolas.

⁷⁴ Atualmente, o Santa Úrsula Shopping não tem mais um supermercado. Após diversas mudanças da rede de supermercados, o espaço foi fechado e inaugurou-se uma unidade da loja Renner.

⁷⁵ IGUATEMI SHOPPING. Apresenta informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível: < <http://www.iguatemiribeiraopreto.com.br:81/>>. Acesso em 10 jan 2015.

Foto 45 - Iguatemi Shopping. Fachada. 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Foto 46 - Iguatemi Shopping. Torre Comercial 2014.



Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Durante a campanha de divulgação do *shopping*, no *site* oficial, era apresentado um *folder* de propaganda com a zona de influência que esse empreendimento apresentaria.

Figura 5 - Ribeirão Preto. Zona de influência do *Shopping Iguatemi*. 2013.



Fonte: IGUATEMI SHOPPING. Disponível em: http://www.iguatemiribeiraopreto.com.br:81/?page_id=135. Acesso em: 27 jun. 2013.

Com base na Figura 5, são estabelecidas três regiões de influência que se diferenciam pela distância destas de Ribeirão Preto. Assim, a Região Primária se refere aos municípios que apresentam uma distância aproximada de 30 quilômetros e é constituído por 16 municípios, os mais expressivos, segundo o Iguatemi Shopping, ou seja, com população superior a 30 mil habitantes, são: Batatais, Cravinhos, Jardinópolis, Pontal, Serrana e Sertãozinho. A Região Secundária apresenta uma distância aproximada de 45 quilômetros e é composta por 28 municípios, sendo os mais expressivos: Guariba, Jardinópolis, Pitangueiras, São Carlos. Já a Região Terciária, com distância de 100 quilômetros é composta por 99 municípios, dentre os mais expressivos encontramos: Américo Brasiliense, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Descalvado, Franca, Guaíra, Ibaté, Itápolis, Ituverava, Matão, Mococa, Monte Alto, Pirassununga, Pontal, Porto Ferreira, Santa Cruz das Palmeiras, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São Sebastião do Paraíso e Taquaritinga.

Dessa forma, podemos concluir que sob o viés do consumo consuntivo, nesse caso representado pelos *shopping centers*, Ribeirão Preto exerce uma centralidade regional, devido a grande variedade de lojas oferecidas e que em muitas cidades do entorno não têm. Suas interações espaciais, no que tange os consumidores

demonstra a relação local - regional. Isso reforma o objetivo central deste trabalho sobre Ribeirão Preto quanto cidade média de limiar superior.

7. Considerações Finais

Nesse trabalho buscamos analisar a cidade de Ribeirão Preto no contexto de seu entendimento enquanto cidade média, ressaltando suas complexidades. Para isso, partimos da hipótese de que esta seria uma cidade média de limiar superior.

No capítulo 3, apresentamos nosso referencial teórico baseado nos conceitos de cidade média, rede urbana e interações espaciais, além da noção de limiares, com o intuito de subsidiar a análise de nossa hipótese.

A utilização desse referencial teórico teve como fito as constantes alterações nos conteúdos das cidades médias, devido a constituição de um meio técnico-científico-informacional e o processo de globalização que permitiram a redefinição e ampliação das lógicas de relações e interações espaciais entre as cidades. Essas alterações, assim, também refletiram-se em mudanças na rede urbana, a partir de uma rede de transportes e novos sistemas técnicos, reforçando a integração entre os lugares, mas com especializações de produção.

Esses processos alteraram as redes hierárquicas estabelecidas anteriormente entre cidades de diferentes tamanhos, além de ampliar a extensão das relações, complexificando também as funções das cidades "nós" da rede urbana, estabelecendo novas relações que ora se sobrepõem, ora se justapõem às hierárquicas. Desse modo, o papel exercido por Ribeirão Preto também se alterou, com isso a rede urbana com a combinação de características hierárquicas e heterárquicas acaba por enfatizar a discussão a classificação do município na rede urbana.

No caso de Ribeirão Preto, o debate do conceito de cidades médias reafirmou o papel desta. Com uma evolução populacional em que a cada 10 anos, havia, aproximadamente, um aumento de 100 mil habitantes, como apresentamos na Tabela 1 deste trabalho, reforça a sua classificação enquanto cidade de porte médio, mas não é o suficiente para compreendê-la enquanto cidade média. Além desse parâmetro, outros se fazem presentes, como a sua situação geográfica, distante de um centro de hierarquia superior, no caso São Paulo, o que pode ter relação com o aumento de apresentar papéis urbanos mais importantes.

Dessa forma, a centralidade também se mostra mais forte, bem como as funções urbanas. Em Ribeirão Preto, outro elemento que a diferencia é a presença de uma elite empreendedora, desde o período cafeeiro, essencial para compreendermos a inversão do capital agrícola ou industrial em comércio e serviços.

Nesse mesmo capítulo analisamos algumas políticas de planejamento relacionadas com cidades médias, com o objetivo de ressaltar a relevância e importância regional de Ribeirão Preto. Dentre as políticas apresentadas, em 1975, um estudo coordenado por Michel Rochefort para a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, com o objetivo de criar uma classificação das cidades médias brasileiras. Assim, Ribeirão Preto foi classificada como "cidade média complexa e fortemente integrada em uma rede urbana hierarquizada". Ou seja, nesse período Ribeirão Preto já chamava atenção pela sua complexidade, apesar da grande influência da Teoria do Polos de Desenvolvimento, proposto por Perroux (1975), que baseou diversas políticas de planejamento, por exemplo, o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento. Ao inserirem Ribeirão Preto nessas políticas que visavam estabelecer polos regionais, assumia-se que o município era considerado um polo com potencial de crescimento e polarização. Entretanto, a sua consolidação se dá enquanto centro urbano, devido as relações de complementaridade e centralidade com o seu entorno.

Para a compreensão do papel de Ribeirão Preto enquanto cidade média, outro fator que explica a sua complexidade é a possibilidade de participar desta e de outras redes urbanas, através de lógicas espaciais contínuas e descontínuas (SPOSITO, 2005, p. 196). Essas novas relações espaciais com interações espaciais mais complexas que articulam várias escalas geográficas, alteram "as lógicas e a produção do espaço que passa a ser resultado, também, dos interesses e dos destinos do capital corporativo" (CATELAN, 2012, p. 13). A análise das interações espaciais é importante, pois valoriza o espaço múltiplo escalarmente, como é o caso de Ribeirão Preto, ao analisarmos os destinos e origens das importações e exportações, no capítulo 6.

Contudo, o conceito de "heterarquia urbana" é representado "pela condição das cidades médias na rede urbana como pontos-nós de encontro e articulação de múltiplas escalas" (CATELAN, 2012, p. 21).

Todavia, a rede urbana não perde seu caráter hierárquico, mas passa a compor também relações heterárquicas, aumentando a complexidade da relação entre as cidades.

À vista disso, propusemos a análise a partir da noção de limiar, apresentada por Batella (2013), como estratégia analítica de valorização das complexidades de Ribeirão Preto e como exemplo de estudo que considere os diferentes contextos regionais entre as cidades médias.

Batella (2013), fez um estudo sobre Teófilo Otoni (MG), considerando as transformações recentes na rede urbana brasileira, sendo essas alterações nos papéis desempenhados pelos espaços urbanos não metropolitanos. Buscando valorizar os processos e dinâmicas semelhantes entre as cidade médias, mas também os diferentes contextos regionais para compreender o que há de particular em cada caso.

Por conseguinte, essa proposta teórico-metodológica ressalta que o limiar "envolve movimento, passagens, transbordamentos e transgressões". Não limita territórios, ao contrário, permite "a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas vezes opostas" (BATELLA, 2013, p. 54). Assim, o limiar não significa separação, mas aproximação.

Ao propor a noção de limiaries, Batella (2013) trabalhava com um realidade distinta da desse trabalho. A proposta surgiu pelo questionamento se Teófilo Otoni seria uma cidade média. Considerando que, por mais que tenha destaque enquanto capital regional, não apresentou uma dinâmica ascendente, a sua área de influência diminuiu ao longo dos anos, em função do desenvolvimento de outros polos próximos. E a conclusão foi que esse município é uma importante cidade média do estado de Minas Gerais e a sua particularidade está pelo que não possui, assim foi caracterizada como "limiar inferior". Para tanto, esse trabalho vem ressaltar a relevância da proposta de análise a partir dos limiaries, bem como a importância de estudos comparativos para compreendermos o que há de semelhante o que difere as cidades médias. E procurar responder as seguintes questões: se Ribeirão Preto é uma cidade média de limiar superior, então o que não é? Quais as diferenças entre inferior e superior?

No capítulo 4, no qual iniciamos a análise, propriamente dita, de Ribeirão Preto, mostramos a formação socioespacial da cidade, correlacionando com a sua condição na rede urbana. Tivemos como objetivo nesse capítulo apresentar a importância do período áureo do café para a consolidação de atuais características importantes, principalmente, a infraestrutura de transportes. A retomada histórica nos remete a uma questão aberta para debate: quando Ribeirão Preto se tornou uma cidade média? Defendemos aqui sua classificação enquanto cidade média de limiar superior, mas não temos elementos suficientes para identificar em qual momento ela se tornou uma cidade média em si.

Por conseguinte, no capítulo 5 apresentamos a rede urbana de Ribeirão Preto sob duas perspectivas. Primeiro, pela classificação da estudo realizado pelo IBGE, a Região de Influência das Cidades (REGIC), no qual o município é classificado como capital regional B, e por fim, contrapondo essa ideia, analisaremos o projeto de criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto".

No estudo da REGIC (IBGE, 2008), Ribeirão Preto apresenta relações com centros locais, centros de zona B, centros de zona A, centros subregionais A e com a grande metrópole nacional. Além da conformação de uma Área de Concentração de População (ACP), entre Ribeirão Preto, Serrana e Sertãozinho.

A classificação dos municípios é baseada na centralidade exercida por diversas variáveis, sendo que o principal elemento que diferencia Ribeirão Preto (capital regional B) de uma metrópole é a centralidade exercida pela gestão territorial, bem como o grande porte e os fortes relacionamentos com a sua área de influência. Sendo assim, apesar da centralidade e variedade apresentada nas variáveis de comércio e serviços, não é o suficiente para elevar sua classificação.

Em contrapartida, há em tramitação um projeto de lei complementar para a criação da "Região Metropolitana de Ribeirão Preto". A partir da Constituição de 1988, os estados da federação passaram a ter a prerrogativa da instituição de regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas, a partir de Leis Complementares. Sem que se considere as diferentes temporalidades dos municípios e com a ausência de um órgão público responsável por conciliar os

conflitos entre as cidades, tornando-se mais atos políticos do que constatações empíricas ou teóricas.

O caso de Ribeirão Preto não é diferente. Ao analisarmos tanto o projeto de lei estadual complementar quanto a proposta inicial proposta por Machado (2011), notamos a predominância de argumentos frágeis e o descompasso entre o que é instituído e a espacialidade das aglomerações.

Enfim, no capítulo 6 apresentamos os elementos que consubstanciam a classificação de Ribeirão Preto enquanto cidade média de limiar superior.

Ribeirão Preto está inserido no Brasil agrícola moderno e é reconhecida nacionalmente como a "Capital do Agronegócio". O intenso processo de urbanização, principalmente, a partir da década de 1940, teve como um dos principais fatores preponderantes a reestruturação produtiva da agropecuária que causou uma remodelação do território e novas relações cidade-campo.

Essas novas relações superaram a antiga dicotomia entre Brasil urbano e Brasil rural por um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas) (SANTOS, 2009).

As novas relações cidade-campo são expressas pela substituição da cidade *no* campo, pela cidade *do* campo. A fim de atualizar essa relação, Elias (2012), propõe as "cidades do agronegócio" como uma consolidação das cidades *do* campo. As cidades do agronegócio são aquelas que fazem parte do circuito mundial do agronegócio e estão inseridas na Região Produtiva Agrícola (RPAs), na qual os impactos econômicos e sociais nos espaços agrícolas e urbanos aceleram a reorganização do território e a urbanização através de processo de (re)estruturação urbana e regional (ELIAS, 2012). Exemplo disso é o município de Sertãozinho.

Sendo Ribeirão Preto reconhecida como a "Capital do Agronegócio" e Sertãozinho a "cidade do agronegócio", procuramos compreender essa relação a partir da análise da balança comercial. Com essa análise concluímos que, no setor do agronegócio, Ribeirão Preto pode ser reconhecida como "capital", devido a centralização das atividades de gestão do agronegócio. Entretanto, Sertãozinho concentra as unidades produtivas do setor de metal-mecânica

A relação entre esses dois municípios reforça as relações hierárquicas, mas também ressalta as relações heterárquicas. Assim, Ribeirão Preto e Sertãozinho mostram-se como um espaço múltiplo escalarmente. Sendo Ribeirão Preto mononucleado e Sertãozinho um exemplo de especificidade, mas mantendo-se as relações hierárquicas.

Outro elemento analisado para confirmar a diversidade exercida por Ribeirão Preto foi o setor de equipamentos médicos em geral, na qual constitui um Arranjo Produtivo Local, com forte influência nas importações e exportações do município. A presença de um *campus* da USP foi essencial para o desenvolvimento desse APL, mas também como atrativo de alunos para o ensino superior na área de saúde. Outro setor com forte centralidade no número de matrículas é o de negócios, reflexo da centralização exercida pelo município.

Por fim, analisamos os reflexos dessa diversidade econômica no setor de comércio e serviços, aqui representados pelos *shopping centers*. Dessa maneira, o consumo consuntivo mostra elevada centralidade pela presença de quatro *shopping centers* que oferecem os mais diversos e variados serviços e produtos, não oferecidos nos municípios próximos. A presença dos *shopping centers* reforça as interações espaciais regionais.

Diante do exposto, concluímos que Ribeirão Preto é uma cidade média de limiar superior, pois em sua complexidade sobrepõem-se relações hierárquicas e heterárquicas com os demais municípios e se incrementam respostas às demandas econômicas apresentadas nos diferentes contextos.

Contra-pondo-nos à criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, mas considerando que esta é produto da sua complexidade, não foi objetivo desse trabalho esgotar tais discussões, mas abrir novas frentes de pesquisa aos leitores. Assim este não se encerra aqui e fica como incentivo a diversas outras possibilidades de análise que podem ser realizadas sobre Ribeirão Preto. A continuidade deste trabalho se dará agora, em nível de mestrado, para compreender o reflexo dessas complexidades na escala intra-urbana.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, O. B. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 69-87.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34.

ANDRADE, T.; LODDER, C. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979.

AZEVEDO, A. de. *Brasil: a Terra e o Homem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Vol. 2, 1970.

BACELLAR, C. de A. P. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BATELLA, W. B. *Os limiões das cidades médias: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG*. 2013. 228 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BELLET SANFELIU, C. Del concepto ciudad media al de ciudad intermedia en los tiempos La globalización. In: BELLET SANFELIU, C. ; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Universitat de Lleida, 2009.

BORDO, A. A. *As influências do eixo de desenvolvimento da rodovia Washington Luiz na estruturação econômica do município de Itápolis/SP*. 2006. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

BRANCO, M. L. C. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades médias produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 245-277.

CAMAGNI, R. Organisation économique et réseaux de Villes. In: SALEEZ, A. (Dir.). *Les Villes, lieux d'Europe*. Paris, DATAR, Éditours de l'Aube, 1993, p.107-128.

CANO, W. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CATÃO, R. C.; REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Interações Espaciais: uma reflexão temática. *Rev. Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 231-239, set. 2010.

CATELAN, M. J. *Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescares e cidades médias*. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

CHEPTULIN, A. *A dialética Materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

COPERSUCAR. *"Pro-Álcool"*. Fundamentos e perspectivas Copersucar. São Paulo, 1989.

CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. G.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias espaços em transição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

ELIAS, D. *Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. 1996, 293 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

_____. *Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto - SP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 279-303.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias espaços em transição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 113 – 138.

_____. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. ANPUR - Bahia. v.13, n.2. p. 153 – 167, Nov. 2011.

_____. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: *Anais do Colóquio Internacional de Geocrítica*, XII, Bogotá, 2012.

FERRAZ, F. G. Da ação ao comportamento: o espaço público da *oikonomia*. *Anais do Seminário URBA A produção da cidade e a captura do público: que perspectiva*. Salvador, UFBA, 2012.

FERREIRA, S. C. *Rede Urbana, cidades de porte médio e cidades médias: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná*. 2010. 298 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

FISCHER, A. A dimensão espacial no "Aménagement" do território - o exemplo francês. Tradução: Nathalie Dessartre-Mendonça. *Rev. RA' E GA*, Curitiba: Editora UFPR, n. 7, p. 9-17.

FRIEDMAN, J. A estratégia dos pólos de crescimento como instrumentos da política de desenvolvimento. PERROUX, F.; FRIEDMAN, J.; TINBERGEN, J. A. (Orgs.). *Planificação e os polos de desenvolvimento*. Tradução de M. Lago Barbosa. Porto: Edições RÉ S Limitada, 1975, p. 27-62.

FURLAN JR, A. *Documentário Histórico de Sertãozinho*. Sertãozinho: Adelino Ricciardi, s/d.

GAGNEBIN, M. F. Método é desvio – uma experiência de limiar. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Orgs.) *Limiars e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp.12-26.

GEORGE, P. *La ville: Le fait urbain à travers le monde*. Paris: PUF, 1952.

GODOY, V. de M. *O I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) e as Cidades Médias: Políticas, ações federais e o incremento das funções e papéis urbanos em cidades médias e de porte médio*. Relatório de Pesquisa para a FAPESP - Iniciação Científica. Presidente Prudente, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Caracterização Socioeconômica de São Paulo: Região Administrativa de Ribeirão Preto*. Disponível em: <http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/Ribeir%C3%A3o%20Preto.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

HASSE, G. *Filhos do Fogo. Memória Industrial de Sertãozinho 1896 – 1996*. Ribeirão Preto: Editora Céu e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Região de Influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA; IBGE; UNICAMP; SEADE. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais - sudeste*. Brasília: IPEA, 2001.

JALÉE, P. *O imperialismo em 1970*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 120, p. 133-148, jan./jun., 2011.

LOPES, L. S. *Ribeirão Preto a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro. 2011. (Coleção Nossa História, n. 1).

MACHADO, M. S. R. *A importância da criação da região metropolitana de Ribeirão Preto*. 37f. Monografia (Pós-graduação em Gerente de Cidades) – Fundação Armando Álvares Penteado, Ribeirão preto, 2011.

MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. In: *Cadernos Geográficos*, Florianópolis, n. 2, mai. 2000.

MATUSHIMA, M. K. *A formação do eixo de desenvolvimento entre os municípios de São José do Rio Preto e Mirassol – Sp.* 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MICELI, P. C. *Era uma vez em Sertãozinho.* Certa histórias de uma história que é o trabalho: pessoas, fatos e feitos. São Paulo: Ed. Nobel, 1984.

MICHEL, M. Ville moyenne, ville moyen. *Annales de Géographie*, n. 478, p. 641-685, sep/oct. 1977.

MIGLIORINI, V. L. B. *Padrões de desempenho do uso e ocupação do solo na previsão e controle do adensamento de áreas intra-urbanas.* Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana). Universidade de São Paulo: Escola Politécnica/USP. São Paulo, 1997.

MIYAZAKI, V. K. *Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista.* 2013. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. *Ciência Geográfica*, Bauru: AGB, n. 16, p. 4-8, 2000.

MOURA, Rosa; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. Metrôpoles e regiões metropolitanas: o que isso tem em comum?. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 9, 2001.

MÜLLER, G. *Complexo Agroindustrial e modernização agrária.* São Paulo: HUCITEC, 1989.

NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990).* Campinas: Editora da Unicamp, 1996. (Coleção Momento).

NOZOE, N. Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia. *Revista EconomiA*. Brasília, v.7, n.3, p. 587-695, set./dez. 2006.

OLIVEIRA de, C. A. *Eixos de desenvolvimento e privatizações rodoviárias no Estado de São Paulo.* 2009. 97 f. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

PERROUX, F. Notas sobre o conceito de polo de crescimento. PERROUX, F.; FRIEDMAN, J.; TINBERGEN, J. A. (Orgs.). *Planificação e os polos de desenvolvimento.* Tradução de M. Lago Barbosa. Porto: Edições RÉ S Limitada, 1975, p. 5-26.

PONTES, B. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, M. E.

B. (Org.). *Urbanização e cidades: prespectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001, p. 569-607.

RAMOS, D. A. R. *Território e indústria: as empresas metalomecânicas em Sertãozinho*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

RANGEL, I. História da dualidade Brasileira. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, n° 4, 1981.

REIS FILHO, N. G. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, H. C. de, COSTA, W. P. da. *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 143-157.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Condicionantes da institucionalização de unidades regionais no Brasil. *Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE*, v. 3, n° 4, p. 135- 150, jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://seer.uece.br/geouece>>.

RIBEIRÃO PRETO, *Lei Ordinária n° 5268*, Ementa e Conteúdo. Artigo 1°, 1988.

RIBEIRO, W. da S. Londrina e Maringá enquanto cidades médias. Desconstruindo o mito das regiões metropolitanas do Norte do Paraná. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 551-586.

RODRIGUES, M. L. V. *Inovações no Ensino Médico e outras mudanças: aspectos históricos e na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto* (editorial). Medicina Ribeirão Preto, 2002, n. 35, p. 231-235.

SAES, F. A. M. *As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870, 1940)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SÁNCHEZ HERNANDÉZ, J. L. *El eje Irún-aveiro*. Geografía de un eje de desarrollo. Salamanca: Caja Duero, 1998.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 56, p. 81-99, jun. 1977.

_____. *A natureza do espaço*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. *O espaço do cidadão*. 7° ed., 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Tradução de Sandra Lencioni. 5 ed. 1 reimpr., 2013.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 15 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

SÃO PAULO, *Projeto de Lei Estadual Complementar nº 23*, 1 de julho de 2013.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. *Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista: 1950/2005*. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SILVA da, A. C. B. *Expansão Urbana e Formação dos Territórios de Pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado (1887)*. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 57, p. 77-92, nov. 1980.

SOUZA, M. L. de. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. Reestruturação Produtiva e Reestruturação Urbana no estado de São Paulo. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 11, nº. 245. agosto de 2007.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001, p. 609-643.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2005. 508 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias espaços em transição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* O Estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias espaços em transição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 35-67.

SPOSITO M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. Uma rede de pesquisadores, sua pesquisa e o caminho partilhado. In: SPOSITO M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 35-77).

SZMRECSÁNYI, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)*. 1979. São Paulo, Hucitec/Ed. Da Unicamp (Economia & Planejamento: série Teses e Pesquisas).

ULLMAN, E. L. *Geography as Spatial Interaction*. Seattle and London: University of Washington Press, 1980.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. *Dos coronéis à metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. 1. ed. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WHITACKER, A. M. Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias espaços em transição*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 139-156.

Sites eletrônicos consultados

AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Apresenta informações sobre a agência. São Paulo. Disponível em: <<http://www.artesp.sp.gov.br/sala-de-imprensa-noticias-antecipada-entrega-trevao.html>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

AGRISHOW. Apresenta informações sobre o evento. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.agrishow.com.br/pt/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre a histórica do município. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/i14index.php?pagina=/scultura/arqpublico/historia/i14indice.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto. Apresenta informações sobre a histórica do município. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/i14index.php?pagina=/scultura/arqpublico/historia/i14indice.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Apresenta um acervo de mapas. São Paulo. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico/exposicoes/interior_paulista/mapa.htm>. Acesso em: 19 de Jan. 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS INOVADORAS (ANPEI). Apresenta informações sobre a associação. São Paulo Disponível em:< <http://www.anpei.org.br/web/anpei/home>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BARRA MANSA. Apresenta informações sobre a empresa. Sertãozinho. Disponível em: < <http://www.frigorificobarramansa.com.br/>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

BIOSERV. Apresenta informações sobre as empresas. Sertãozinho. Disponível em: < <http://www.biosev.com/inter.php?id=2&ct=54>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

COSTALLAT ENGENHARIA. Apresenta notícias sobre as obras do "Trevão". Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.costallat.com.br/conteudo/15-milhao-de-pessoas-serao-beneficiadas-pelo-trevao-de-ribeirao-preto>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

CRV LAGOA. Apresenta informações sobre a empresa. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.crvlagoa.com.br/historico.asp?id=1>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

DABI ATLANTE. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.dabiatlante.com.br/index.php?route=7&info=4>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 2014. Apresenta informações sobre os principais aeroportos do Estado. Disponível em: <<http://www.daesp.sp.gov.br/estatistica-consulta/>>. Acesso em dezembro de 2014.

Deputado Estadual, em artigo intitulado "Deus quer, o homem sonha e a obra acontece", publicado em seu site pessoal. Disponível em: <http://www.alexcanziani.com.br/analise/ver_analise.asp?id_not=4>. Acesso em 15 out. 2005.

ENTENDA COMO A CRISE ECONÔMICA AFETA O BRASIL. Reportagem apresenta os reflexos da crise dos Estados Unidos na economia brasileira. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/bbc/2008/09/18/ult2283u1339.jhtm>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre o curso. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.forp.usp.br/a-forp-topmenu-57.html>>. Acesso em: 6 jan 2015.

FIPASE. Apresenta informações sobre a Fundação Instituto Pólo de Saúde. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://fipase.com.br/pt/>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. São Paulo, 2014. Apresenta por meio das Informações dos Municípios Paulista - IMP, dados sobre os municípios. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/>>. Acesso em dezembro de 2014.

GNATUS. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://gnatus.com.br/site/por/index.php>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

IBGE. Apresenta informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355170&search=|in_fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 22 mar. 2015.

IGUATEMI SHOPPING. Apresenta informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.iguatemiribeiraopreto.com.br:81/>>. Acesso em 10 jan 2015

INTERUNION COMÉRCIO INTERNACIONAL. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.iu.com.br/portugues/proyectos/entrada.asp>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

IPEA. Apresenta informações economia aplicada. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 22 mar. 2015.

JOHN DEERE. Apresenta informações sobre a empresa. São Paulo. Disponível em: <https://www.deere.com.br/pt_BR/buying_and_financing/john_deere_bank/john_deere_bank.page>. Acesso em 04 fev 2015.

JORNAL A CIDADE. Apresenta notícias sobre a região de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.jornalacidade.com.br/noticias/cidades/cidades_internaNOT.aspx?idnoticia=1020248>. Acesso em: 6 jan. 2015.

MAURÍLIO ROMANO. Apresenta informações sobre a proposta da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto. Disponível em:<<http://maurilioromano.com.br/nossa-regiao-metropolitana/>>. Acesso em: 12 jan. 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Brasília, 2014. Apresenta por meio da Secretaria do Comércio Exterior – SECEX – dados e informações sobre a balança comercial brasileira por municípios. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca>>. Acesso em dezembro de 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Brasília, 2014. Apresenta por meio a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, dados sobre estabelecimentos e vínculos empregatícios. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em dezembro de 2014.

NOSSA REGIÃO METROPOLITANA. Ribeirão Preto, 2015. Apresenta informações sobre o mandato do vereador Maurílio Romano Machado. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://maurilioromano.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

NOVO SHOPPING. Apresenta as informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em:< <http://www.novoshopping.com.br/site/novo>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

O EXEMPLO DA APL DE RIBEIRÃO PRETO. Reportagem sobre a APL de Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-exemplo-do-apl-de-ribeirao-preto>>. Acesso em: 6 jan 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre o município. Ribeirão Preto. Disponível em: < Disponível em:<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

RIBEIRÃO SHOPPING. Apresenta informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em:<<http://www.ribeiraoshopping.com.br/>>. Acesso em 10 jan. 2015

SANTA ÚRSULA SHOPPING. Apresenta informações sobre o empreendimento. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.shoppingsantaursula.com.br/site/shopping.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

SEADE. Apresenta informações sobre os municípios paulistas. São Paulo. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=consulta&action=ano_s_ave#0>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SUPRIR. Apresenta informações sobre a empresa. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.suprir.com.br/suprir/?suprir=empresa&tipo=empresa>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

TGM. Apresenta informações sobre a empresa. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.grupotgm.com.br/segmentos.php>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

UNICA. Apresenta informações sobre o Grupo Balbo. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/empresa/9218077/balbo-sao-francisco->>. Acesso em: 6 jan. 2015.

UNI-SYSTEMS. Apresenta informações sobre as empresas. Sertãozinho. Disponível em: <<http://www.uni-systems.net/#!/background/c1a3t>>. Acesso em : 6 jan. 2015.

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO. Apresenta informações sobre a faculdade. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.unaerp.br/index.php/a-unaerp/nossa-historia/>>. Acesso em 6 jan. 2015.